



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB**  
Recredenciada pelo Decreto Estadual Nº 16.825, de 04.07.2016  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS - ODEERE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E**  
**CONTEMPORANEIDADES - PPGREC**

**LEILA REIS LEAL**

**A VULNERABILIDADE SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO HUMANO DO**  
**ADOLESCENTE E FAMILIAR EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA**  
**SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO**

Jequié 2025

**LEILA REIS LEAL**

**A VULNERABILIDADE SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO HUMANO DO  
ADOLESCENTE E FAMILIAR EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA  
SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade-PPGREC, do Órgão de Educação e Relações Étnicas – ODEERE, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, com área de concentração em Relações Étnicas, Gênero e Sociedade, para obtenção do título de Mestra.

Linha de Pesquisa: Etnias, gênero e diversidade sexual.

Orientadora. Prof<sup>ª</sup>. Ph.D. Luzia Wilma Santana da Silva

**JEQUIÉ - BAHIA**

**2025**

L435v Leal, Leila Reis.

A vulnerabilidade social e o desenvolvimento humano do adolescente e familiar em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto / Leila Reis Leal. - Jequié, 2025.  
200f.

Orientadora: Profa. Dra. Luzia Wilma Santana da Silva.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. Jequié, 2025.

1. Medida socioeducativa. 2. Vulnerabilidade social. 3. Desenvolvimento humano. 4. Políticas públicas. I. Silva, Luzia Wilma Santana da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. III. Título.

CDD -

362.7

Catálogo na fonte: Bibliotecária Eridiana Souza Silva - CRB-5/2129  
UESB - Campus Jequié/BA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade  
- UESB/RTR/PROPP/PPGREG/SEC

## LEILA REIS LEAL

### "A VULNERABILIDADE SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO HUMANO DO ADOLESCENTE E FAMILIAR EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, como requisito para obtenção do título de Mestre (a) em Relações Étnicas e Contemporaneidade

Linha de Pesquisa 2: Etnias, gênero e diversidade sexual.

**Aprovada em:** 19 de novembro de 2025

## BANCA EXAMINADORA

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luzia Wilma Santana da Silva (UESB)  
Presidente da Banca/Orientadora

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LILIA IEDA CHAVES CAVALCANTE  
Data: 10/12/2025 15:20:35-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. LILIA IEDA CHAVES CAVALCANTE (UFPA)  
Examinadora Externa

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vanda Palmarella Rodrigues (UESB)  
Examinadora Interna

**JEQUIÉ**  
**2025**



Documento assinado eletronicamente por **Luzia Wilma Santana Da Silva**, **Professor Pleno**, em 25/11/2025, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Palmarella Rodrigues**, **Professor(a)**, em 09/12/2025, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00127926674** e o código CRC **F4CAB396**.

---

Referência: Processo nº 072.19276.2025.0037648-70

SEI nº 00127926674

Dedico estas páginas àqueles e àquelas que, habitando as margens, resistem às iniquidades sócio-históricas e que, a cada dia, reexistem pelo direito de se desenvolver com dignidade e cidadania. A vocês, adolescentes e familiares do SUAS, este estudo.

## AGRADECIMENTOS

Escrever esta dissertação foi um mergulho pessoal intenso que, por muitas vezes, testou os meus limites para o seu empreendimento.

Agradeço profundamente a todas as pessoas que, à sua forma, romperam comigo o script moral e operacional predestinado a uma mulher, mãe, trabalhadora e deficiente e ultrapassou comigo o ordinariamente tangível para tal. Em palavras, no silêncio ou até na dúvida me ensinaram que a liberdade intelectual não é um destino ou restrita aos que a tem como capital cultural, mas, um movimento da essência humana, em constante invenção e é preciso resistência para ser materializada. Agradeço cada despertar dos ciclos e o permanecer **viva**, intrínsecos à evolução deste trabalho.

Aos regentes espirituais e invisíveis sábios(as), delicados e naturais como borboletas pousadas, agradeço a **Deus** por este trabalho em suas mais diversas manifestações e coincidências imateriais. Como uma flor rara, dedico este estudo a minha mãe **Joelina**, meu pai **Stênio**, meus **avós** que já se foram; aos meus primeiros professores, pela formação que me deram, aos meus **irmãos** que dela fizeram parte e me deram suporte às viagens a Jequié... às pessoas sábias aparentemente comuns, que me ensinaram a teorizar sobre o trivial da vida e aperfeiçoaram a minha escuta como pesquisadora.

Ao meu filho **Ramiro** um bouquet de beijos, essa alminha anciã, que entendeu com amor e compreensão que o fazer acadêmico contém em si longos gerúndios.

Retribuo imensamente à minha orientadora, a professora **Luzia Wilma**, que tratou este processo criativo com tenacidade, lisura, respeito e cuidado. Os meus sinceros agradecimentos e admiração.

Aos companheiros de jornada, colegas, professores, coordenadores e secretaria do **PPGREC**, que refletiram aos meus olhos a realidade acadêmica que tanto me marcou e engrandeceu, pelo empenho de diversas fontes valiosas de conhecimento que não acessava fora dos muros do ODEERE; ao fim de cada semestre, aprendi que toda teoria é, de fato, a prática compartilhada.

Agradeço à equipe do **CREAS** pela receptividade, à equipe técnica pelo acolhimento e interesse no estudo e, em especial, à colega psicóloga pela

participação valiosa com análises tão salutares sobre o nosso trabalho no SUAS - não me deixando esquecer que é no chão da fábrica ou da Assistência Social que a luta, ainda que canse, deve ser incessante. Sou igualmente grata à gestão da **SEMPRE**, que permitiu a realização da pesquisa.

E, com certeza, meu obrigada será sempre perene às supervisoras de MSE, **Adriana** e **Luciana**, à época em que atuei neste serviço, sempre respeitosas e cuidadosas com a política de MSE, por me abrirem as portas do NAMSE, serviço de MSE que fecundou o problema desta pesquisa.

Às Professoras Doutoras **Lilia Ieda Chaves Cavalcante**, **Vanda Palmarella Rodrigues** e **Maria de Fátima de Andrade Ferreira**, pelo aceite em compor a minha banca de defesa e pela valiosa contribuição ao estudo e à ciência.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001-Portaria CAPES 206/2018.

Sintetizando a minha gratidão, além de dedicá-los, sou grata aos **participantes da pesquisa**; que os efeitos deste estudo ressoem positivamente em suas vidas.

*A espessura das evidências foi destruída, a tranquilidade das ignorâncias foi abalada, as alternativas ordinárias perderam seu caráter absoluto, outras alternativas se desenham: a partir disso, o que a autoridade ocultou, ignorou, rejeitou, sai da sombra, enquanto o que parecia o pedestal do conhecimento, se quebra (Edgar Morin, 2005, p. 18).*

## RESUMO

O presente estudo, qualitativo, baseado na Teoria Geral dos Sistemas, com foco no modelo contextualista da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, considerou os processos interseccionais de raça/cor, gênero e classe, para nomear o acirramento das situações de opressão, acesso insuficiente às políticas públicas e a consequente desvantagem social dos adolescentes e jovens em cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto. Concebido em um Serviço de Medidas Socioeducativas de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Salvador, investigou como o adolescente e seu familiar responsável, negros e periféricos, acessam as políticas públicas para a Medida Socioeducativa e seus efeitos ao desenvolvimento humano. Fez-se uma revisão de literatura enfocando os marcadores interseccionais que incidem sobre os socioeducandos e o exame da provisão de políticas públicas que englobam a proteção social, a mitigação da vulnerabilidade e as iniquidades sociais. Para a compreensão desses fenômenos e da produção histórica dos processos interseccionais, a metodologia contou com duas etapas: inquérito documental dos Planos Individuais de Atendimento (PIA) e aplicação de entrevistas semiestruturadas a socioeducandos e familiares e à psicóloga de referência. Tendo a justiça social como um constructo, ancorou-se na interseccionalidade, constituindo-se a sensibilidade humana de imersão na abordagem qualitativa, descritiva e aplicada. A coleta de dados ocorreu de setembro a novembro de 2024, após aprovação em comitê de ética. A construção do instrumento apoiou-se na Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano, com base nas dimensões Processo, Pessoa, Contexto e Tempo, entendendo o desenvolvimento humano como produto de seu entrecruzamento e, nos eixos do PIA que orientam a socioeducação. Os dados foram analisados através de triangulação para validação e rigor científico. Os resultados evidenciam que vetores sociais como a criminalização da pobreza, combinados com a ausência de intersectorialidade eficiente entre as políticas, agravam a vulnerabilidade social e afetam os contextos de desenvolvimento humano destes jovens em seus diversos âmbitos.

**Palavras-Chave:** medida socioeducativa; vulnerabilidade social; desenvolvimento humano; políticas públicas.

## ABSTRACT

The present qualitative study, grounded in General Systems Theory and focused on the contextualist model of the Bioecological Theory of Human Development, foregrounded intersectional processes of race/color, gender, and class in order to examine the intensification of oppressive situations, insufficient access to public policies, and the resulting social disadvantage experienced by adolescents and young people serving socio-educational measures in open environment. Conducted within a Socio-Educational Measures Service at a Specialized Social Assistance Reference Center in Salvador, the study investigated how Black adolescents and their primary caregivers from peripheral communities access public policies related to socio-educational measures and the effects of such access on human development. A literature review was conducted focusing on intersectional markers shaping youth in socio-educational measures, as well as examining the provision of public policies encompassing social protection, vulnerability mitigation, and social inequities. To understand these phenomena and the historical construction of intersectional processes, the methodology comprised two stages: documentary analysis of Individual Care Plans and the administration of semi-structured interviews with youth in socio-educational measures, their family members, and the program's reference psychologist. Grounded in social justice as an analytical construct, the study was anchored in an intersectional perspective and adopted a qualitative, descriptive, and applied research design, emphasizing an immersive and reflexive methodological sensitivity. Data collection took place from September to November 2024, following approval by the ethics committee. The development of the instrument was grounded in the Bioecological Approach to Human Development, drawing on the dimensions of Process, Person, Context, and Time, and conceptualizing human development as the product of their interplay, in conjunction with the axes of the Individual Care Plan that guide socio-educational practice. The data were analyzed through triangulation to ensure validity and scientific rigor. The results indicate that social vectors such as the criminalization of poverty, combined with the lack of effective intersectoral coordination among public policies, exacerbate social vulnerability and affect the contexts of human development of these youths across multiple domains.

**Keywords:** socioeducation; social vulnerability; human development; public policy.

## RESUMEN

La presente investigación, cualitativa, basada en la Teoría General de los Sistemas, con foco en el modelo contextualista de la Teoría Bioecológica del Desarrollo Humano, ha considerado los procesos interseccionales de raza/color, género y clase, para nombrar el incremento de las situaciones de opresión, acceso insuficiente a las políticas públicas y la consiguiente desventaja social de adolescentes y jóvenes en cumplimiento de medida socioeducativa en medio abierto. Concebido en un Servicio de Medidas Socioeducativas de un Centro de Referencia Especializado de Asistencia Social de Salvador, examinó como el adolescente y su familiar, negros e periféricos, acceden a las políticas públicas para la Medida Socioeducativa y sus efectos al desarrollo humano. Se hizo una revisión de literatura enfocándose marcadores interseccionales que inciden sobre los socioeducandos y el examen de la provisión de políticas públicas que engloban la protección social, la mitigación de la vulnerabilidad y las iniquidades sociales. Para comprensión de estos fenómenos y de la producción histórica de los procesos interseccionales, la metodología contó con dos etapas: investigación documental de Planos Individuales de Atendimiento (PIA) y aplicación de entrevistas semiestructuradas a socioeducandos, familiares y a la psicóloga de referencia. Tendo la justicia social como un constructo, se ha anclado en la interseccionalidad, constituyéndose la sensibilidad humana de inmersión en la abordaje cualitativa, descriptiva y aplicada. Los datos fueron recopilados de septiembre a noviembre de 2024, tras aprobación en comité de ética. La construcción del instrumento se ha respaldado en la Abordaje Bioecológica del Desarrollo Humano, con base en las dimensiones Proceso, Persona, Contexto y Tiempo, entendiendo el desarrollo humano como producto de su entrecruzamiento, y en los ejes del PIA que orientan la socioeducación. Los datos fueron analizados a través de triangulación para validación y rigor científico. Los resultados evidencian que los vectores sociales como la criminalización de la pobreza, combinados a la ausencia de intersectorialidad eficiente entre las políticas, agravan la vulnerabilidad social y afectan los contextos de desarrollo humano de estos jóvenes en diversos ámbitos.

**Palabras Clave:** medida socioeducativa; vulnerabilidad social; desarrollo humano; políticas públicas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Categorias e Subcategorias do Estudo.....	77
Figura 1- Modelo Sistêmico do Delineamento das Categorias e Subcategorias de Análise.....	78
Quadro 2 - Informações sociodemográficas condensadas dos/as socioeducandos e familiar responsável.....	85
Figura 2 - Socioeducando 1 e seu sistema de relacional humano. ....	86
Figura 3 - Socioeducando 2 e seu sistema de relacional humano .....	90
Figura 4 - Socioeducando 3 e seu sistema de relacional humano .....	93
Figura 5 - Sistema de Garantia de Direitos e o SINASE .....	116
Figura 6 - Fluxograma aplicação da MSE e o PIA.....	120

## LISTA DE SIGLAS

**ABDH** - Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano

**CADÚNICO** - Cadastro Único para Programas Sociais

**CAPS** - Centro de Atenção Psicossocial

**CEP** - Comitê de Ética e Pesquisa

**CFP** - Conselho Federal de Psicologia

**CNE** - Conselho Nacional de Educação

**CNAS** - Conselho Nacional de Assistência Social

**CONEP** - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

**CRAS** - Centro de Referência da Assistência Social

**CREAS** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**CRP** - Conselho Regional de Psicologia

**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**LA** - Liberdade Assistida

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MPBA** - Ministério Público da Bahia

**MSE** - Medida Socioeducativa

**MSEs** - Medidas Socioeducativas

**NAMSE** - Núcleo de Atendimento de Medidas Socioeducativas

**OMS** - Organização Mundial da Saúde

**PAEFI** - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

**PAIF** - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

**PIA** - Plano Individual de Atendimento

**PNAISARI** - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em  
Conflito com a Lei

**PNAS** - Política Nacional de Assistência Social

**PPCT** - Processo, Pessoa, Contexto e Tempo

**PPGREC** - Programa de Pós-Graduação, Mestrado Acadêmico, em Relações  
Étnicas e Contemporaneidade

**PSC** - Prestação de Serviço à Comunidade

**SCFV** - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

**SEMPRE** - Secretaria de Combate à Pobreza, Esporte, Lazer e desenvolvimento  
Social

**SGD** - Sistema de Garantia de Direitos

**SINASE** - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

**SUAS** - Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

**SUS** - Sistema Único de Saúde

**TALE** - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

**TBDH** - Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

**TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**TGS** - Teoria Geral dos Sistemas

**UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>21</b>
1.1 Problema Da Pesquisa .....	32
1.2 Objetivos .....	32
1.2.1 Geral.....	32
1.2.2 Específicos .....	32
1.3 Justificativa .....	33
<b>2 LANÇANDO O FOCO NA LITERATURA: um descortinar crítico e reflexivo, apontando perspectivas</b> .....	<b>35</b>
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>39</b>
3.1 Assistência Social, famílias e vulnerabilidades sobrepostas.....	40
3.1.1 A intersecção raça/cor e o agravamento da vulnerabilidade social .....	43
3.1.2 A intersecção gênero e vulnerabilidade à violência .....	45
3.1.3 Ato infracional, socioeducação e a intersetorialidade das políticas públicas.....	49
3.2 Desenvolvimento Humano e a Teoria Sistêmica.....	54
3.2.1 Bioecologia do desenvolvimento humano .....	56
3.2.2 Adolescer e desenvolver em perspectivas.....	59
3.2.3 AdolescênciaS e famíliaS em contexto bioecológico.....	61
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>64</b>
4.1 Tipo de estudo .....	64
4.2 Cenário da pesquisa .....	66
4.2.1 Descrevendo o CREAS: contexto, inserção e amplitude .....	66
4.2.2. A pesquisadora e seu acesso ao campo .....	68
4.2.2.1 Facilidades .....	68
4.2.2.2 Dificuldades .....	69
4.3 Participantes da pesquisa .....	69
4.4 Instrumentos de coleta de dados.....	71
4.5 Procedimento de coleta de dados .....	73
4.6 Aspectos éticos da pesquisa .....	74
4.7 Análise dos dados .....	75
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>79</b>
5.1 As Dimensões Risco e Vulnerabilidade alinhavadas ao desenvolvimento humano: categorias e subcategorias do estudo .....	97
5.1.1 Categoria 1: E o eu com isso: Quando o entorno é (Des)Proteção Social. ....	98
5.1.1.1Subcategoria 1: Os m(EU)s (Des)arranjos familiares em contexto	98
5.1.1.2 Subcategoria 2: Barricadas pelo caminho: desenvolvendo em contexto periférico .....	104
5.1.2 Categoria 2: A Medida Socioeducativa: vieses e desdobramentos.....	109

5.1.2.1 Subcategoria 1: Da (des)proteção à contravenção: o revés do ‘Ato Infracional’ .....	111
5.1.2.2 Subcategoria 2: As dimensões da MSE e seus eixos: o que é possível estruturar? .....	116
5.1.3 Categoria 3: SUAS: desafios à intersectorialidade para retroalimentação aos direitos à cidadania e a dignidade da pessoa humana .....	126
5.1.3.1 Subcategoria 1: O acesso transversal às políticas públicas e as suas (im)permanências: intersectorialidade à deriva.....	128
5.1.3.2 Subcategoria 2: “Uma andorinha não faz verão”: o coletivo de saberes para fazeres mais equânimes na Assistência Social.....	137
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>148</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>160</b>
APÊNDICE A - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PARA PESQUISAS COM SERES HUMANOS .....	160
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (JOVEM) .....	162
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (FAMILIAR).....	168
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (PSICÓLOGA).....	174
APÊNDICE E - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TALE... 180	
APÊNDICE F - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO .....	186
APÊNDICE G - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO .....	188
APÊNDICE H - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO .....	190
<b>ANEXOS .....</b>	<b>193</b>
ANEXO 1 - AUTORIZAÇÃO DE COLETA DE DADOS .....	193
ANEXO 2 - PARECER DO CEP/UESB .....	194

## APRESENTAÇÃO

Ao observar na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 2016b), em seu Art. 1º, acerca dos princípios fundamentais da Cidadania e da Dignidade da pessoa humana, referente à construção estrutural do artigo, uma pergunta me fazia enquanto estudante de graduação, sobre o porquê de a Dignidade vir depois da Cidadania - dada a formação do curso, Psicologia, voltar-se também para o âmbito privado - supunha que a Dignidade poderia vir como o primeiro princípio. A resposta desta ordem veio depois, com a prática profissional da Psicologia na Assistência Social, ao lidar com diversas situações de violação de direitos que poderiam ser evitadas pelo exercício cotidiano destes, assim como os deveres, pela sociedade e pelo Estado. Ou seja, a concepção da cidadania é de contornar o valor do humano na sociedade, da pessoa que deve ser respeitada em sua individualidade no âmbito moral, material e psíquico, em suas escolhas e necessidades, através da garantia dos direitos sociais. Intuitivamente, essa resposta veio traduzida pelo filósofo francês Gilles Deleuze ao explicar o ser “gauche” ou de esquerda,

Ser de esquerda é começar pela ponta. Começar pela ponta e considerar que estes problemas devem ser resolvidos. (...) Ser de esquerda é saber que os problemas do Terceiro Mundo estão mais próximos de nós do que os de nosso bairro (...) Primeiro, o contorno. Começam pelo mundo, depois, o continente [...] europeu, por exemplo [...] depois a França, até chegarmos à *Rue de Bizerte* e a mim. É um fenômeno de percepção. Primeiro, percebe-se o horizonte. [...] O que é não ser de esquerda? Não ser de esquerda é como um endereço postal. Parte-se primeiro de si próprio, depois vem a rua em que se está, depois a cidade, o país, os outros países e, assim, cada vez mais longe. Começa-se por si mesmo e, na medida em que se é privilegiado, em que se vive em um país rico, costuma-se pensar em como fazer para que esta situação perdure [...]. (O ABECEDÁRIO..., 1997)

No trabalho com a Assistência Social, que lida com a pobreza, o risco e a vulnerabilidade pessoal cotidianamente, constatamos a persistência dos ciclos que envolvem gerações de pessoas a permanecerem na pobreza e com limitada mobilidade social. Este foi um dos motivos para a escrita deste estudo, suscitado em um Núcleo de Atendimento a Medidas Socioeducativas em meio aberto da Prefeitura da cidade de Salvador, BA, que fazia a interlocução entre os Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e as Varas da Infância e Juventude de Salvador. Mesmo resguardados pela Constituição Federal e pelo

Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), me perguntava onde estava a condição especial de seres em desenvolvimento daquelas “ex” “quase” crianças, pelas sucessivas faltas nas políticas públicas enquanto ela crescia e que, borrando os contornos de um possível cidadão, atingiu a sua dignidade e a da sua família. Por vezes atendi adolescentes descalços; com mães me perguntando: “Por que não prende?”. Por vezes, telefonei a estas mães para avisar do início da Medida Socioeducativa (MSE) nos CREAS e bradavam do outro lado: “É o quê? Ele morreu (...)” ou: “Agora é tarde. Os *homens* pegaram. Está preso”. Por vezes colegas desabafavam “(...) a escola está dificultando a vaga da matrícula”; “a polícia pegou a chave de casa deles e está perseguindo toda a família”; por vezes, falei com colegas do meio fechado que diziam “aqui é comum desenvolverem transtorno mental ou tentar suicídio”. Por vezes, atendi adolescentes e famílias que não podiam voltar para suas casas por ameaça; e por muitas vezes os que voltavam mudavam-se às pressas para bairros distantes rompendo com a comunidade para manterem-se vivos. Estas urgências, por vezes, deslocam a ordem dos princípios da Constituição. Seria a dignidade o primeiro? Porém, sem a cidadania, os demais princípios não se materializam.

Pelo direito à vida, à cidadania e à dignidade. Por eles, esta pesquisa.

Este estudo está organizado em seis sessões que têm imbricadamente por propósito construir pontes que nos levem a margens seguras e respeitadas sobre o viver humano de jovens e suas famílias em relação aos princípios da Dignidade Humana e da Cidadania. A primeira seção, da *Introdução*, apoia-se no olhar interseccional sobre a Vulnerabilidade Social e suas incidências de cor/raça, gênero, classe sobre os socioeducandos negros e periféricos, que, enquanto se desenvolvem, são mais vulneráveis à violência, ao risco e à morte, apesar da legislação protetiva à infância e a adolescência, que assegura a prioridade no atendimento e inclusão nas principais políticas de base, como educação, saúde e na própria assistência social - solo onde a pesquisa se materializou. A partir dos pilares da matricialidade sociofamiliar da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), articula-se a perspectiva pragmática da garantia dos direitos sociais destes jovens negros e suas famílias aos pressupostos da Teoria Sistêmica e do Desenvolvimento Humano, dado o fenômeno multidimensional da vulnerabilidade social, o efeito do

racismo em suas vidas e da mutualidade dos aspectos políticos em contexto da medida socioeducativa.

A segunda seção revisita a literatura produzida pela psicologia social e do desenvolvimento humano e publicações oficiais ministeriais para refletir sobre a dinâmica vulnerabilidade social e risco, quando este último decorre por perdas ou danos circunstanciais, tendo o agenciamento do sistema capitalista como produtor da instabilidade do mercado de trabalho e da fragilidade das relações sociais. Este fator socioeconômico combinado com o fracasso das políticas públicas de base de prevenção e proteção dá visibilidade à condição histórica da desigualdade social no país, com o agravamento das discriminações e a fragilização de vínculos. Neste quadro, há os jovens adolescentes negros das periferias de Salvador, foco do estudo, com acesso insuficiente a direitos sociais, mesmo em condição peculiar de desenvolvimento humano. Assim, o capítulo se encerra alertando que esses marcadores sociais sejam considerados no entendimento sobre o ciclo vital da adolescência e juventude, para além de uma 'etapa de vida' naturalizada, com atributos e características universais.

A terceira seção, que ingressa no referencial teórico utilizado, está dividida em duas partes. Inicia com um delineamento sobre vulnerabilidades historicamente produzidas que, em confluência, geram mais risco pessoal, social e sobre a dinâmica familiar do adolescente de etnia/raça negro-parda e periférico no contexto da MSE, serviço executado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Examina as intersecções raça/cor aos índices de escasso acesso à saúde, educação e de vitimização por violência, desde a infância, o que também é abordado na perspectiva das práticas de gênero, apresentando a vulnerabilidade à violência subjacente ao exercício da masculinidade. Arremata com a explanação sobre ato infracional, a legislação que assegura a proteção social à infância e adolescência neste contexto mais a sistematização e a importância da intersetorialidade das políticas públicas da Socioeducação. Na segunda parte, são apresentados os fundamentos da Teoria Sistêmica que lastreiam a perspectiva Bioecológica do Desenvolvimento Humano, expressos nos diversos contextos/níveis ontológicos (micro, meso, exo e macrossistema) e que, em interação, perfazem o problema do estudo, incluindo os aspectos dos processos proximais do desenvolvimento humano em perspectiva dos participantes do estudo. Destes,

adolescentes/jovens, na sequência do capítulo, é trazida a perspectiva contextualista deste ciclo vital, enfatizando a produção histórica do adolescente/jovem vulnerável como o ângulo que perspectiva a diferença entre as juventudes, considerando a história, contingências e vicissitudes de cada sujeito jovem, sem concepções universais de existência – respeitando o início do percurso histórico dos teóricos desenvolvimentais que outrora teorizavam os aspectos do desenvolvimento ora maturacionais e genéticos, ora aspectos exclusivamente contextuais, cujas características e atributos foram universalizados em aspectos humanos de uma fase de vida. No desfecho do referencial teórico é problematizada a dimensão da convivência familiar no seu *micro e mesossistemas*, bem como, a sua configuração como um sistema funcional, dinâmico, com inter-relações complexas e fatalmente articuladas que se desdobram em diversos arranjos, amparando-se em teóricos(as) da teoria familiar sistêmica, paradigma contextualista que possibilitou articular teoricamente os processos de desenvolvimento humano dos adolescentes negros e periféricos e seus familiares no contexto da vulnerabilidade social - que pela sua produção histórica é permeada por questões de etnia/raça, gênero e vulnerabilidade social. Por seu turno, esta interface proposta pelo estudo inclui a dimensão do exo e macrosistema dos participantes, considerando como se dá o repertório cognitivo, emocional e comportamental dos socioeducandos nos múltiplos níveis de influência ambiental sobre o desenvolvimento, desde as interações mais próximas até o contexto cultural mais amplo.

Na quarta seção, do *Método* de investigação, apresentamos a abordagem qualitativa adotada, com guarida teórica na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), apoiando a análise dos aspectos subjetivos dos fenômenos sociais sobre o desenvolvimento humano, a partir da interatividade dos subsistemas e sistemas dos socioeducandos e familiares em contexto. Tendo a justiça social como um constructo (Denzin, 2018), ancorou-se na interseccionalidade etnia-raça, gênero e classe, em Akotirene (2019) e Collins e Bilge (2020) de modo que se constituiu a sensibilidade humana de imersão na abordagem qualitativa, descritiva e aplicada. O ambiente ecológico dos participantes foi aqui explorado em um conjunto de estruturas concêntricas imbricadas em contextos de (des)proteção social. O modelo Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT) deu suporte para

compreender as experiências significativas ou não frente as políticas públicas de proteção social durante a socioeducação. O cenário foi um dos sete CREAS do município de Salvador-BA. O estudo acessou as três categorias de participantes do cumprimento da MSE: três socioeducandos, três dos seus familiares e uma psicóloga que os acompanha, perfazendo sete participantes. O instrumento constituinte foi a entrevista semiestruturada para cada perfil de participante. Os roteiros das entrevistas inspiraram-se nas dimensões PPCT, adaptados à realidade dos participantes aos processos interseccionais de etnia/raça, gênero e classe e e nos eixos estruturantes do Plano Individual de Atendimento (PIA), que orientam a MSE. A dimensão Processo foi o guia para conhecer em particular as dimensões do PIA dos participantes. A coleta de dados foi realizada após aprovação do projeto pelo CEP/UESB, sendo realizada entre os meses de setembro e novembro de 2024. Da primeira etapa prevista, o inquérito documental do PIA se deu de forma dialogada com a equipe. Por segundo, a aplicação das entrevistas semiestruturadas para cada categoria de participante, ocorreu individualmente. Da análise dos dados, Miles e Huberman (1994) lançaram luz sobre os três fluxos simultâneos de procedimentos: a redução dos dados; a sua apresentação; a interpretação/verificação das conclusões. Neste estudo, como estratégia de validação e para a garantia de rigor científico foi sendo cingido o imbricamento da metodologia da triangulação (Denzin, 2009; Tuzzo; Braga, 2016), de forma abrangente às diferentes perspectivas e fontes de dados. Assim, foram geradas as categorias “E o eu com isso: quando o entorno é a (des)proteção social”, “A medida socioeducativa: vieses e desdobramentos”, e “SUAS: desafios à intersectorialidade para retroalimentação dos direitos à cidadania e a dignidade da pessoa humana”. Sendo ramificações da primeira categoria, as subcategorias, respectivamente, “Os m(EU)s (Des)arranjos familiares em contexto” e “Barricadas pelo caminho: adolescendo em contexto periférico”; da segunda categoria, tivemos as subcategorias: “Da (des)proteção à contravenção: o revés do ‘Ato Infracional’ e “As dimensões da MSE e seus eixos: o que é possível estruturar?”; e da terceira, tivemos “O acesso transversal às políticas públicas e as suas (im)permanências: intersectorialidade à deriva” e “‘Uma andorinha não faz verão’: o coletivo de saberes para fazeres mais equânimes na Assistência Social” que imbricadamente foram trianguladas, permitindo ir o mais profundo, do âmbito geral para o mais proximal

das relações humanas dos participantes - respondendo à pergunta de pesquisa-, e ir ao encontro dos objetivos traçados.

Na quinta seção, os *resultados* apontaram que contextos de desenvolvimento humano permeados pela criminalização da pobreza, racismo institucional e estrutural, pouco acesso a direitos e a consequente desarticulação do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), previsto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) para a execução do PIA, bem como a ausência de cultura organizacional baseada na intersectorialidade agravam a vulnerabilidade social e impactam diretamente o desenvolvimento humano dos participantes.

E, por fim, a sexta seção, das *Considerações finais*, traz uma análise circunstanciada em articulação teórica do que foi apresentado e discutido em todo o trabalho, com a inevitável constatação de que o problema de pesquisa corresponde à realidade dos socioeducandos: fatalmente, desenvolvem-se **em** vulnerabilidade social.

## 1 INTRODUÇÃO

*Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral [...], assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Brasil, 1990, p, 13).*

No contexto da Assistência Social, definir o conceito de vulnerabilidade social, dentre os seus múltiplos aspectos amalgamados, significa considerar os processos interseccionais que constroem a exclusão e a inclusão de pessoas nas políticas de proteção e de garantias de direitos. Estes processos operam sobre as pessoas como fendas, atingindo as suas condições materiais, políticas, culturais, jurídicas e subjetivas. Por seu turno, o termo em latim *vulnerare* significa ‘ferir’, desse modo, o vulnerável é ferido por uma condição ou situação de insegurança e risco, que “(...) no âmbito da pobreza, remete a processos de sofrimento que tal condição de incerteza provoca - para além das privações monetárias ou materiais em si” (Bronzo, 2015, p. 5).

É emblemático observar que no artigo 203 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2016b) a Assistência Social deve ser prestada a quem dela necessitar, mas, no cotidiano dos equipamentos desta política, constata-se reiteradamente a frequência de pessoas vulnerabilizadas pela condição de pobreza, extrema pobreza e risco social com acesso precário ou nulo aos serviços públicos, elencando necessidades insatisfeitas em múltiplos âmbitos (escolaridade, alimentação, saúde, moradia, trabalho, transporte público e outros). Estas pessoas, em sua maioria mulheres negras, mães de crianças e adolescentes negros/as-pardos/as, são as referências das suas famílias e trazem consigo a materialidade das desigualdades sociais do país e mais os seus agravos, vivenciando o atravessamento das questões de gênero e etnia/raça, “(...) o que implica ainda mais o adensamento das situações de vulnerabilidades às quais (...) especialmente as mulheres negras, estão sendo expostas” (Gasparotto; Grossi, 2017, p. 210). É na articulação desses marcadores sociais (ser mulher, ser negra, periférica, estar em situação de pobreza, ser LGBTQIA+, entre outros) que os processos sociais de exclusão e inclusão fundam

as subjetivações por estas diferenças e atuam sobre o governo delas, exigindo uma abordagem interseccional desses problemas (Akotirene, 2019). Esta abordagem sobre a produção das contingências sociais da pobreza elucida “(...) a forma como as diferenças e desigualdades sociais são negociadas, e entram em jogo nas relações de poder, formulam o acesso e garantia de direitos nas políticas públicas” (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2021b, p. 48).

Nesta constante é importante assinalar a relação vulnerabilidade social e gênero nas famílias monoparentais, no contexto da aplicação da Medida Socioeducativa (MSE), que é envolto em situações de risco e vulnerabilidade para o adolescente/jovem e seu familiar. Em dois estudos paralelos sobre o perfil de jovens custodiados (18-29 anos) e em cumprimento de MSE em meio fechado (17-20 anos), a Defensoria Pública do Estado da Bahia identificou em ambos que os jovens pertenciam a famílias empobrecidas, em sua maioria chefiadas por mulheres (Bahia, 2019; 2020). Nesta linha, a publicação Retrato das Desigualdades de gênero e raça (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2015), com o estudo da distribuição do percentual das famílias chefiadas por mulheres entre 1995-2015, segundo cor/raça da chefe de família e faixa de renda familiar per capita, apontou que 67,7% das mulheres negras vivem com menos de um salário mínimo, bastante inferior não só à dos homens, como à das mulheres brancas (42,5%) (IPEA, 2015), denotando uma maior vulnerabilização das mulheres/mães negras e suas famílias. É sabido que na socioeducação, a população sentenciada a cumprir a MSE em meio fechado ou aberto é predominantemente negra, oriunda de famílias monoparentais lideradas por mulheres; dados do IPEA (2015) sobre o meio fechado totalizam 28.614.895 famílias com este perfil. No meio aberto, dos adolescentes/jovens em cumprimento de medida socioeducativa no país, 88% são do sexo masculino e 82% estão na faixa etária dos 16 aos 21 anos. Deste público, 948 foram assassinados durante o cumprimento da MSE e 19 cometeram suicídio, segundo o Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas (MSEs) em meio aberto no Sistema Único de Assistência Social (Brasil, 2018b). Dados sobre a Bahia apontam que dos 1.774 adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), em 2017, “Salvador, Vitória da Conquista e Ilhéus detêm, respectivamente, os 03 maiores quantitativos de

adolescentes acompanhados no Estado, perfazendo 30% do total (Brasil, 2018b, p. 62).

Complementando estudos acima, Tavares et al (2023), afirmam que as famílias dos jovens custodiados são marcadas pela ausência masculina desde o período da gestação ou ao longo dos primeiros anos de vida destes jovens, “(...) sendo as principais causas da ausência a morte por violência e o encarceramento (...)” (*ibid*, p. 235). Nas Orientações Técnicas das MSEs em meio aberto, sobre as famílias, tem-se que muitas delas não acessam políticas públicas que contribuam para o desempenho de seu papel protetivo, ou seja, de prevenção ao risco e à vulnerabilidade: “Não se trata de culpabilizar as famílias, mas de reconhecer as suas vulnerabilidades, como os ciclos geracionais de violência e o histórico de pobreza e desigualdade (...)” (Brasil, 2016d, p. 18).

A estadunidense bell hooks (2019), sobre as famílias chefiadas por mulheres negras, aponta que “esse fator é tratado como sinal do fracasso dos homens negros” (hooks, 2019, p. 170). A autora faz um recorte sobre a masculinidade negra e a sua resposta na cultura patriarcal, pedindo questionamento cuidadoso ao modo “como noções machistas da masculinidade legitimam o uso da violência”, atentando para a “conexão entre esse pensamento e o homicídio de negros por negros, a violência doméstica e o estupro” (*ibid*, p. 172). A masculinidade, complementa, tal qual concebida pelo patriarcado, é uma ameaça à vida dos homens negros.

Desde a infância já verificamos o impacto do racismo sobre o futuro adolescente negro no que tange ao não acesso a direitos: na análise dos dados do Relatório sobre o impacto do racismo na infância (Unicef, 2010), das crianças e adolescentes brasileiros, 54,5% são negros ou indígenas, o que equivalia a 31 milhões de negros e 140 mil indígenas. Destes, a pobreza, a começar, diminui o acesso aos cuidados pré-natais, à vacinação e a todos os direitos básicos de manutenção da vida. Apesar de todos os avanços alcançados com a garantia dos direitos das crianças, advindos com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990), das 26 milhões de crianças brasileiras que vivem em famílias pobres, 17 milhões são negras. Entre as crianças brancas, a pobreza atinge 32,8%; e entre as crianças negras, 56% (Unicef, 2010). Na educação, dos 10 milhões de jovens brasileiros entre 14 e 29 anos de idade que deixaram de frequentar a escola sem ter

completado a educação básica, 71,7% são pretos ou pardos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2020).

Cerqueira, Ferreira e Bueno (2021) nos informam que, mundialmente, os que mais apresentam risco de serem vitimados por homicídios são os adolescentes e jovens do sexo masculino entre 15 e 29 anos e que estes dados são especialmente representativos do contexto do continente americano, no qual a mortalidade violenta é, de maneira geral, consequência dos conflitos da ação do crime organizado e do uso de armas de fogo.

Com efeito, no Brasil a violência é a principal causa de morte dos jovens. Dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. **São 23.327 jovens que tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, em uma média de 64 jovens assassinados por dia no país [...] considerando a série histórica dos últimos onze anos (2009-2019), foram 333.330 jovens (15 a 29 anos) vítimas da violência letal no Brasil**. São centenas de milhares de indivíduos que não tiveram a chance de concluir sua vida escolar, de construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem reconhecidos pelas suas conquistas no contexto social em que vivem **[grifo nosso]** (Cerqueira; Ferreira; Bueno, 2021, p. 27).

As pesquisas apontam que jovens negros/as são a maioria das pessoas encarceradas ou mortas. A perspectiva da interseccionalidade contribui para o entendimento sobre como as masculinidades conectadas ao racismo e à pobreza produzem o encarceramento em massa de jovens negros. Estes processos históricos e sociais são responsáveis por aquilo que foi denominado por Abdias do Nascimento (2016) de genocídio da população negra.

A vulnerabilidade à violência manifestada nas masculinidades virilizadas dos adolescentes-homens das Medidas Socioeducativas (MSEs) insurge como um dos prismas da questão vulnerabilidade-desenvolvimento humano que se interpõe neste trabalho. O que salta aos olhos, na dinâmica das estruturas sociais e das estatísticas, é a violência interpessoal reiterada, responsável pela elevada mortalidade entre adolescentes e adultos jovens do sexo masculino (10-24 anos), em especial, na região nordeste do Brasil, por quase 30 anos seguidos (Malta *et al.*, 2021). É evidente que pensar sobre a violência entre adolescentes e jovens pela perspectiva da atividade da masculinidade é, de antemão, destacar a interface deste marcador às demais causas de vulnerabilidade à violência, as chamadas “(...) formas estruturais da violência, muitas vezes ocultas numa fachada de inevitabilidade histórica da pobreza, da desigualdade, da ineficácia da garantia de

direitos” (Brasil, 2005a, p. 81), incluindo as questões de etnia/raça que atingem mais crianças e adolescentes negros pobres do que seus pares brancos (*Ibid.* p. 81).

A violência atinge especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Esta realidade é constatada no *Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017*, indicador da Secretaria Nacional da Juventude, que agrega dados relativos às dimensões-chave na determinação da vulnerabilidade dos jovens de 15 a 29 anos à violência, tais como: taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por homicídios e por acidentes de trânsito. Mais da metade das 59.080 pessoas mortas por homicídios em 2015 eram jovens, 71% negro-pardos e 92% do sexo masculino (Brasil, 2017c).

É imperioso destacar que os direitos sociais que dispõe a Constituição Federal em seu artigo 6º, a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados são garantias fundamentais ao cidadão (Brasil, 2016b), mas, na prática da Assistência Social, constata-se que não se efetivam em conjunto com outras políticas públicas para a proteção social integral dos brasileiros(as). Esta fatalidade demonstra que para além dos benefícios eventuais ou de transferência de renda, as mulheres e seus filhos adolescentes trazem demandas de suporte técnico psicossocial nos dispositivos do SUAS para a minimização das situações que os vulnerabilizam e os colocam em desvantagem para a mobilidade social, já que são marcados por aspectos em comum (etnia/raça, classe social, gênero) que acirram essa diferença em relação a outros grupos sociais. Estes aspectos subsidiam a conceituação da interseccionalidade, que amplia a compreensão das diferentes formas de dominação e violências, buscando “capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177).

Em 2005, com a instituição da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), a vulnerabilidade social é expressa por diferentes situações que podem acometer os sujeitos em seus contextos de vida. A concepção dessa política não está estritamente atrelada à ausência dos mínimos sociais, mas às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e a desigualdade de acesso a bens e serviços públicos

(Carmo; Guizardi, 2018). Sarti (2011), percebendo as circunstâncias do pauperismo que ronda as famílias nesta situação, acrescenta que “(...) a pobreza é um problema para quem a vive não apenas pelas difíceis condições materiais de sua existência, mas pela experiência subjetiva de opressão, permanente e estrutural” (p.12). Akotirene (2019) destaca que a falta de metodologias adequadas às realidades das mulheres negras e a desconsideração da marcação social de raça dificulta que as políticas públicas abordem a realidade de mulheres negras e de outros grupos sociais subalternizados.

Em sua pesquisa, Sarti (2011) observou que famílias em situação de pobreza dificilmente passam por ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico sem rupturas, “(...) sobretudo pela fase de criação dos filhos”, já que as dificuldades que surgem para a realização dos papéis familiares, “no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos” (*ibid*, p. 65) indicam a possibilidade de se estabelecer “uma relação entre as condições socioeconômicas e a estabilidade familiar (...) as famílias desfeitas são mais pobres e, num círculo vicioso, desfazem-se mais facilmente” (*ibid*, p. 66).

Num desígnio biológico, pessoal e histórico, complexo e multifatorial, todo adolescente, na transição entre infância e vida adulta, responde à natureza do seu ciclo vital e, para além de ser um processo individual e pessoal, responde também às intervenções do contexto sociocultural. Ao observar os processos de masculinidade associados ao racismo no interior da escola, hooks (2015) aponta que os jovens negros são educados pela mídia e pela escola para o trabalho manual e o investimento na força física,

Preparados para ser mantidos como membros permanentes de uma subclasse, para não ter escolhas e, deste modo, dispostos a matar, sempre que necessário, em nome do Estado, homens negros sem privilégios de classe sempre têm sido os alvos da deseducação. Eles foram e são ensinados que o ‘pensar’ não os ajudará a sobreviver. Tragicamente, muitos homens negros não têm resistido a esta socialização. Não é um mero acidente que homens negros com intelectual brilhante acabaram presos, mesmo quando garotos, por serem considerados ameaçadores, maus e perigosos (hooks, 2015, p. 679).

Em que pese o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto nos CREAS, admite-se que,

[...] processos sociais e culturais podem apressar ou retardar o ritmo de desenvolvimento da pessoa em razão de situações que podem antecipar a

entrada da criança ou do adolescente na vida adulta: o trabalho infantil, a trajetória de rua, o acúmulo de responsabilidades junto à família e a sobrevivência financeira, dentre outras situações que acabam por gerar impactos negativos sobre o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dessas crianças e adolescentes (Brasil, 2016d, p.15).

Este contexto de vulnerabilidade que circunscreve e especifica esta adolescência poderá fazer do ciclo vital uma fase mais difícil devido às desigualdades (de renda, raciais, de gênero, de orientação sexual, entre outras), à violência, à falta de acesso às políticas públicas e à falta de perspectiva de ingresso no mundo do trabalho. Tais fatores têm influência direta na autoestima e no reconhecimento social dos adolescentes (Brasil, 2016d).

A família que envolve este adolescente, engendrada na Constituição Federal (Brasil, 2016b), com garantias de direitos sociais via políticas públicas específicas, é como uma parte de um organismo social que, para proteger, prevenir e emancipar os seus membros, deve ter as suas necessidades de proteção e integridade atendidas. Apesar de ser uma célula social comum aos indivíduos, muitas são as estruturas e configurações assumidas pela família ao longo da evolução da sociedade. Em cada época histórica e a depender do contexto em que vivem, as pessoas definem de formas diferentes quem faz parte de sua família, vivenciando-a de uma forma muito singular (Morais; Lima; Fernandes, 2014).

A literatura tem incentivado o uso da expressão famílias – no plural, para atender a pluralidade de formas de ser e viver em família. A consanguinidade, historicamente entendida como a principal característica da sua definição, tem dado lugar a outros aspectos, como parentesco, coabitação e afinidade, para além dos fatores biológicos e legais, privilegiando aspectos da convivência e dos vínculos afetivo-relacionais entre os membros (Osório, 2011; Wagner; Tronco; Armani, 2011). A importância de contextualizar a compreensão das famílias encontra respaldo também na abordagem sistêmica, a qual a compreende como um sistema aberto, sendo, portanto, um instrumento teórico e técnico adequado para compreender a complexa interação dos fatores genéticos, orgânicos, intrapsíquicos, interacionais, transgeracionais, culturais e sociais relacionados às dinâmicas familiares (Silva, 2007; Waldemar; Falceto, 2011).

Na Política Nacional de Assistência Social - PNAS (Brasil, 2005b), o reconhecimento da importância da família no contexto social consta no artigo 226,

da Constituição Federal, “quando declara que: a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, em consonância ao artigo 16, da Declaração dos Direitos Humanos, que “define a família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade” (Brasil, 2005b, p.41), portanto, tendo o direito à proteção do Estado,

[...] na medida em que a realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de penalização e desproteção das famílias [...] **a matricialidade sociofamiliar** passa a ter papel de destaque no âmbito da PNAS. Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que **para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros** é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. **Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos [grifos nossos]** (*ibid*, p. 41).

As referidas famílias na Assistência Social demandam proteção social e garantia de Direitos Sociais, como um dispositivo contra as formas de exclusão social decorridas de certas vicissitudes ou processos da vida, como a velhice, doença, adversidade e privações (Cruz; Guareschi, 2010), importando a discriminação por etnia/raça e gênero. Por conseguinte, este entendimento elementar da sociedade que interage constantemente intra, interpessoalmente e interinstitucionalmente é um processo recursivo no todo social; faz do adolescente e família no contexto da medida socioeducativa um sistema vivo e dinâmico no qual, na situação de vulnerabilidade e risco - fenômeno multidimensional - precisa ser compreendido por uma abordagem que abarque as suas diversas versões, em seus respectivos contextos, numa perspectiva global. Assim, nos reportamos à Teoria Geral dos Sistemas, edificada por Ludwig von Bertalanffy entre 1940 e 1967, na qual responde que para o entendimento dos problemas dos sistemas abertos (vivos) em Biologia, Ciências Sociais e do comportamento, é preciso novos instrumentos conceituais, por estes possuírem múltiplas variáveis, já que “o conceito de ‘sistema’ [...] pode ser aplicado a qualquer totalidade constituída por componentes interatuantes” (Bertalanffy, 2015, p. 145). Este estudioso, biólogo, faz referência ao comportamento, que, num estímulo do ambiente sobre o indivíduo não encontra um sistema inerte e passivo, mas um sistema num desequilíbrio de estado estável, consequentemente o estímulo *modifica* o indivíduo, perfazendo um sistema autonomamente ativo.

Dada a natureza do fazer psicológico na Assistência Social com os adolescentes, com atendimentos a demandas familiares e comunitárias, é esperada a conjugação das subjetividades com as situações objetivas, como a desigualdade social e o não acesso a direitos, pois esta realidade, de forma contumaz, produz indivíduos e famílias vulneráveis, com marcadores sociais de etnia/raça e gênero que os colocam, na perspectiva interseccional, em desvantagem em relação a outros grupos. Assim, a interação desses sistemas individuais, familiares e sociais revelam ‘flutuações cíclicas’ resultantes desta interação. Criticando o reducionismo nas ciências, o autor coloca que

[...] O mundo, conforme disse uma vez Aldous Huxley, é como um bolo de sorvete napolitano, onde os níveis - o universo físico, o biológico, o social e o moral - representam as camadas de chocolate, morango e baunilha. Não podemos reduzir o morango ao chocolate, o máximo que podemos dizer é que talvez tudo seja baunilha [...] o princípio unificador é que encontramos organização em todos os níveis (Bertalanffy, 2015, p. 76).

A pesquisa neste sentido será oportuna em provocar a compreensão sistêmica da vulnerabilidade envolta ao adolescente que cumpre MSE, ser em desenvolvimento, portanto atrelado a um familiar, acompanhados em políticas públicas executadas e entrecruzadas entre impasses e limitações. O atendimento socioeducativo é entendido como um subsistema que articula e integra vários sistemas – saúde, educação, assistência, justiça e segurança pública.

As MSEs, são edificadas a partir da responsabilização do adolescente, integradas à perspectiva da educação, observando a peculiaridade do período da adolescência, disposta no ECA. Tendo como princípio a proteção integral, concebe os adolescentes como destinatários de todos os direitos fundamentais para assegurar o desenvolvimento integral em condições de liberdade. Neste sentido, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Brasil, 2006; 2012) regulamenta a política de execução das medidas socioeducativas em todo o Brasil.

A apreensão sobre o atendimento socioeducativo, integrando as políticas públicas supramencionadas, incumbe a Assistência Social a atuar na acepção da matricialidade sociofamiliar - pautada nas necessidades das famílias, de seus membros e dos indivíduos nos serviços em que são referenciados, observando como são vivenciadas questões relacionadas à etnia/raça, à condição socioeconômica, à identidade de gênero, à sexualidade, à religião e aos conflitos

intergeracionais (Brasil, 2016d). As ações relativas às MSEs, conforme tipificação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), têm como referencial o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para a sua execução, prevendo o acompanhamento do cumprimento da MSE em meio aberto, a Liberdade Assistida (LA) e/ou Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e o diálogo com o sistema de justiça. Na saúde, o SUS propõe a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI), que visa garantir e ampliar o acesso aos cuidados em saúde destes adolescentes, abrangendo a atenção básica de média e alta complexidade, as ações no campo da saúde sexual e da saúde reprodutiva; da saúde bucal; da saúde mental; da prevenção ao uso de álcool e outras drogas; da prevenção e controle de agravos; da educação em saúde; e dos direitos humanos; a promoção da cultura de paz e a prevenção de violências e assistência às vítimas (Brasil, 2021). No âmbito da educação, tendo o ECA (Brasil, 1990) como base para a dignidade e cidadania destes adolescentes, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 1996) o Ministério da Educação fundamentou a Resolução nº. 3/2016 (Brasil, 2016c), do Conselho Nacional de Educação (CNE), das diretrizes nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, prevendo em um dos seus princípios “a escolarização como estratégia de reinserção social plena, articulada à reconstrução de projetos de vida e à garantia de direitos” (Art. 4), assim como o art. 5 que prevê “o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades de aprendizagem de adolescentes e jovens, em sintonia com o tipo de medida aplicada” (Brasil, 2016d, p. 02); e, os coloca como público prioritário no sistema de ensino, e o art. 6, que aponta: “a prioridade de adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo nas políticas educacionais” (*ibid*, p. 02). Por fim, o Sistema de Justiça “envolve a apuração do ato infracional, a atribuição da medida socioeducativa e o acompanhamento de seu cumprimento pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública e pelo Poder Judiciário” (Brasil, 2021, p. 36).

Pensar nas necessidades dos socioeducandos pela perspectiva da garantia do direito, da dignidade e da cidadania é admitir, pela ótica sistêmica, que uma modificação local repercute sobre as partes, e que numa dessas unidades pessoais ou familiares reside o diverso, que é o todo *na* unidade humana. Esta é a concepção

do Pensamento Complexo apresentada por Edgar Morin (2003), que nos ajuda a revisar as fronteiras entre os saberes e fazeres, sob a égide da 'aptidão geral' no que se refere à: psicologia social; assistência social; adolescência; família; intersectorialidade das políticas públicas; contexto bioecológico do desenvolvimento; vulnerabilidade social; a produção histórica e econômica da vulnerabilidade social. A mutualidade e interação destas unidades ampliam perspectivas e extirpam conclusões lineares de causa e efeito, comuns aos especialismos dos seus saberes. Nas imersões sobre a Teoria da Complexidade deste pensador, desembocamos na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, perspectivando o problema da pesquisa com a contextualização de saberes, aqui postos: a relação vulnerabilidade-desenvolvimento humano/adolescência/famílias - por isso a necessidade de articulação das narrativas dos participantes (usuários/as e psicóloga do CREAS com as suas experiências nos contextos sistêmicos relacionados e atribuídos, com os instrumentos de trabalho já praticados no serviço de medidas socioeducativas), com as metas da socioeducação pactuadas entre adolescente, família e psicóloga junto aos programas e serviços das políticas públicas que visam minimizar ou debelar a vulnerabilidade social a que estão expostos. Este é um ponto de partida, uma diversidade de elementos de vários sistemas em conjunto.

Destarte, a pertinência da pesquisa está nos desdobramentos do Pensamento Sistêmico com as postulações da Teoria da Complexidade (princípios Sistêmico ou organizacional; Holográfico; Retroativo; Recursivo; Auto-organização/auto-eco organização e o Dialógico), para um procedimento intelectual de ligar os saberes e lhes dar sentido, sobre a pluralidade de elementos que perfazem a vulnerabilidade social e as ofertas das políticas públicas supramencionadas. Neste sentido, assentada na compreensão do que nos alertam Conceição et al. (2021), provoca a compreensão interseccional sobre a interação das relações de poder e raça, gênero e classe, como estes marcadores entrelaçam-se, articulam-se e engendram uns aos outros, gerando desigualdades nos contextos do desenvolvimento humano.

## **1.1 Problema da pesquisa**

Como o adolescente e o familiar responsável de etnia/raça negro-parda, em desenvolvimento humano e em contexto de vulnerabilidade social, acessam as políticas públicas para o cumprimento da Medida Socioeducativa?

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Geral**

Averiguar como o adolescente e familiar responsável de etnia/raça negro-parda em vulnerabilidade social acessam as políticas públicas para a Medida Socioeducativa e os seus efeitos ao desenvolvimento humano.

### **1.2.2 Específicos**

- identificar como se dá o acesso aos serviços públicos das políticas que orientam o Plano Individual de Atendimento (PIA) durante o cumprimento da Medida Socioeducativa (MSE) - elementos objetivos dos sistemas envolvidos no contexto de vulnerabilidade social;
- analisar com qual frequência o adolescente e familiar responsável acessam os serviços públicos para o cumprimento da MSE;
- relacionar os efeitos do encaminhamento nos serviços públicos para o cumprimento da MSE e o desenvolvimento humano do adolescente e familiar responsável.

### 1.3 Justificativa

Considerando a produção histórica que envolve negros, jovens, com baixa renda e escolaridade; moradores de bairros periféricos sobre os quais incidem diversos vetores de vulnerabilização social que os “empurram” para o centro do sistema de justiça – pelo desfecho das políticas de segurança pública, tendo como porta de entrada as Medidas Socioeducativas - e com altíssimas chances, com a chegada da maioridade, de retorno ao sistema prisional; bem como as 948 mortes violentas (homicídios) de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto em 2017, incluindo 19 suicídios, segundo o Relatório da pesquisa nacional das Medidas Socioeducativas em meio aberto (Brasil, 2018b, p. 28), representadas nos dados de violência e homicídios entre adolescentes e jovens negros, “(...) 55,3% dos homicídios de homens acontecem no período da juventude, entre 15 e 29 anos (...) chegando a ser 74,0% superior para homens negros” (Cerqueira; Bueno, 2020, p. 67-68); e os números mais recentes que reverberam esta realidade há mais de três décadas, como nos esclarecem Cerqueira, Ferreira e Bueno (2021, p. 22):

Com efeito, no Brasil a violência é a principal causa de morte dos jovens. Em 2021, de cada cem jovens entre 15 e 29 anos que morreram no país por qualquer causa, 49 foram vítimas da violência letal. Dos 47.847 homicídios ocorridos no Brasil em 2021, 50,6% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. São 24.217 jovens que tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, com uma média de 66 jovens assassinados por dia no país.

Diante disso, urge pesquisar qual o efeito das políticas públicas voltadas para a minimização da vulnerabilidade social e prevenção ao risco sobre os contextos do desenvolvimento humano de adolescentes e jovens durante o cumprimento da Medida Socioeducativa em meio aberto, em Salvador, em observância ao total de 1.774 adolescentes em cumprimento de LA e PSC no Estado da Bahia, sendo Salvador, Vitória da Conquista e Ilhéus, respectivamente, os três maiores quantitativos de adolescentes acompanhados, perfazendo 30% do total do estado (Brasil, 2018b, p. 62).

Considerando a interação fatal entre as estatísticas do número de mortes de adolescentes e jovens negros, a história da pobreza e a violência urbana no Brasil, temos que o destino destes ‘meninos’ bifurca-se ora para o óbito por homicídio ora

para o ingresso no sistema prisional, já que o Relatório da Situação da Adolescência Brasileira apresenta que “a desigualdade por raça e etnia no país mostra-se de forma mais cruel (...) São os meninos negros brasileiros as maiores vítimas das mortes violentas” (Unicef, 2010, p. 51).

Por isso, a vulnerabilização da população negra favorece maior exposição aos homicídios, diretamente relacionada ao racismo estrutural, institucional e interpessoal (Soares Filho et al, 2007). Ou seja, na análise da construção histórica da sociedade brasileira está a perpetuação da vulnerabilidade social dos negros, corroborando nos piores indicadores sociais e de saúde do país para essa população (Fernandes *et al.*, 2023). Estudo feito em Salvador-BA identificou que “áreas com maior proporção de homens negros expressaram maiores riscos para homicídio” (*ibid*, p. 173), outro achado foi a superioridade das mortes violentas por homicídio no sexo masculino, em comparação às mulheres, atribuindo-se ao comportamento mais agressivo e ao seu envolvimento com a violência urbana (Moura *et al*, 2015).

Assim sendo, destaca-se, que é na realidade multidimensional da desigualdade social, entranhada na prática da Assistência Social, que esta pesquisa pretende aproximar-se dos contextos do desenvolvimento humano dos adolescentes/jovens com vivência infracional e seus responsáveis, referenciados no Serviço de MSEs de um CREAS de Salvador, que, por sua vez, são acompanhados por equipe composta por psicólogas e assistentes sociais. Centros que acolhem famílias e pessoas de diversos ciclos vitais e em situação de risco social ou com violação de direitos de várias ordens.

Em razão de um cenário desumano como o que se apresenta, estudos como o proposto evidenciam-se como necessários na direção de desvelamentos possíveis de reescrever o cenário posto à dignidade humana.

## **2 LANÇANDO O FOCO NA LITERATURA: um descortinar crítico e reflexivo, apontando perspectivas**

*“A história do Brasil é uma versão concebida pelos brancos e para os brancos, exatamente como toda sua estrutura econômica, sociocultural, política e militar” (Nascimento, 2019, p. 35).*

De acordo com a Política Nacional da Assistência Social - PNAS e com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a vulnerabilidade social é uma situação decorrente da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social por discriminações etárias, étnicas, de gênero, sexualidade, deficiência, entre outros marcadores, a que estão expostas famílias e indivíduos e que dificultam seu acesso aos direitos e exigem proteção social do Estado (Brasil, 2005b; CFP, 2021a; 2021b). Dos aspectos envolvidos em sua produção, Dimenstein e Cirilo Neto (2020) complementam que muitos estão fora do alcance decisório individual, como alimentação e escolarização deficiente, insuficiência de renda, desigualdade social, desemprego, condições sanitárias inadequadas, situações de violência, “(...) bem como as relações de gênero, raciais e de poder que perpassam a organização social e as experiências de vida” (*ibid*, p. 05).

O enfoque monetário da pobreza e a perspectiva das necessidades básicas insatisfeitas é uma via clássica para interpretar a vulnerabilidade, conhecida pela concentração nos resultados (Bronzo, 2007). A concepção de vulnerabilidade social tem a pretensão de superar e ao mesmo tempo incorporar o conceito de pobreza. Neste sentido, “(...) faz referência a um *processo* em vez de um *estado*, como é o caso das noções de pobreza que se imagina permanente, estático” (Cruz, 2006, p. 107). Além disso, na vulnerabilidade há a probabilidade de sofrer uma perda ou dano por ocorrências circunstanciais, desviando da perspectiva tradicional da pobreza (Hillesheim; Cruz, 2008).

A dinâmica inter-relação perda-dano-circunstâncias delinea a concepção de *risco*, “presente no nosso léxico na pré-modernidade como uma forma de se relacionar com eventos futuros, passíveis de controle” (Hillesheim; Cruz, 2008, p.

193). Após o surgimento da sociedade salarial no século passado, o/a ex- operário/a passa a ter acesso a direitos graças ao salário e ao emprego; porém, a despeito da Crise de 1929, começamos o século XXI revivendo mais uma crise financeira, no mesmo modelo de sociedade salarial, oriunda do epicentro dos Estados Unidos da América. Assim, a vulnerabilidade social passa então a ser entendida por parâmetros de produção do sistema capitalista, relacionados à estabilidade ou não no mercado de trabalho, à fragilidade das relações sociais e ao acesso e frequência aos serviços públicos de proteção social. Em uma perspectiva foucaultiana, “o risco é inscrito como um modelo produtivo de exercício de poder (...) de gestão do Estado que visa ‘bem gerir’ a população, mediante ações de controle e prevenção que são formuladas sobre a mesma”, destaca Carvalho (2007; p.148).

Por conseguinte, no âmbito da Assistência Social, o risco pessoal ou social, é decorrente da não prevenção das situações de vulnerabilidade social. Antevendo os riscos, as ações da proteção social básica têm como alvo estas situações, preconizando ações voltadas para a sua atenção e *prevenção*, bem como no incremento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas (Serviços ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Estas situações de risco pessoal ou social, também chamadas de vulnerabilidade relacional, são identificadas nas situações de violência, exploração e preconceito produzidas em razão de discriminações e intolerâncias por questões etárias, de raça e etnia, gênero, deficiência, dependência química, especialmente quando combinadas entre si. Desta forma, a iminência ao risco pessoal e social entre os vulneráveis está posta para

[...] crianças, adolescentes, mulheres, homossexuais e negros [que] são considerados como os grupos mais vulneráveis às situações de violência, como maus tratos, abuso sexual, aliciamento para práticas delituosas e uso de drogas (Brasil, 2017b, p. 45).

Assim, na Proteção Social Especial, em específico nos CREAS, onde também se executa o serviço de MSEs, o trabalho é voltado às famílias e pessoas em situação de risco pessoal e social, onde as situações de vulnerabilidade social podem ser agravadas e não foi possível preveni-las, culminando nas violações de direitos, expressando-se pela iminência ou por episódios de violência, abandono,

negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, **ato infracional**, etc. (CFP, 2021a; Brasil, 2011, [**grifo nosso**]).

Antes de abordar o ato infracional em si e a política de socioeducação no Brasil, que inclui o sistema de justiça e as políticas públicas para a infância e a adolescência, é crucial compreender o efeito das estruturas escravocratas e coloniais nessas políticas, passando por discussões importantes vindas da Criminologia, do Direito, da Sociologia e da própria Psicologia, dentre outras (CFP, 2021a). É urgente discutir que estas estruturas, que produziram a vulnerabilidade social da criança/adolescente/jovem negro e morador das periferias de Salvador, predisõem esta juventude ao risco pessoal e social em suas práticas cotidianas, ferem a todo o momento a garantia dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, colocando à prova os direitos já conquistados e promulgados por políticas basilares geradas da Constituição, como o ECA, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), PNAISAIRI, Sistema Nacional da Juventude, Diretrizes Nacionais de Educação (Res. n.3/2016) e a própria Política Nacional de Assistência Social (PNAS), observadas nesta pesquisa. Mesmo com este respaldo legal para a garantia do desenvolvimento humano sem violações de direito, a questão premente é como este adolescente ou jovem atravessa este ciclo vital ou sobrevive num cenário complexo de desigualdades sociais e violências de diversas ordens.

[...] processos sociais e culturais podem apressar ou retardar o ritmo de desenvolvimento da pessoa em razão de situações que podem antecipar a entrada da criança ou do adolescente na vida adulta: o trabalho infantil, a trajetória de rua, o acúmulo de responsabilidades junto à família e a sobrevivência financeira, dentre outras situações que acabam por gerar impactos negativos sobre o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dessas crianças e adolescentes (Brasil, 2016d, p.15).

No eixo ato infracional e MSE, a produção do adolescente/jovem negro vulnerável é o ângulo que perspectiva a diferença entre as juventudes, considerando a história, contingências e vicissitudes de cada sujeito jovem, sem concepções universais de existência. A objetiva definição de juventude como um marco biológico na vida é colocada em xeque quando se nega as diferenças entre as condições sociais do ser jovem em cada organização social (Bourdieu, 1983; Santos, 2016). Deste modo, leia-se a ênfase na diversidade de marcadores sociais, tais como:

[...] classe, raça, etnia, gênero, religião, moradia e culturas locais. Tais marcadores acompanham a inscrição da expressão juventude no plural, especialmente na década de 2000, demarcando as condições diversas que constituem a realidade juvenil e os modos de ser jovem na atualidade (Santos, 2016, p.167).

Assim, a 'juventude', anteriormente indicava em suma uma etapa da vida entre menoridade e maioridade, mas, nesse intervalo de tempo do sujeito há as suas condições históricas, incorporando e tensionando a "noção de adolescente outrora construída na perspectiva da psicologia do desenvolvimento, naturalizada (...) cujas características e atributos foram universalizados" (*ibid*, p. 167). Esta mudança de perspectiva marcou as primeiras propostas de políticas direcionadas aos jovens.

Nesta direção, no eixo apontado, temos a problemática relação entre vulnerabilidade social e desenvolvimento humano. A *priori*, pelo ângulo da Lei do SINASE , que regulamenta a execução de medidas socioeducativas, temos a previsão expressa do Princípio da Individualização (artigo 35, princípio VI), "considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente" (Brasil, 2012b) e do Estatuto da Juventude (Brasil, 2013a), que faz com que os direitos já previstos em lei, sejam aprofundados para atender às necessidades específicas dos jovens, "respeitando suas trajetórias e diversidades, ao mesmo tempo em que assegura novos direitos, como o direito à participação social, ao território, à livre orientação sexual e à sustentabilidade" (Brasil, 2014, p. 09).

Assim, visibilizar a condição histórica, o insuficiente acesso a direitos e a condição peculiar de desenvolvimento humano do jovem adolescente em vulnerabilidade social faz-se necessário, já que "as relações sociais, culturais, históricas e econômicas da sociedade, estabelecidas dentro de um determinado contexto, são decisivas na constituição da adolescência" (Brasil, 2006a, p. 26), antes mesmo do seu deslocamento para conceitualizações generalistas da socioeducação, que insurge como medida judicial para o enquadre do jovem adolescente numa sociedade que, historicamente, o feriu em vulnerabilidades diversas produzindo o contexto de risco pessoal e social.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

*" [...] pluralismo epistemológico pode ser descrito por quatro princípios orientadores, que contém uma postura ético-política correspondente à uma lógica inclusiva, são eles: (1) todo o conhecimento científico-natural é científico-social; (2) todo o conhecimento é local e total; (3) todo o conhecimento é autoconhecimento; (4) todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum. Tais princípios levam a um novo modo de compreensão da dimensão histórica da produção de conhecimentos. Eles contrariam a ideia de uma história linear e se fundam na proposta de que a contemporaneidade é simultaneidade. Em outras palavras, o conhecimento científico colonial/moderno não é, necessariamente, o melhor nem o mais avançado, mas sim, é contemporâneo, simultâneo e tão importante quanto outros conhecimentos/saberes que foram historicamente desqualificados, desvalorizados, silenciados, apagados do imaginário social global" (Santos, 2003/2005, p. 10–16).*

A fundamentação teórica está dividida em duas partes, sendo a primeira (seção 3.1) um delineamento sobre vulnerabilidades historicamente produzidas que, em confluência, geram mais risco pessoal, social e sobre a dinâmica familiar do adolescente de etnia/raça negro-parda e periférico no contexto da MSE. Examina as intersecções raça/cor aos índices de escasso acesso à saúde, educação e de vitimização por violência, desde a infância, o que também é abordado na perspectiva das práticas de gênero, apresentando a vulnerabilidade à violência subjacente ao exercício da masculinidade. Finaliza com a explanação sobre ato infracional, a legislação que assegura a proteção social à infância e adolescência mais a sistematização e a importância da Intersetorialidade das políticas públicas da Socioeducação. Na segunda parte (seção 3.2), os fundamentos da Teoria Sistêmica que lastreiam a perspectiva Bioecológica do Desenvolvimento Humano, são expressos nos diversos contextos/níveis ontológicos (micro, meso, exo e macrossistema) aos quais, em interação, perfazem o problema do estudo, pois incluem aspectos bioecológicos dos contextos do desenvolvimento humano na perspectiva da produção histórica do ser adolescente/jovem vulnerável, que diferencia as juventudes e suas realidades sociais.

### 3.1 Assistência Social, famílias e vulnerabilidades sobrepostas

Para a compreensão da relação entre família e vulnerabilidade, na perspectiva da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), segundo o Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) dos CREAS,

[...] materializa-se nas situações que desencadeiam ou podem desencadear processos de exclusão social de famílias e indivíduos que vivenciem contexto de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso a serviços públicos) e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras (Brasil, 2011, p. 14).

Já o conceito de risco social, entende-se pela probabilidade de um evento acontecer no percurso de vida de um indivíduo e/ou grupo, por violação de direitos, podendo atingir qualquer cidadão(ã). Contudo, as situações de vulnerabilidade social “podem culminar em riscos pessoais e sociais, devido às dificuldades de reunir condições para preveni-los ou enfrentá-los” (*ibid*). Assim, é possível reconhecer no cotidiano dos equipamentos do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) a geração de famílias vulnerabilizadas e em risco social, pela ocorrência de violação de direitos ou que “estão em um processo avançado de fragilização de vínculos de pertencimento social, familiar e de sociabilidade” (Brasil, 2012d, p. 45), resultantes de:

Famílias com ocorrência de trabalho infantil, inclusive trabalho infantil doméstico; Famílias com ocorrência de trabalho escravo; Famílias com ocorrência de alguma ou múltiplas formas de violência (violência doméstica, abuso e exploração sexual, violência contra a mulher, tráfico de seres humanos etc.); **Famílias com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida)**; Famílias com integrantes em situação de rua; Famílias com membros em situação de acolhimento (*ibid*, 2012, p. 45 **[grifo nosso]**).

Ambos os conceitos de vulnerabilidade social e o de risco pessoal e social, por violação de direitos, devem ser compreendidos, conforme as Orientações Técnicas do CREAS (Brasil, 2011), “em um contexto sócio-histórico, econômico, político e cultural, composto por diversidades e desigualdades que têm marcado a sociedade brasileira” (*ibid*, p. 15). É nesse contexto multidimensional que vários fatores estão imbricados, causando situações de risco pessoal e social, por

violações de direitos, que incidem sobre a vida de indivíduos, famílias e comunidades.

A família, na Constituição Federal de 1988 e nesta Política, é como uma célula num organismo social, que para proteger, prevenir e emancipar os seus membros deve ter as suas necessidades de proteção e integridade atendidas. Os direitos sociais que dispõe a Constituição, em seu artigo 6º, a saber: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, são garantias fundamentais ao cidadão. E para esta garantia, seguindo as orientações técnicas do CREAS PAEFI (Brasil, 2011), ressalta-se que o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação desses direitos, não compete unicamente à política de assistência social, pelo contrário, “sua complexidade exige a articulação e o desenvolvimento de ações complementares com outras políticas sociais e órgãos de defesa de direitos, para proporcionar proteção integral às famílias e aos indivíduos” (Brasil, 2011, p. 15).

No exame desta ‘célula’ social, são diversas as suas estruturas e configurações ao longo do processo histórico e social e, a depender do contexto em que vivem, as pessoas definem de formas diferentes o seu grupo familiar, vivenciando-o de uma forma muito singular (Morais; Lima; Fernandes, 2014). A literatura tem incentivado o uso da expressão famílias – no plural, para contemplar a pluralidade e os arranjos possíveis de se viver em família, para além da consanguinidade entre os membros. Assim, são introduzidos outros aspectos relacionais, como parentesco, coabitação e afinidade para a definição de família (Osório, 2011). Portanto, contextualizando as famílias em vulnerabilidade social nas medidas socioeducativas, temos o arranjo mais predominante composto por mulheres negras como arrimo de família, mães de crianças e adolescentes negros/as, que trazem consigo a materialidade das desigualdades sociais do país e mais os seus agravos, vivenciando o atravessamento das questões de gênero, raça/etnia, “o que implica ainda mais o adensamento das situações de vulnerabilidades às quais [...] especialmente as mulheres negras, estão sendo expostas” (Gasparotto; Grossi, 2017, p. 210). Importante demarcar a relação da questão de gênero, raça e vulnerabilidade, conforme bell hooks (2019), que, em sua obra *Anseios*, reflete a sua própria história de resistência, apontando as vicissitudes,

como em qualquer parte do mundo, que perpassam a tarefa de constituir um lar, pela mulher negra:

[...] A vida delas não era fácil. Era bem difícil. Na maioria das vezes, trabalhavam fora servindo pessoas brancas, limpando suas casas, lavando suas roupas, cuidando de seus filhos — eram mulheres negras que trabalhavam no campo ou nas ruas, fazendo o que podiam e o que fosse necessário para sobreviver. Depois disso, voltavam para casa, onde faziam a vida acontecer. Essa tensão entre se dedicar ao serviço fora da casa, da família e da rede de parentesco, prestar serviço a pessoas brancas, o que demandava tempo e energia, e o esforço das mulheres negras em se preservar o suficiente para prestar serviços (de acolhimento e cuidado) dentro da própria família e comunidade é um dos muitos fatores que ao longo da história distinguiram o destino das mulheres negras daquele dos homens negros na sociedade patriarcal da supremacia branca (hooks, 2019, p. 105).

A autora continua, “(...) tem sido sobretudo responsabilidade das mulheres negras construir lares como espaços de acolhimento e cuidado face à dura e brutal realidade da opressão racista e da dominação machista” (*ibid*, p.105). Reflete que, ao longo da história, as pessoas afro-americanas têm mostrado que a construção de uma casa, ainda que frágil e simples, tem uma dimensão política radical.

A dimensão da convivência familiar é uma questão fundamental para o entendimento dos fatores que influenciam o comportamento dos adolescentes; com a fragilização dos vínculos familiares o sistema familiar “(...) encontra dificuldades em exercer a sua função protetiva devido a situações adversas (...). A violência intrafamiliar pode fragilizar ou até mesmo romper os vínculos familiares” (Brasil, 2016d p. 21). Assim, as famílias com adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto, acompanhadas pelas equipes técnicas dos CREAS, apresentam demandas diversas ao longo do seu ciclo vital. No processo inter-relacional com o contexto em que vivem e são constituídas, a partir do momento em que os adolescentes deixam de ser atendidos em espaços educativos e protetivos “são jogados aos riscos da violência, da exploração sexual, do trabalho infantil, do tráfico de drogas” (Warpechowski; Conti, 2019, p. 142). Os marcadores sociais, isto é, os determinantes objetivos do estigma – raça, classe, gênero, ou idade –, somam-se à interpretação subjetiva, que diz respeito à atribuição negativa (ou de inferioridade) que se dá à dimensão objetiva (Brasil, 2016d, p. 16). Estas famílias são atravessadas por questões socioeconômicas, culturais, históricas, étnicas e vinculares, o que provoca, na prática do acompanhamento técnico, intervenções

qualificadas consoantes com as demandas oriundas destas interações intra e extrafamiliares.

### **3.1.1 A intersecção raça/cor e o agravamento da vulnerabilidade social**

Considerando os marcadores de raça, gênero, faixa etária, composição familiar e renda per capita, reunimos publicações das iniquidades sociorraciais de acesso a direitos e da violência urbana no Brasil que retratam a realidade do adolescente/jovem negro e pobre, que fatalmente refletem e incluem os socioeducandos. Para a caracterização dos participantes da pesquisa os dados apresentados em parágrafos precedentes deste estudo são alarmantes sobre o extermínio do jovem negro, nas contingências sociais e históricas que os atravessam, em pleno desenvolvimento humano.

A efetividade da proteção integral à criança e ao adolescente, prevista no ECA (Brasil, 1990) desde a sua promulgação, só pode ser materializada com a minimização das iniquidades sociais, raciais e de gênero. Quando analisamos a provisão dos direitos sociais básicos como saúde, habitação, alimentação, educação, saneamento, entre outros, no contexto brasileiro, identificamos que ser negro (preto ou pardo) amplia em 70% a possibilidade de a criança não os ter garantidos (Unicef, 2010). Desde a infância já se verifica o impacto do racismo sobre o futuro adolescente no que tange ao não acesso a direitos; na análise dos dados do relatório sobre o impacto do racismo na infância (Unicef, 2010), 54,5% das crianças e adolescentes brasileiros são negros ou indígenas, o que equivalia a 31 milhões de negros e 140 mil indígenas, como já indicado anteriormente. A pobreza, a começar, diminui o acesso aos cuidados pré-natais, à vacinação e a todos os direitos básicos de manutenção da vida. Apesar de todos os avanços alcançados com a garantia dos direitos das crianças, das 26 milhões de crianças brasileiras que vivem em famílias pobres, 17 milhões são negras. Entre as crianças brancas, a pobreza atinge 32,8%; e entre as crianças negras, 56%. O Instituto Pensi<sup>1</sup> aponta que, antes dos cinco anos, crianças negras têm 60% mais chances de morrer por causas infecciosas e

---

<sup>1</sup> <https://institutopensi.org.br/a-saude-das-criancas-negras/>

parasitárias do que uma criança branca; o risco de morte por desnutrição entre as pretas e pardas é 90% maior em relação às brancas.

Quanto ao acesso à escola, no mesmo relatório aponta que, das 530 mil crianças e adolescentes de 7 a 14 anos fora da escola, 330 mil são negras (Unicef, 2010, p. 08). O racismo desponta “(...) não apenas na dificuldade de acesso, mas na permanência, na quantidade de anos de estudo e na produção do fracasso escolar” (Santana; Castro, 2022, p. 236). À medida que vão adolescendo, os negros vão ocupando a dianteira nas taxas do trabalho infantil, sendo pretos ou pardos a maioria (60,8%) no grupo etário dos 5 aos 17 anos de idade (Santos, 2017).

O Atlas da Violência (Cerqueira; Bueno, 2023) alerta para a vitimização juvenil, “ainda que tenha sido reduzida nos últimos anos, a cada vinte minutos um jovem é assassinado no Brasil.

[...] Inúmeros jovens morrem envolvidos em escaramuças associadas às atividades criminais em que se envolveram, **porque muito antes já lhes haviam sido negadas as condições de desenvolvimento infantil saudável, de boa educação e de acesso ao mercado de trabalho, não lhe restando boas perspectivas de futuro e sonhos. A morte simbólica desses jovens veio muito antes da morte física [grifo nosso].** No caminho, perderam-se talentos não realizados, que deixaram de contribuir para a cidadania, para a cultura, os esportes e a ciência do país, entre outras atividades (*ibid*, p. 24).

Neste contingente estudado, quando as mortes violentas são quantificadas na população negra, os números nomeiam a desigualdade racial no país. Enquanto os jovens negros são as principais vítimas de homicídios com taxas em recrudescimento ao longo dos anos (2008-2018), entre os brancos, os índices de mortalidade são muito menores quando comparados aos primeiros e, em muitos casos, apresentam redução “(...) as taxas de homicídio apresentaram um aumento de 11,5% para os negros, enquanto para os não negros houve uma diminuição de 12,9%” (Cerqueira; Bueno, 2020, p. 47).

O Anuário de Segurança Pública (Bueno; Lima, 2021; 2023), apontou que 83% das vítimas letais de crimes contra crianças e adolescentes no Brasil são indivíduos do sexo masculino entre 15 e 19 anos, e confirma a desproporcionalidade das vítimas quanto ao critério cor, tendo em vista que 75,28% das mortes violentas intencionais contra crianças e adolescentes de 0 a 19 anos no país vitimarem negros. O levantamento expõe a proporção de pessoas negras mortas por agentes

de segurança na Bahia, onde 80,8% da população é negra (sem apontar faixa etária e gênero), de que essas vítimas representaram 94,7% dos casos. Consequentes, os dados revelam que jovens negros/as são a maioria das pessoas encarceradas, quando não são mortas.

### **3.1.2 A intersecção gênero e vulnerabilidade à violência**

Machado (2001) em seus estudos sobre masculinidades e violências, em especial com a escuta de jovens ‘infratores’ e em condição de vulnerabilidade, aponta que a reflexão a partir do contexto brasileiro se inicia nas novas sociabilidades inscritas em alguns aspectos da “alta modernidade”, sobre a construção das categorias de masculinidade e de novas modalidades de violência. Nestes atores encontrou “a articulação entre masculinidade e a encenação ritualizada do poder e do controle, para se inscrever continuamente como aparição espetacular, como se fosse possível a dessensibilização diante do outro” (*ibid*, p. 02).

A pergunta sobre qual a relação entre masculinidade e comportamento violento em adolescentes e jovens do sexo masculino sobrevoa a discussão sobre a singularidade dessas pessoas no âmbito das relações sociais de sexo, das homosociabilidades e no campo mais amplo de sua cultura, “sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina” (Bourdieu, 2012, p. 15).

Localizados em sociedade conservada em princípios androcêntricos, que são o eixo da construção deste masculino, produções científicas apontam o impacto das masculinidades revestidas do ideal viril na socialização de adolescentes e jovens brasileiros que, na dinâmica das estruturas sociais, reiteram cotidianamente a violência interpessoal como algo normativo ou naturalizado. Nesta perspectiva, a masculinidade ativada pelo eixo da dominação “incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 245). Assim, por ser uma combinação plural e

hierárquica de masculinidades, a masculinidade hegemônica na perspectiva da normatividade de condutas, dentro de um ideal viril, produz a vulnerabilidade e a violência entre estes jovens.

Nesta linha de pensamento, que inclui as formas subjacentes do exercício da masculinidade, temos a virilidade como ponto de partida para compreender o comportamento violento. Gomes (2003) concorda que há diferenças do que é ser homem e ser mulher no tempo, espaço e, em específico, no interior das classes sociais, mas observa que ainda há homens que utilizam padrões tradicionais – poder, agressividade, iniciativa e sexualidade incontrolada – para construir a sua identidade sexual.

Neste sentido, a virilidade, sendo produto de uma inculcação, “como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens” (Bourdieu, 2012, p. 67). Relacionando-a com a violência, o autor arremata: “os homens também estão prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas, da representação dominante” (*Ibid*, p. 63), da cultura androcêntrica. Esta prisão, que vincula a prática de uma masculinidade à sociabilidade, pode trazer consequências perceptíveis, ou melhor, alarmantes.

A virilidade é imposta aos meninos desde a sua socialização, sendo “a expressão coletiva e individualizada da dominação masculina” (Molinier; Welzer-Lang, 2009, p. 101-102). Desde a infância, a educação dos meninos estrutura o masculino de maneira paradoxal e os inculca a ideia de que, para ser um homem *verdadeiro*, deve combater os aspectos associados às mulheres. Nesta dinâmica, o gênero é “sempre relacional, e os padrões de masculinidade são socialmente definidos em oposição a algum modelo (quer real ou imaginário) da feminilidade” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 265).

Em nossa sociedade, quando as crianças do sexo masculino passam a se reagrupar com outros meninos de sua idade, elas atravessam uma fase de homosociabilidade (relações sociais entre pessoas do mesmo sexo), com indagações e disputas sobre o tamanho do pênis, de força e coragem, por exemplo. Welzer-Lang (2001, p. 462), arremata que “eles aprendem e reproduzem os mesmos modelos sexuais, tanto pela forma de aproximação quanto pela forma de expressão do desejo”. Em linhas gerais, esta construção do gênero foi observada na literatura

quando se manifesta materialmente na divisão social e sexual do trabalho e dos meios de produção, incluindo a capacidade reprodutiva das mulheres, aspectos de diferenciação como vestimenta, comportamentos, atitudes físicas e psicológicas, desigualdade de acesso aos recursos materiais e mentais (Mathieu, 2009), consecutivamente, em todo o mundo social e, “em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (Bourdieu, 2012, p. 17). Em suma, esta é uma noção do conceito de masculinidade hegemônica.

Nesta perspectiva, os autores acrescentam que a masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. O conceito de masculinidade(s) subjaz “configurações de práticas que são realizadas na ação social e (...) podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 250).

Estes autores explicam, ainda, que:

Devido ao fato de o conceito de masculinidade hegemônica ser baseado na prática que permite a continuidade da dominação coletiva dos homens sobre as mulheres, não é surpreendente que em alguns contextos a masculinidade hegemônica realmente se refira ao engajamento dos homens a práticas tóxicas – incluindo a violência física – que estabilizam a dominação de gênero em um contexto particular. Entretanto, a violência e outras práticas nocivas não são sempre as características definidoras, uma vez que a hegemonia tem numerosas configurações (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 255).

E se observarmos essa questão sob a ótica das análises feministas de raça e masculinidade, é possível ver que, uma vez que o poder masculino é relativo dentro do patriarcado, homens de grupos mais pobres e homens não brancos não são capazes de obter as recompensas materiais e sociais oriundas de sua participação no patriarcado. Na verdade, eles com frequência sofrem por agir de forma passiva e cega com base no perigoso mito da masculinidade. O pensamento machista impede que vejam essa realidade. Eles próprios se tornam vítimas do patriarcado (hooks, 2019, p.143).

Este problema ecoa na revisão de literatura acerca da relação violência juvenil e cultivo da masculinidade violenta, no Brasil, o qual seja, a ‘Mortalidade de adolescentes e adultos jovens brasileiros entre 1990 e 2019: uma análise do estudo Carga Global de Doença’ (Malta *et al.*, 2021), salta aos olhos o primeiro lugar no

ranking em mortalidade por violência interpessoal por quase três décadas, entre adolescentes e adultos jovens do sexo masculino (10-24 anos), na região nordeste do Brasil – um cenário em recorrência frente a outras regiões do país. Pretendemos refletir estes resultados também a partir de teóricos que abordam sobre aspectos da configuração de masculinidade vinculada ao acirramento do comportamento violento, que podem contribuir – dentre outros marcadores de raça e classe social –, para as altas taxas de mortalidade entre estes adolescentes e jovens.

Também referência, na pesquisa supramencionada de Machado (2001), sobre as relações entre as formas de viver a masculinidade e a cultura da violência entre jovens com vivência infracional, a antropóloga constatou que no discurso e na *performance* de grupo há caracteres da cultura machista que impulsionam a violência interpessoal, refletindo sobre “a articulação entre os valores hegemônicos do masculino e os valores do exercício da violência física” (Machado, 2001, p. 02). Converte, neste ponto, a discussão do resultado do estudo “Impacto sobre a violência na saúde dos brasileiros” coordenado por Minayo et al (2005) junto ao Ministério da Saúde, expressão da reprodução reiterada da violência envolvendo adolescentes e jovens do sexo masculino, no contexto brasileiro, que mapeou diversas formas de violência envolvendo os adolescentes de 10 a 19 anos na década de 90, sendo identificadas multivariadas situações de riscos relacionadas à violência juvenil, tais como “participação constante em brigas, porte de armas, cultivo da masculinidade violenta, influência de álcool e outras drogas” (Minayo, 2005, p. 86).

Registra-se que, além dos determinantes de classe, raça e gênero, outros se inserem, como a escassez de políticas públicas, aspectos culturais que incentivam comportamentos e atitudes agressivas dos homens na configuração deste masculino, violência interpessoal e a vulnerabilidade ao envolvimento com drogas, armas, crime organizado e exposição a práticas de risco.

### 3.1.3 Ato infracional, socioeducação e a intersetorialidade das políticas públicas

Segundo as Regras de Beijing<sup>2</sup>, o “jovem infrator é aquele a quem se tenha imputado o cometimento de uma infração ou que seja considerado culpado do cometimento de uma infração” (Brasil, 2020 p. 313), onde o termo infração é entendido como o “comportamento (ação ou omissão) penalizado com a lei” (*ibid*, p. 313), de acordo com o sistema jurídico de cada nação. Dessa definição, deduz-se que a infração é um comportamento do adolescente cuja natureza é dada pela lei que a define, não por quem a comete. Do perfil desse(a) adolescente a quem é imputado o cometimento de ato infracional, sabemos que ele(ela) tem entre 16 e 17 anos (57%) e são principalmente pardos(as) ou negros(as) (61% (Brasil, 2018b; 2021). Quanto à sua classificação, as autoridades judiciárias analisam o ato por analogia aos crimes previstos no Código Penal e outras leis correlatas, enquadrando em leve, grave ou gravíssimo, considerando a pena prevista e a presença ou não de violência ou grave ameaça, aplicando a MSE mais pertinente - se em regime aberto ou fechado, considerando a condição peculiar do desenvolvimento do adolescente. No Estatuto da Criança e do Adolescente, o artigo 122 é expresso quanto aos casos de aplicação da internação (Medida Socioeducativa em meio fechado), julgando os casos graves quando tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, e “II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta” (Brasil, 2020, p.58).

As ações destinadas ao público da socioeducação foram pensadas sob a ótica da proteção integral, fundamentadas no respeito à peculiar condição da pessoa em desenvolvimento. Este é o fundamento do ECA, Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990, que regulamenta a matéria do caput do artigo 227 da Constituição Federal, que numa perspectiva universal determina à família, à sociedade e ao Estado que assegurem, com prioridade absoluta “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à

---

<sup>2</sup> Regras de Beijing - Unicef: São as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil. Foram aprovadas em Pequim em um Congresso Internacional de Criminologia e Justiça da ONU e adotadas em Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 20 de novembro de 1984.

liberdade e à convivência familiar e comunitária para a criança e o adolescente” (Castro, 2012, p. 180). A promulgação do ECA demoliu o Código de Menores, que “(...) objetivava a coerção de atos infracionais e previa medidas punitivas, sendo destinado exclusivamente a crianças e adolescentes em situação de conflito com a lei” (*ibid*, p. 80). Este Código, de 1927, com objetivo higienista, realçava a criminalização da infância, considerando como ameaçadores à sociedade. Em 1979, no período da ditadura militar, ocorreu sua alteração (Brasil, 1979), passando a orientar-se pela Doutrina da Situação Irregular. Esta mudança reforçou a condição de menor de idade e dirigiu a ação do Estado “a um determinado segmento da população infanto-juvenil, numa perspectiva de recolhimento coercitivo daqueles/as considerados/as abandonados/as e delinquentes” (Lazzarotto, 2016, p. 178).

Portanto, o ECA foi uma conquista pela qual movimentos e instituições lutaram para assegurar o princípio da proteção integral, concebendo as crianças e adolescentes como destinatários de todos os direitos fundamentais e assegurando o desenvolvimento integral em condições de liberdade. Neste sentido, foi criado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (Brasil, 2006b; 2012b), que regulamenta a política de execução das medidas socioeducativas em meio aberto e fechado. Elas estão previstas no artigo 112 do referido Estatuto (Brasil, 1990) e são aplicáveis na situação de ato infracional cometido por adolescente na faixa etária dos doze até os dezoito anos incompletos.

A aplicação da MSE deve estar de acordo com o tipo de ato infracional, nas seguintes modalidades:

Advertência; Obrigação de reparar o dano; Prestação de serviços à comunidade; Liberdade assistida; Inserção em regime de semiliberdade; Internação em estabelecimento educacional. O tipo e o tempo da MSE a ser cumprida é determinada pelo/a juiz/a, em audiência formal, e na presença do/a adolescente e seus pais ou responsáveis, sendo direito do/a adolescente ter acesso a um/a defensor/a. As MSE com restrição e privação de liberdade (Regime de semiliberdade Internação) devem ser efetivadas pelos programas de atendimento do Governo Estadual em estabelecimentos regionais de atendimento socioeducativo; **já a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e a Liberdade Assistida (LA), caracterizadas como medidas de meio aberto, devem ser operacionalizadas por meio de programas do Governo Municipal. O Plano Individual de Atendimento – PIA constitui um instrumento que contribui para garantir um atendimento singular ao adolescente em MSE, devendo ser elaborado com a participação do/a adolescente e da família, atentando para a história e demanda do/a adolescente, bem como para as ações que devem ser realizadas em rede e de forma intersetorial [grifo nosso]** (Lazzarotto, 2016, p. 179).

Assim, a MSE prevê um conjunto de intervenções com vistas a propiciar os direitos no campo da convivência familiar e comunitária, regulamentado pelo SINASE. Visando a diversidade da ação, ao mesmo tempo heterogênea (porque cobre campos múltiplos) e singular (porque a composição deve estar atenta às necessidades particulares de cada adolescente), a ação socioeducativa pode exercer alguma influência na trajetória de vida do(a) adolescente (CFP, 2021b). O princípio da transversalidade orienta a psicologia, assim como os outros campos de saber, e “só se concretiza numa relação de intercessão com outros saberes/disciplinas. É no entre os saberes que o processo de integralidade do cuidado acontece” (Marques; Almeida, 2022, p. 145). Os princípios da autonomia e da corresponsabilidade norteiam as práticas dos psicólogos, que devem estar comprometidas com “a transformação social, com o país que vivemos, com as condições de vida da população brasileira” (*ibid*, p.145).

Entrecruzando a prática da psicologia no SUAS ao contexto das MSEs, temos o PIA, instrumento que está previsto na Lei do SINASE e que é obrigatório na execução das MSEs, prevendo o registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente, contendo os objetivos e as metas consensuadas na sua elaboração. Estas metas procuram ressignificar a trajetória de vida do adolescente, desviando-o da vivência infracional e minimizando a vulnerabilidade social. Abarca itens como Aptidões, Habilidades, Interesses e Motivações, Situação Documental, Situação Processual, Saúde, Educação, Trabalho, Arte, Cultura, Esporte e Lazer, Crença Religiosa, Relações afetivas de amizade e gênero, Abordagem Familiar e Comunitária (Brasil, 2016d).

Das políticas públicas setoriais que promovem os contextos do desenvolvimento humano e incluem em suas agendas serviços voltados para os direitos do socioeducando, mencionadas no Caderno de Orientações Técnicas das MSEs em meio aberto (Brasil, 2016d), têm-se:

- Na Saúde, o SUS propõe a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI), que visa garantir e ampliar o acesso aos cuidados em saúde destes adolescentes, abrangendo a atenção básica, de média e alta complexidade, as ações no campo da saúde sexual e da saúde reprodutiva; da saúde bucal; da saúde mental; da prevenção ao uso

de álcool e outras drogas; da prevenção e controle de agravos; da educação em saúde; e dos direitos humanos, considerando a promoção da cultura de paz e a prevenção de violências e assistência às vítimas (Brasil, 2021).

- No âmbito da educação, tendo o ECA (Brasil, 1990) como base para a cidadania destes adolescentes, e a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 1996) fundamentou-se a Resolução nº. 3/2016 do Conselho Nacional de Educação (CNE) (Brasil, 2016c), que trata das diretrizes nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de MSEs, trazendo, em um dos seus princípios, “a escolarização como estratégia de reinserção social plena, articulada à reconstrução de projetos de vida e à garantia de direitos” (Art. 4); assim como o Art. 5º, que prevê “o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades de aprendizagem de adolescentes e jovens, em sintonia com o tipo de medida aplicada” (Brasil, 2016c, p. 02); e o 6º, que coloca estes jovens como público prioritário no sistema de ensino: “a prioridade de adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo nas políticas educacionais” (*ibid*, p. 02).
- O Sistema de Justiça, “envolve a apuração do ato infracional, a atribuição da MSE e o acompanhamento de seu cumprimento pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública e pelo Poder Judiciário” (Brasil, 2021, p. 36).
- Na Política da Assistência Social municipal, onde a MSE em meio aberto é executada, o socioeducando integra o público prioritário nos serviços:
  - Programa ACESSUAS TRABALHO:

[...] objetiva promover a integração dos usuários da Assistência Social no mundo do trabalho, a partir da mobilização e encaminhamento para cursos, qualificação profissional e inclusão produtiva. O Programa tem como público de suas ações populações urbanas em situação de vulnerabilidade e risco social, residentes em municípios integrantes do Programa, com idade mínima a partir de \*16 anos (Brasil, 2012c, p. 15).

Examinando a concepção do Programa, há a observância de que a Assistência Social não tem a responsabilidade de executar diretamente ações e cursos de capacitação e qualificação profissional, “apenas deve promover o acesso da população em situação de vulnerabilidade social aos cursos já existentes no território” (*Ibid*, p. 21).

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV):

Conforme o Caderno de Orientações supramencionado, o SCFV oferta atividades de convivência e socialização, conforme especificidades dos ciclos de vida, por meio de intervenções planejadas territorialmente considerando as características das vulnerabilidades sociais locais, objetivando o fortalecimento de vínculos e prevenção das situações de exclusão e risco social. A intervenção social por ciclos de vida considera o desenvolvimento de atividades por faixa etária e/ou intergeracionais na organização do trabalho e na formação dos grupos (Brasil, 2016d).

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF):

Segundo o Caderno das MSEs (Brasil, 2016d), para o adolescente e familiar em cumprimento da MSE deve ser ofertado o trabalho social com famílias, que requer a realização de estudos de caso sobre as condições de vida e a dinâmica familiar. A articulação de ambos os serviços se faz necessária, realizando a leitura conjunta da trajetória da família na rede socioassistencial e o planejamento das estratégias necessárias ao fortalecimento de seu papel protetivo (no âmbito da Proteção Especial e da Básica), frente às situações de vulnerabilidade vivenciadas.

Ainda no Caderno de Orientações das MSEs em meio aberto (Brasil, 2016d), é apontado que a presença deficitária do Estado em determinados territórios de maior vulnerabilidade favorece o domínio de organizações criminosas, especialmente nos territórios dos grandes centros urbanos. É neste contexto de vulnerabilização em interface com o conjunto acima descrito de políticas, que os itens do PIA - que prevê as metas do adolescente e jovem que visam minimizar a vulnerabilidade social da sua vida-, devem ser elaborados e cumpridos.

### **3.2 Desenvolvimento Humano e a Teoria Sistêmica**

A base epistemológica do pensamento sistêmico é a Teoria Geral dos Sistemas (TGS), edificada por Ludwig von Bertalanffy entre 1940 e 1967. Ao verificar

que “Os sistemas estão em toda parte” (2015, p. 21), o autor introduz a sua obra, e postula para as ciências a noção de sistemas e desenvolve-a categorizando componentes de diversos níveis a teorias e modelos específicos, como organismos inferiores, animais e sistemas simbólicos e socioculturais da atividade humana; organiza a reflexão sobre o mundo como uma grande ordem hierárquica de entidades, “numa superposição de muitos níveis, indo dos sistemas físicos e químicos a biológicos e sociológicos” (Bertalanffy, 2015, p. 124). Aponta que a importância da abordagem dos sistemas pelas ciências ‘biossociais’ e do comportamento deu-se da insuficiência do esquema mecanicista aos seus problemas teóricos, pois são essencialmente problemas de múltiplas variáveis (*ibid*, 2010). Na mesma linha, Morin (2005) ilustra que,

Em princípio, o campo da teoria dos sistemas é muito mais amplo, quase universal, já que num certo sentido toda realidade conhecida, desde o átomo até a galáxia, passando pela molécula, a célula, o organismo e a sociedade, pode ser concebida como sistema, isto é, associação combinatória de elementos diferentes (p. 19).

Bertalanffy (2015) identificou que o estado de interação entre os componentes torna os elementos mutuamente interdependentes e caracteriza um sistema em totalidade, diferenciando-o do aglomerado de partes independentes. Por sua vez, tendo em vista que “a aspiração à totalidade é uma aspiração à verdade, e que o reconhecimento da impossibilidade da totalidade é uma verdade muito importante” (Morin, 2005, p. 97), temos neste princípio da Teoria dos Sistemas a intrínseca noção de complexidade que comporta em si, conforme este autor, a impossibilidade de unificação, de conclusão, e, portanto, uma necessária parcela de incerteza. Ainda, ao verter-se intelectualmente sobre a (de)composição dos aspectos e elementos de sistemas complexos, Morin (2005, p. 72) é emblemático ao apontar sobre a necessidade de pensar a constelação de macroconceitos: “Assim como um átomo é uma constelação de partículas, o sistema solar uma constelação em volta de um astro”. Aprofundar-se na Abordagem Sistêmica de família exige uma perspectiva multidimensional e ao mesmo tempo integradora, que possibilite, interdisciplinarizar saberes e práticas.

Vasconcellos (2008) e outros autores(as) da epistemologia sistêmica explanaram princípios conceituais básicos inspirados na Teoria Geral dos Sistemas, delineadores das articulações teórico filosóficas da Teoria Sistêmica Novo

Paradigmática, com a compreensão da abordagem de família “em todas as fases do ciclo vital, (...) a percepção de que o todo e as partes se influenciam mutuamente (...) em nível bio-psico-sócio-cultural-meio ecológico e espiritual” (Silva et al, 2012, p. 14). Dentre estes princípios, somam-se a Inteira, Organização Hierárquica, Equifinalidade, Retroalimentação, Morfogênese, Homeostase, Circularidade e Auto-organização (*Ibid*, 2012, p.14-15).

Atualmente, na Psicologia, a Teoria Sistêmica pode tanto embasar pesquisas quanto contribuir na intervenção profissional com indivíduos, famílias e grupos sociais. O olhar sistêmico implica reconhecer o sujeito no seu contexto (Gomes et al, 2014). Este olhar nos ensina, segundo o precursor da TGS (Ludwig von Bertalanffy), sobre compreender os fenômenos psíquicos por uma complexa rede de relações interpessoais; assim, no comportamento, um estímulo do ambiente sobre o indivíduo não encontra um sistema inerte e passivo, mas um sistema aberto, num desequilíbrio de estado estável, conseqüentemente, o estímulo modifica o indivíduo, perfazendo um sistema autonomamente ativo (Bertalanffy, 2015). Nesta perspectiva, Morin (2005, p. 66), aponta que a complexidade individual “é tal que quando nos colocamos no centro de nosso mundo, nós ali colocamos também os nossos: (...) nossos pais, nossos filhos, nossos concidadãos”, complementando que a concepção de sujeito deve ser complexa, englobada “numa subjetividade comunitária mais ampla (...) Ser sujeito é ser autônomo, sendo ao mesmo tempo dependente” (*ibid*, p. 66).

Neste sentido, para aprofundar em saberes que perspectivam os ambientes pelos quais o comportamento se desenvolve, Urie Bronfenbrenner, psicólogo russo e teórico da Bioecologia do desenvolvimento humano, acompanhou a difusão da ênfase sistêmica na pesquisa do desenvolvimento, assim como foi o seu principal articulador (Lerner, 2011). Consolidou na Ciência do Desenvolvimento a relação entre teoria e aplicação - pesquisa e prática, que contribuiu para romper com o paradigma positivista nas pesquisas deste campo de conhecimento, optando pela saída dos laboratórios para a intervenção no contexto (*Ibid*, 2005). Suas principais críticas na área eram destinadas às pesquisas experimentais, que enfocavam o comportamento de pessoas em situações e locais estranhos, isto é, em contextos aos quais elas não pertenciam (Bronfenbrenner, 1996).

### 3.2.1 Bioecologia do desenvolvimento humano

Essencialmente, Urie Bronfenbrenner nos apresenta a aplicação dos pressupostos filosóficos da Abordagem Sistêmica com o estudo científico do desenvolvimento humano. Seu legado teórico propõe três marcos do desenvolvimento, já que amadurece ao longo do tempo as premissas sobre o contexto do desenvolvimento e os processos proximais, como as características da pessoa, o contexto e o tempo histórico influenciam mutuamente esses processos (Rosa; Tudge, 2013). Assim, as inter-relações cotidianas se tornam centrais, sendo o arremate da sua Teoria Ecológica.

O primeiro marco da Teoria da Ecologia do Desenvolvimento Humano (1973-1979), sistematizada por Bronfenbrenner, é a interação da pessoa com o ambiente, caracterizada pela reciprocidade. Envolve o estudo da acomodação mútua entre um ser humano em desenvolvimento e as “propriedades mutantes dos ambientes imediatos (...) conforme esse processo é afetado pelas relações entre esses ambientes e pelos contextos mais amplos” (Bronfenbrenner, 1996, p. 18). Em uma definição geral sobre o ambiente, este autor afirma que:

Um ambiente só se torna ecologicamente válido para a pesquisa sobre o comportamento e o desenvolvimento humano quando as duas condições seguintes forem satisfeitas: o significado psicológico e social da experiência do sujeito no ambiente é investigado e fica conhecido pelo pesquisador, e o significado subjetivo da situação de pesquisa corresponde à experiência ambiental para a qual o investigador deseja generalizar (*ibid*, p. 98).

A concepção de ambiente proposta é “como uma série de regiões contidas uma dentro da outra, se vale muito das Teorias de Kurt Lewin (...) uma tentativa de dar substância psicológica e sociológica aos territórios topológicos” (*ibid* p. 09), referindo-se ao conceito de campo psicológico para este autor, no qual o espaço psicológico ou espaço vital seriam os objetos, pessoas, acontecimentos aos quais a pessoa atribui significado. Lewin apresentou aos estudos do Desenvolvimento a máxima de que o comportamento é uma função da interação entre a pessoa e o ambiente  $[(C=f(P,A))]$ . Assim nasce a definição de microssistema na obra *Ecologia do Desenvolvimento*, de Bronfenbrenner: “padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento num dado ambiente com características físicas e materiais específicas” (*ibid*, p. 18). Importante destacar

que a família é um microsistema no qual as crianças e os adolescentes tendem a estabelecer suas primeiras relações interpessoais. Bronfenbrenner (1996) associou o microsistema ao ambiente imediato em que a pessoa em desenvolvimento estabelece interações face a face, com características físicas, sociais e simbólicas particulares. Morais, Lima e Fernandes (2014) acrescentam que, nesse contexto, crianças e adolescentes assimilam valores, crenças e ideologias, o que permite o desenvolvimento de um complexo repertório cognitivo, emocional e comportamental. Ou seja, o microsistema da família é responsável pela inserção cultural de seus membros na sociedade (Bronfenbrenner, 1996). Ressalta-se que tais contextos imediatos, por sua vez, estão situados em contextos mais amplos.

O Mesossistema é descrito pelo autor como um sistema de microsistemas, “ele é formado e ampliado sempre que uma pessoa em desenvolvimento entra num novo ambiente” (*ibid*, p. 21), salientando que neste processo ocorre uma *transição ecológica*, já que a posição da pessoa se altera em virtude de uma modificação no contexto ou nos papéis e atividades desenvolvidas. O Exossistema são microsistemas dos quais a pessoa não participa diretamente por meio de interações face a face, mas que influenciam e são influenciados por eventos que nele ocorrem. Por fim, o macrossistema se refere a consistências na forma e conteúdo de sistemas de ordem inferior (micro-meso-exo) subjacentes aos sistemas institucionais de uma cultura, relacionando-se a aspectos econômicos, sociais, educacionais, legais e políticos (Bronfenbrenner, 1996). Até aqui, Bronfenbrenner questionou se a sua teoria atendia aos gestores das políticas sociais para as crianças e suas famílias, argumentando que a pesquisa deveria ser informada pela política social, indo de encontro ao que os estudiosos normalmente pregam, de que a pesquisa deveria guiar a política social (Rosa; Tudge, 2013). Suas análises sobre as mudanças sociais ocorridas nos Estados Unidos entre 1960 e 1970 e os impactos negativos que elas tiveram no desenvolvimento psicológico de crianças, adolescentes e seus pais ilustraram a importância da classe social e da raça (*ibid*, 2013) nos estudos. Esta reflexão soma a ideia de uma reorientação da “nossa maneira de pensar a respeito dos processos psicológicos que devem passar a ser tratados como propriedades de sistemas (...) em que o indivíduo é apenas um dos elementos” (Cole, 1996, p. XIII).

Na segunda fase dos estudos (1980-1993), o autor revê o seu foco do contexto para o papel do indivíduo e os processos de desenvolvimento. Coscioni et al (2018) identificaram na obra de Bronfenbrenner que foram descritos quatro diferentes modelos de pesquisa (Endereço Social, Pessoa-Contexto, Processo-Contexto, Pessoa-Processo-Contexto). O psicólogo russo, nesta fase, admitiu a falta de explicação do papel desempenhado pelas características da pessoa no curso do desenvolvimento, enfatizando os efeitos do tempo (pessoal e histórico) nos processos do desenvolvimento (Rosa; Tudge, 2013).

No último marco da sua teoria, a terceira fase, Bronfenbrenner e Morris atestam a evolução do termo *ecologia* para *bioecologia*, considerando os aspectos biológicos, cognitivos, emocionais e comportamentais e as suas funções no contexto do desenvolvimento (Barreto, 2016), reafirmando a perspectiva sistêmica sobre o desenvolvimento humano com ênfase na linguagem e nos símbolos para a compreensão da interação pessoa-contexto e ressaltando a importância dos processos proximais e do tempo.

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) é apresentada a partir das “reflexões sobre a importância das características das pessoas e os mecanismos dos processos proximais primários como motores do desenvolvimento psicológico” (Yunes; Juliano, 2010, p. 348).

[...] processos progressivamente mais complexos de interações recíprocas entre um organismo humano biopsicológico ativo, em evolução, e as pessoas, objetos e símbolos em seu ambiente externo imediato. Para ser eficaz, a interação deve ocorrer com bastante regularidade durante períodos extensos de tempo. Tais formas perduráveis de interação no ambiente imediato são referidas como processos proximais (Tudge, 2008, pp. 3-4).

Assim surge o novo modelo, composto por quatro elementos: Processo, Pessoa, Contexto, Tempo (PPCT), que influenciam simultaneamente os resultados desenvolvimentais dos seres humanos. Estes processos são identificados como os elementos objetivos, observados no ambiente, e subjetivos, acessados a partir da compreensão da experiência dos participantes (Rosa; Tudge, 2013). Eles operam de forma positiva, promovendo resultados de competência e também disfuncionais, como a recorrência de dificuldades em manter o controle e a integração do comportamento em situações e diferentes domínios do desenvolvimento (*Ibid*, 2013). Importante considerar que durante essa fase, Bronfenbrenner continuou a

desenvolver uma teoria que poderia levar, por meio de políticas públicas, a melhorar as condições de vida de crianças, adolescentes e suas famílias, otimizando os resultados do desenvolvimento (*Ibid*, 2013).

### **3.2.2 Adolescer e desenvolver em perspectivas**

Para a identificação da adolescência por parâmetros etários, o Ministério da Saúde segue o período prescrito pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que caracteriza este ciclo vital entre 10 e 19 anos, e compreende como juventude a população dos 15 a 24 anos (Brasil, 2018a). Para o ECA, o período da adolescência compreende dos 12 aos 18 anos (Brasil, 1990). Já o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852 (Brasil, 2013b), define juventudes a partir de faixas etárias: dos 15 a 17 anos são adolescentes-jovens; dos 18 a 24 anos de jovens-jovens e entre os 25 e 29 anos são denominados jovens-adultos. Nessas definições há uma interseção entre a metade da adolescência e os primeiros anos da juventude. No contexto da aplicação das MSEs, conforme o ECA, a adolescência compreende a faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos. Excepcionalmente, a sua aplicação e o seu cumprimento poderão ser estendidos até os 21 anos. Intrínseca ao desenvolvimento humano, a adolescência não foi só naturalizada, mas também percebida como uma fase complexa do desenvolvimento, sendo até mesmo definida como semipatológica e carregada de conflitos “naturais”, um período de crise e desequilíbrio (Bock, 2007).

Segundo Senna e Dessen (2012), este questionamento do adolescente naturalizado pertence à história do percurso científico das teorias clássicas do desenvolvimento sobre a adolescência, diferenciadas em teorias biológicas, cognitivas, socioculturais e psicanalíticas, regidas por princípios contextualistas ou organísmicos, a depender dos aspectos considerados. Alguns dos seus principais precursores são G. Stanley Hall (1904), Sigmund Freud (1856-1939), Erik Erikson (1968-1976), Margaret Mead (1928-1979) e Jean Piaget (1956-1976), que detiveram-se sobre aspectos do desenvolvimento, ora maturacionais e genéticos, ora aspectos exclusivamente contextuais, que podem ser exemplificados nas oposições características de seus momentos históricos: estabilidade versus

mudança, continuidade versus descontinuidade, herdado versus adquirido (Senna; Dessen, 2012). Assim, alguns autores, com a perspectiva de ampliar a compreensão do desenvolvimento na adolescência, contribuíram para novos modelos relacionais do desenvolvimento que reconheçam “o caráter fundamental e integrador das influências dos diferentes níveis de organização da ecologia do desenvolvimento humano” (Senna; Dessen, 2012, p. 102).

Considerando o olhar contextualista deste ciclo vital (adolescência), a produção histórica do adolescente/jovem vulnerável é o ângulo que perspectiva a diferença entre as juventudes, considerando a história, contingências e vicissitudes de cada sujeito jovem, sem concepções universais de existência. A objetiva definição de juventude como um marco biológico na vida é colocada em xeque quando se negam as diferenças entre as condições sociais do ser jovem em cada organização social (Bourdieu, 1983; Santos, 2016). Deste modo, leia-se a ênfase na diversidade de marcadores sociais, tais como:

[...] classe, raça, etnia, gênero, religião, moradia e culturas locais. Tais marcadores acompanham a inscrição da expressão juventude no plural, especialmente na década de 2000, demarcando as condições diversas que constituem a realidade juvenil e os modos de ser jovem na atualidade (Santos, 2016, p.167).

Assim, a ‘juventude’, anteriormente indicava, em suma, uma etapa da vida entre minoridade e maioridade, mas, nesse intervalo de tempo do sujeito há as suas condições históricas, incorporando e tensionando a “noção de adolescente outrora construída na perspectiva da psicologia do desenvolvimento, naturalizada (...) cujas características e atributos foram universalizados” (*ibid*, p. 167). Esta mudança de perspectiva marcou as primeiras propostas de políticas direcionadas aos jovens.

### **3.2.3. AdolescênciaS e famíliaS em contexto bioecológico**

A dimensão da convivência familiar é uma questão fundamental para o entendimento dos fatores que influenciam o comportamento dos adolescentes. Com a fragilização dos vínculos familiares o sistema familiar “encontra dificuldades em exercer a sua função protetiva devido a situações adversas” (Brasil, 2016d, p.21). Assim, as famílias com adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto,

acompanhadas pelas equipes técnicas, apresentam demandas diversas ao longo do seu ciclo vital e no processo inter-relacional com o contexto em que vivem e são constituídas, no seu *micro e mesossistemas*, a partir do momento em que os adolescentes deixam de ser atendidos em espaços educativos e protetivos e “são jogados aos riscos da violência, da exploração sexual, do trabalho infantil, do tráfico de drogas” (Warpechowski; Conti, 2019, p. 142). Estas famílias são atravessadas por questões socioeconômicas, culturais, históricas, étnicas e vinculares, o que provoca, na prática do acompanhamento técnico, intervenções qualificadas consoantes com as demandas oriundas destas interações intra e extrafamiliares.

A imersão conceitual da família como um sistema funcional, dinâmico, com inter-relações complexas e fatalmente articuladas, nos induz a concordar com Alarcão e Gaspar (2007, p. 90), para quem “a família é geralmente considerada como um lugar privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interação e (...) fundamental para o desenvolvimento do ser humano”. Neste diapasão, a abordagem do pensamento sistêmico sobre os sistemas familiares, “diante da multiplicidade de aspectos que envolvem a família”, deve “trazer à tona todo o seu universo contextual, social, econômico, histórico e cultural” (Silva et al, 2012, p. 20). Na perspectiva de Alarcão e Gaspar (2007),

[...] é no cotidiano de cada família, tecido pelo cruzamento das regras universais de sua organização, com herança e expectativas específicas de cada novo núcleo, que vão se definindo papéis, afinando modelos de relação e reescrevendo identidades pessoais. Este processo de construção é dinâmico, marcado por inúmeros ensaios e negociações, mais ou menos explícitos, exigindo uma coerência e previsibilidade que garantam a estabilidade necessária ao percurso de cada etapa desenvolvimental bem como as mudanças que o crescimento individual e familiar implica (p.90).

Cervený (2002) e Wagner, Tronco e Armani (2011) refletem que é difícil traçar um perfil único da família brasileira, já que o país é extenso e culturalmente diverso, com muita disparidade econômica. Todavia, verificaram tendências que delineiam o seu funcionamento na contemporaneidade, como diminuição do número de pessoas na família; aumento do número de divórcios e recasamentos; maior participação da mulher na manutenção econômica do lar; casais de dupla carreira e diferentes maneiras de compartilhar papéis nas funções parentais (Wagner; Tronco; Armani, 2011). Esses aspectos fazem parte do contexto (micro e macrosociais) que geram influências diretas sobre o seu cotidiano, desdobrando em múltiplos arranjos e configurações.

Assim, não há uma única configuração de família, bem como não há um padrão único de viver a adolescência. Portanto, Moraes, Lima e Fernandes (2014) afirmam que é preciso fazer referência no plural, às famíliaS, às adolescênciaS, importando, em perspectiva, “contextualizar o desenvolvimento adolescente, na mesma medida em que se defende a necessidade de contextualizar a compreensão sobre família” (*ibid*, p. 160). Não há um(a) adolescente prototípico(a), nem um modelo familiar único e universal.

A Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano (ABDH) propõe-se ao estudo dos fenômenos do desenvolvimento ao longo do ciclo vital, em uma perspectiva histórica, cultural e interacionista (Souza *et al.*, 2011). Ao considerar o contexto familiar para abordar o desenvolvimento de adolescentes, é preciso atentar-se às múltiplas relações estabelecidas com diferentes pessoas que o constituem e com os demais contextos (mais imediatos ou remotos) que também exercem influência sobre eles. Considera-se que o microsistema familiar está entrelaçado em uma cadeia interdependente com os demais microsistemas, como a rua, a escola, o trabalho, a vizinhança, a clínica, os serviços comunitários, as ONGs, entre outros (*ibid*, p. 160-161), sendo estes contextos do desenvolvimento humano. Tendo a reciprocidade como principal característica, através da ABDH, nesta pesquisa pretende-se compreender a interpretação dada pelo adolescente/jovem e familiar (Pessoa) sobre o risco social e a vulnerabilidade (Processo) tanto em casa quanto nos outros sistemas (Contexto) e seus efeitos no desenvolvimento humano (Tempo). O microsistema do socioeducando é responsável pela sua inserção cultural na sociedade, a partir do mecanismo interatuante deste com demais microsistemas (mesossistemas) e exossistemas do seu ambiente, dos quais assimilam valores, crenças e ideologias. Neste *continuum*, esta cadeia de elementos se insere no macrosistema, sistema mais amplo, atrelado às dimensões cultural, política e econômica de uma organização social (Bronfenbrenner, 1996).

Neste ponto da dimensão do macrosistema, o que se interpõe neste estudo é como se dá o repertório cognitivo, emocional e comportamental dos socioeducandos em situação de risco e vulnerabilidade, atentando-se para os processos proximais assentados em períodos extensos de tempo; com a perpetuação histórica da pobreza e da desigualdade por raça e gênero, que

perfazem o contexto atual de exclusão e de desproteção social, interroga-se a reciprocidade entre estes elementos objetivos do entorno do socioeducando com a sua compreensão subjetiva a respeito. A vulnerabilidade social que circunscreve esta realidade,

[...] materializa-se nas situações que desencadeiam ou podem desencadear processos de exclusão social de famílias e indivíduos que vivenciem contexto de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso a serviços públicos) e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras (Brasil, 2011, p. 14).

Portanto, o estudo proposto é amparado no paradigma contextualista da abordagem sistêmica para articular teoricamente os processos da vulnerabilidade social (que pela sua produção histórica é permeada por questões de etnia/raça, gênero e classe) sobre os contextos do desenvolvimento humano dos adolescentes e seus familiares, negros e periféricos.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 4.1 Tipo de Estudo

Este estudo teve a complexidade do ciclo vital da adolescência e seu sistema familiar em contextos de vulnerabilidade social como a tônica do problema de pesquisa, com ênfase no período de cumprimento da Medida Socioeducativa. Particularmente, nas Ciências Sociais e do Comportamento os problemas são de múltiplas variáveis, exigindo da pesquisadora novos instrumentos conceituais, alicerçando-se em Bertalanffy (2015) e demais precursores da Teoria Sistêmica. O método de investigação deste estudo, de abordagem qualitativa, teve guarida teórica na TBDH, com a qual apoiou a sua análise dos aspectos subjetivos dos fenômenos sociais nos contextos do desenvolvimento humano, a partir da interatividade dos subsistemas e sistemas dos socioeducandos e familiares em vulnerabilidade social, calcada no constructo bioecológico Processo, Pessoa, Contexto e Tempo.

Para a sua integralidade, a pesquisa teve um olhar de livre investigação, de caráter exploratório, emergindo em bases de dados de modo a mais bem conhecer o fenômeno em investigação, seguindo direcionamento como orienta Gil (2008). Portanto, em seu caráter de investigação qualitativa, para constituir-se em um constructo que possa contribuir para a justiça social, focando aqui o olhar sobre os contextos do desenvolvimento humano do socioeducando e seus familiares e, por assim dizer, também contribuir para mudanças necessárias no cenário que foi identificado neste estudo, também ancorou-se na orientação de Denzin (2018, p. 17), quando enuncia que “a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”.

Transitar no universo da investigação qualitativa é se colocar como ser de abertura e sujeito à transversalidade de saberes, o que converge à compreensão de Bronfenbrenner (2001), que propõe as propriedades do modelo bioecológico. Assim, buscou-se investigar enxergando o fenômeno em estudo e sua continuidade à mudança. Mudança de um sistema que saia da exclusão para a inclusão, que olhe o

indivíduo em sua inteireza e globalidade ao longo do tempo. Neste particular, olhar para o fenômeno de *continuidade* e de *mudança*.

Assentada nesta compreensão, a pesquisa alinha-se ao que Bronfenbrenner nos apresenta sobre o modelo ecológico contribuir para “bases científicas para o planejamento de políticas e de programas públicos eficazes, que possam neutralizar a emergência de novas influências perturbadoras do desenvolvimento” (Bronfenbrenner, 2001, p. 44).

O ambiente ecológico dos participantes foi aqui explorado em um conjunto de estruturas concêntricas imbricadas em contextos de (des)proteção social. O modelo PPCT deu suporte para compreender a relação entre o desenvolvimento humano (características biopsicossociais, recursos e demandas da pessoa-participante) e os sistemas interconectados dos participantes, com foco nas experiências significativas ou não frente às políticas públicas de proteção social durante a socioeducação.

O desenho desta pesquisa buscou abranger os contextos do desenvolvimento humano dos participantes em cumprimento de MSE e seus familiares, atravessados por fenômenos sociais e políticos numa perspectiva histórica, cultural, social e interacionista, dimensões trabalhadas por Souza et al. (2011), e ainda, de que maneira a interseccionalidade etnia-raça, gênero e classe, aqui ancorada em Akotirene (2019) e Collins e Bilge (2020), os atravessa, de modo que se constituiu a sensibilidade humana de imersão na abordagem qualitativa, descritiva e aplicada, para o que também contribuiu Denzin (2018), ao adotar para a investigação qualitativa a justiça social, quando, em diferentes avaliações de um problema/situação, vislumbram-se as mudanças necessárias para tal - a exemplo do que este estudo busca.

## **4.2 Cenário da Pesquisa**

### **4.2.1 Descrevendo o CREAS: contexto, inserção e amplitude**

O cenário foi um dos sete CREAS do município de Salvador-BA, que é uma unidade pública, sendo pólo de referência para coordenar e articular a proteção

social especial de média complexidade no SUAS, com oferta de serviços e benefícios.

Do bairro onde se localiza, encontramos informações sociodemográficas gerais na plataforma Salvador Dados<sup>3</sup>, que traz dados parciais do último Censo do IBGE, de 2022. A sua população total contava então com 21.825 habitantes, sendo a maior parte destes autodeclarados pardos(as) (51,5%) e pretos(as) (26,99%), do sexo feminino (56,26%), e na faixa etária de 25 a 49 anos (42%). Sobre os domicílios, 55,1% tinham mulheres como as suas responsáveis. Em 2010, período da atualização mais recente dos dados sobre o quesito renda, as mulheres eram responsáveis por 42,9% dos domicílios, e a média de renda delas era de R\$1.433,00, contra R\$2.213,00 da renda masculina. Sobre os serviços infraestruturais ofertados no bairro, de acordo com o censo de 2022, 98,12% dos domicílios contavam com coleta de lixo, 100% com abastecimento de água e 99,97% com esgotamento sanitário.

O CREAS atende não só este bairro mas, de acordo com a área de abrangência estabelecida pela gestão da Secretaria de Combate à Pobreza, Esporte, Lazer e desenvolvimento Social (SEMPRE), responde ainda por outros 31 bairros adjacentes em seu entorno, com um diâmetro bastante extenso e com características diversas e mais precárias do que o bairro em que o CREAS em foco está instalado. Concomitante à consulta do censo IBGE 2022, em pesquisa ao Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, não foi possível apurar as informações referentes à renda dos moradores deste bairro, como dito anteriormente, pois o Censo Demográfico do IBGE de 2022 não foi publicado devido a uma série de fatores, incluindo atrasos na coleta de dados, questões orçamentárias e a pandemia de COVID-19, segundo o Instituto. Ainda no Portal Salvador Dados, desenvolvido pela Fundação Mario Leal Ferreira, da Prefeitura de Salvador, BA, para disseminar informações geoespaciais e alfanuméricas agregadas pela unidade espacial bairro, vimos que no bairro A dos participantes S1 e FS1, bairro B, dos S2 e FS2 e no C, onde residem os participantes S3 e FS3, temos que

---

<sup>3</sup> <https://dados.salvador.ba.gov.br/> - Salvador Dados, criado por meio do Decreto Nº 29.592 de 28 de março de 2018 (Salvador, 2018) é um canal de comunicação entre os órgãos da Administração Municipal de Salvador-BA, tem como finalidade reunir, gerir, integrar e atualizar um conjunto de informações sobre as diversas áreas que constituem a cidade de modo a subsidiar a formulação e avaliação das políticas públicas.

as populações totalizam 22.959, 6.758 e 21.439 habitantes, respectivamente. Dos três, a maior parte dos seus habitantes é autodeclarada como parda (47,97%; 50,53% e 46,66%), seguidos dos habitantes declarados de cor preta (43,43%, 39,75% e 40,67%). Temos a predominância do sexo feminino também nos três bairros 53,74%, 53,91% e 54,15%, sendo elas as responsáveis dos domicílios, respondendo por 57,86%, 54,4% e 56,01%, respectivamente. A faixa etária que predomina entre os moradores dos bairros A, B e C fixa-se no intervalo de 25 a 49 anos. Em relação à renda média dos domicílios dos três bairros, em 2010, era de R\$581,20, R\$747,80 e R\$722,84, respectivamente. Sobre os serviços infraestruturais ofertados no bairro, de acordo com o censo de 2022, a plataforma nos informa que 85,04%, 92,86 e 100% dos domicílios contavam com coleta de lixo, 100%, 99,69% e 99,95% com abastecimento de água e 91,17%, 97,22% e 99,38% com esgotamento sanitário.

Importante ressaltar que a equipe de MSE do CREAS conta com uma psicóloga e duas Assistentes Sociais para dar cobertura aos 32 bairros de sua área de abrangência. Funcionam no CREAS o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que integra a proteção social especial que consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos e o Serviço de MSE, que acompanha o cumprimento das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), aplicadas por uma Vara da Infância e Juventude da comarca de Salvador, BA. Em ambos os serviços, as equipes técnicas são compostas por psicólogas e assistentes sociais.

Os serviços dos CREAS funcionam todos os dias da semana, em expediente comercial, com as equipes realizando atendimentos individuais e em grupo, visitas à rede socioassistencial e ao Sistema de Garantia de Direitos, bem como visitas domiciliares aos socioeducandos e famílias.

A sala do local da coleta, onde ocorreram as entrevistas, possuía ruídos de vozes de um serviço de CadÚnico que funcionava ao lado. Uma familiar responsável declinou da participação na pesquisa ao tomar conhecimento do TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, associando-o com as documentações da audiência junto à justiça, a respeito da MSE, mesmo sendo informada que não havia

relação entre ambas; após a apresentação do tema da pesquisa e do TALE, a genitora não autorizou a participação do seu filho. Além desta desistência, tivemos outro socioeducando adolescente que fora impedido de participar por estar em um abrigo e não haver responsável familiar e outro por doença mental grave.

#### **4.2.2. A pesquisadora e seu acesso ao campo**

##### 4.2.2.1 Facilidades

A pesquisadora anteriormente já havia atuado em serviço público da mesma secretaria, também da Proteção Social Especial do SUAS para o atendimento em MSE, chamado Núcleo de Atendimento de Medidas Socioeducativas – NAMSE que funcionava em articulação direta com os sete CREAS de Salvador, BA e o Sistema de Justiça, experienciando nos atendimentos diversas demandas técnicas que inspiraram a temática deste estudo. Para a pesquisadora, esta vivência favoreceu que a escolha dos critérios de inclusão e exclusão dos participantes fossem condizentes com o grau de experiência destes com a vulnerabilidade social em suas vidas.

O nosso contato com a equipe técnica e com os participantes se deu na sala de atendimento e na sala de grupo do CREAS, respectivamente. Os participantes demonstraram ter boa referência com a equipe e serviço, se comprometendo com o comparecimento para as entrevistas. O acesso à equipe que intermediou o contato com os participantes foi fluido, sem empecilhos. O acesso ao CREAS é fácil, em termos de localização, apesar da distância do endereço do trabalho da pesquisadora.

##### 4.2.2.2 Dificuldades

Inicialmente, a solicitação para realização da pesquisa visava um CREAS mais próximo do local de trabalho da pesquisadora, para otimizar e conciliar o tempo entre o expediente e o período da coleta de dados. Todavia, após espera por quase seis meses, a entrada em campo foi autorizada pela gestão da SEMPRE para a

coleta de dados em outro CREAS, mais distante. O aguardo desta decisão foi bastante laborioso, impactando no cronograma previsto, prorrogando o início da execução das etapas de pesquisa. Como alternativa para otimizar o esforço de coleta de dados, optou-se com concorrer ao edital nº156/2024, de concessão de Auxílio Financeiro a Estudantes de Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UESB, com foco no custeio específico dessa etapa. Porém, feito o pleito do auxílio para viabilizar os deslocamentos para o campo, dentro das regras previstas no edital, a solicitação da pesquisadora não foi levada adiante pelo Programa, inclusive após diálogo institucional entre o PPGREC e a gerência de Pós-Graduação da UESB, por não ser possível o pagamento de diárias de transporte dentro do município, com a alegação de que o recurso deve ser aplicado em despesas de deslocamentos intermunicipais. Ressalta-se que esta constrição do uso do recurso não constava no referido edital. Tivemos também como devolutiva da coordenação do PPGREC que será feita a solicitação, junto à referida Gerência de Pesquisa da Universidade, de consideração das demandas de deslocamento para as coletas de dados dentro do município, o que será de grande valia para pesquisas futuras.

### **4.3 Participantes da pesquisa**

O estudo acessou as três categorias de participantes do cumprimento da MSE: três socioeducandos, três dos seus familiares responsáveis e uma psicóloga que os acompanhava, perfazendo sete entrevistados.

Os três socioeducandos cumpriam a medida de Liberdade Assistida (LA) há uma média de seis meses, tinham idade entre 15 e 18 anos e se caracterizavam como etnia/raça parda e preta. Dois trabalhavam via contratação como “Adolescente Aprendiz”, contribuindo em parte com a renda familiar; e um não trabalhava, devido a sequelas físicas causadas por violência policial, conforme declaração do socioeducando e de seu familiar. Dois cursavam o ensino fundamental, e um, o ensino médio, e todos frequentavam a escola regularmente.

A renda familiar variou entre “sem renda” e dois salários mínimos, sendo duas das três famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e de benefícios eventuais

do município para a demanda de alimentação e aluguel. Dentre os familiares, um declarou ser o provedor da casa, uma familiar declarou contribuir “em parte” e um responsável, padrasto, está sem renda formal e afastado das atividades laborativas devido a violência policial que motivou a MSE do enteado, resultando em perturbações à sua saúde mental.

A temática saúde mental insurgiu devido à relação direta entre abordagem policial e o adoecimento/lesão físico e mental de três dos sete participantes, relatados no instrumento entrevista semiestruturada. Além dos três participantes que se declararam adoecidos (dois familiares e um socioeducando), o quarto (socioeducando) não assumiu tal relação, apesar de ter sofrido violência policial e de ter apresentado mudanças comportamentais após o evento, sendo estas reveladas por seu familiar no instrumento entrevista.

O conhecimento prévio deste público no serviço supramencionado em que a pesquisadora trabalhou originou a seleção dos perfis dos participantes para a pesquisa, que procurou perscrutar como se deu o acesso e permanência nos serviços públicos das políticas de base para a proteção social ao cumprimento da Medida, por estas pessoas, caracterizadas pela vulnerabilidade pessoal e social.

O critério de inclusão foi a etnia/raça (negros/pardos e ou pretos), sexo masculino, vulnerabilidade socioeconômica durante o cumprimento da MSE em contexto pessoal e social menos favorecedor. Já os critérios de exclusão foram: socioeducandos em contexto pessoal e social mais favorecedor para o cumprimento da MSE, sexo feminino, etnia/raça branca e fora do critério socioeconômico para recebimento de Benefícios Sociais. Os familiares seguiram as mesmas caracterizações e critérios dos socioeducandos, sem restrição ao sexo.

Para a psicóloga do CREAS, o critério de inclusão foi que fosse profissional do Serviço de MSE. Escolhida esta categoria profissional após o reconhecimento pelo Sistema Conselhos de Psicologia do uso de instrumentos científicos baseados em constructos da Teoria Sistêmica (fundamentação teórica desta pesquisa) como complementares à elaboração de relatórios socioassistenciais.

#### 4.4 Instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos constituintes da pesquisa foram as entrevistas semiestruturadas para o adolescente/jovem (Apêndice F), para o familiar (Apêndice G) e para a psicóloga (Apêndice H), por compreendê-las como uma estratégia investigativa com perguntas abertas que buscam ir mais fundo para desvelar o processo de ser, estar, viver de participantes, de natureza qualitativa, e por seu aspecto mobilizador das forças internas, de modo que os participantes pudessem expressar-se mais livremente sobre determinado tema ou temas perguntados, compreensão respaldada em Creswell (2010). Neste estudo, os instrumentos semiestruturados foram de grande relevância para o alcance da resposta à pergunta da pesquisa, favorecendo a imersão da pesquisadora e mobilizando as forças do entrevistado/a diante da temática de enfrentamento relacionado ao contexto vivencial de vulnerabilidade humana.

Os roteiros das entrevistas baseiam-se no PIA, que está previsto na Lei do SINASE e é um instrumento obrigatório na execução das MSEs, prevendo o registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente, sendo encaminhado para a Vara da Infância e Adolescência da comarca de Salvador/BA) pelo CREAS do território, por se tratar de um processo de ato infracional. Ambas as instâncias acompanham o desempenho do socioeducando, o envolvimento da família e o acesso do subsistema familiar às políticas públicas. É elaborado pela técnica de referência do Serviço de MSE em Meio Aberto do CREAS (Psicóloga e ou Assistente Social), juntamente com o socioeducando e seu familiar.

Esta pactuação entre a profissional e o adolescente, envolvendo a sua família e as demais políticas setoriais, deve abranger os objetivos e as metas consensuadas. Estas metas procuram ressignificar a trajetória de vida do adolescente, desviando-o da vivência infracional e minimizando a vulnerabilidade social. Abarca itens como Aptidões, Habilidades, Interesses e Motivações; Situação Documental; Situação Processual; Saúde; Educação; Trabalho; Arte, Cultura, Esporte e Lazer; Crença Religiosa; Relações afetivas de amizade e gênero; Abordagem Familiar e Comunitária (Brasil, 2016d). Estes itens compuseram a coleta de informações da pesquisa, materializadas nos três roteiros semiestruturados de entrevista.

Estes roteiros ainda foram constituídos com base nas dimensões Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT) do modelo de desenvolvimento humano da ABDH, proposto como produto do entrecruzamento destas, adaptado à realidade dos participantes, atravessada pelos processos interseccionais de etnia/raça, gênero e classe.

No teor dos questionários, a dimensão Processo foi o guia para extrair as respostas almejadas dos itens supramencionados do PIA ao microsistema ou ambiente imediato do adolescente e seu familiar – casa, comunidade, escola – conhecidos por propiciar as interações face a face, nos quais se espera regularidade e reciprocidade, para promover os processos proximais nos contextos apresentados. No Mesossistema de cada sistema familiar identificado, visto a inter-relação dos microsistemas constituídos, no qual o fluxo de interações foi observado. O Exossistema também foi apresentado, sistema no qual os adolescentes e jovens não participam diretamente, mas recebem a sua influência (agentes da segurança pública, profissionais dos serviços públicos destinados ao cumprimento da MSE), assim como, o Macrossistema, que reuniu aspectos sociais, culturais, crenças, valores e ideologias dos demais sistemas, conforme assinalado por Bronfenbrenner (1996), um dos suportes teóricos desta pesquisa. Assinalamos que os processos proximais operam sobre um período de tempo, aqui, o período da MSE na adolescência e são indicados como mecanismos primários no desenvolvimento humano. A sua função varia substancialmente de acordo com as características da Pessoa em desenvolvimento, nos Contextos ambientais imediatos até os mais remotos e dos períodos de tempo nos quais são desencadeados (Copetti; Krebs, 2011). Assim, as disposições, os recursos bioecológicos e as demandas da Pessoa são analisadas no funcionamento dos Processos nos contextos de desenvolvimento investigados nesta pesquisa.

#### **4.5 Procedimento de coleta de dados**

Da primeira etapa prevista, o inquérito documental do PIA de cada adolescente aconteceu de forma dialogada com a equipe responsável pelo acompanhamento da MSE dos participantes. O acesso às metas do PIA dos participantes foi dialogado entre a equipe e pesquisadora, a partir de recurso digital

das profissionais, sem manuseio físico do Plano, ocorrendo neste formato, no qual a pesquisadora fez as perguntas e posterior anotações pertinentes em seu diário de campo. Este compartilhamento aconteceu quando oportuno na agenda das profissionais, ocorrendo antes ou após as entrevistas. O procedimento se deu pela conjugação deste diálogo entre pesquisadora e equipe de MSE com a aplicação das entrevistas.

Assim, por segundo, a aplicação das entrevistas semiestruturadas para cada categoria de participante (adolescente, familiar responsável e psicóloga), foi realizada individualmente e em horário administrativo, nas quais a pesquisadora precisou se adaptar à disponibilidade de horário dos/das participantes (expediente de trabalho, horários de aula regular, curso profissionalizante e de atendimento médico, entre outros compromissos), teve duração média de 50 minutos a uma hora de falas. Estas narrativas foram respeitadas na íntegra, incluindo a expressão de emoções que emergiram, associadas à memória do contexto vivido pela acusação do ato infracional.

Os encontros para a sua aplicação se deram na sala de grupo do CREAS, com iluminação, climatização e espaço adequados, com algumas ocorrências que alteravam a sua acústica, devido à atividade de um serviço do CREAS que funcionava ao lado, mas sem comprometimento do sigilo e da captação do som. O registro das falas se deu através do aplicativo para dispositivos móveis usado para gravação de áudios, chamado *Tape-a-talk Voice Recorder* instalado no aparelho celular da pesquisadora, ao qual só a mesma tem acesso. A transferência dos arquivos para o notebook da pesquisadora aconteceu via *wifi* e *bluetooth*, para serem transcritos. A transcrição das sete entrevistas ocorreu, por sua vez, no mesmo notebook pessoal, no editor de textos *Microsoft Word*, acessado por senha intransferível. A pesquisadora realizou a escuta das sete entrevistas inúmeras vezes para concluir as transcrições, necessitando de fone de ouvido tipo “concha” para adaptar os seus aparelhos auditivos aos áudios e escutar as vozes com inteligibilidade, além de, assegurar o sigilo dos relatos. Nos ensina Creswell (2010) que este procedimento de transcrição literal (verbatim), palavra por palavra, do conteúdo das entrevistas ou discursos, incluindo repetições, hesitações, pausas e sons não verbais relevantes vai além de um mero registro, são importantes para garantir uma base rigorosa e confiável para a análise qualitativa.

#### **4.6 Aspectos éticos da pesquisa**

Quanto aos aspectos éticos, o projeto de pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP da UESB, sob parecer 6.938.682 e CAAE 80875624.6.0000.0055, assegurando o início dos trabalhos em campo, visando uma postura ética e coerente frente a investigação.

Todos os participantes acima de 18 anos leram, concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (apêndice ...) e, para aqueles menores de 18, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE (apêndice...), foi assinado pelo seu responsável. Os documentos foram elaborados em linguagem acessível para os participantes, com observância ao que preconizam os aspectos éticos do CONEP. Além destes termos, foi elaborado, também, documento específico de autorização para acesso aos PIA junto à Prefeitura Municipal de Salvador, BA e à Secretaria de Combate à Pobreza, Esporte, Lazer e desenvolvimento Social (SEMPRE). Ressalta-se o cumprimento das Resoluções 466/2012 e 510/2016 (Brasil, 2012a; 2016a), com pesquisas envolvendo seres humanos.

Art. 1º. Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução (Brasil, 2016a, p. 1).

A pesquisadora tem arquivados todos os Termos em pasta específica e no computador pessoal com senha intransferível e em HD externo. No corpo do texto, o anonimato dos participantes foi garantido pela identificação: Socioeducandos 1, 2 e 3 (S1, S2 e S3), Familiar de Socioeducando 1, 2 e 3 (FS1, FS2, FS3) e a Psicóloga (PMSE).

#### **4.7 Análise dos Dados**

Bertalanffy (2015, p. 132) aponta que “pode ver-se facilmente que todos os estudos dos sistemas seguem um ou outro de variados métodos ou uma

combinação de ambos”. Cada um dos enfoques tem suas vantagens, assim como seus inconvenientes. Assim, o cuidado com a seleção do método deve ter toda a atenção ao alcance do que se persegue. Neste particular, a imersão deste estudo na abordagem qualitativa convergiu para o que nos ensinam Miles e Huberman (1994). Estes autores, ao discorrerem sobre o procedimento de análise dos dados, elencam três fluxos simultâneos de atividades: **a redução dos dados; a sua apresentação; a interpretação/verificação das conclusões**. A etapa de redução se reveste no processo de seleção, centração, simplificação, abstração e de transformação do material compilado. Tratou-se de exigente trabalho de escuta e imersão nos dados coletados, sua transcrição e pré-análise em um processo de idas e vindas no delineamento das categorias. Consistiu de uma operação contínua que iniciou no momento de determinação do campo de investigação do CREAS e transcorreu todo o percurso do estudo.

A etapa de organização e tratamento dos dados versou sobre a estruturação do conjunto de informações oriundas do campo para a tomada de decisões preliminares ao alcance de suas considerações. Segundo Miles e Huberman (1994) é uma fase importante na utilização de recursos visuais de modo a amplitude de olhar-enxergando o que se persegue na pergunta de pesquisa, uma vez que a apresentação possibilita a que se reduzam e estructurem os dados contribuindo ao aperfeiçoamento da análise. Neste direcionamento, quadro de categorias e figuras foram confeccionadas à guisa da amplitude do ver para interpretar compreensivamente os dados.

A fase de interpretação e a verificação das conclusões consiste na atribuição de significado aos dados reduzidos e organizados através da formulação de suas relações (Miles; Huberman, 1984). Tratou-se no estudo de extrair significados por meio de uma apresentação-síntese dos dados, de suas ocorrências, configurações possíveis, tendências e proposições. Ocorrendo logo no início da coleta de dados, no imbricamento com a fase de redução dos dados, de modo à sua interpretação. Por assim dizer, a interpretação foi primeiramente redutora, para, em seguida, ser criadora das verificações das considerações finais do estudo à sua validade e confiabilidade, o que implicou nos dados serem capazes de suportar explicações diversas.

Neste estudo, este processo foi sendo cingido com o imbricamento da metodologia da triangulação de forma abrangente às diferentes perspectivas e fontes de dados – os(as) participantes do estudo.

A triangulação está alicerçada no entendimento sobre a complexidade da experiência humana (Denzin, 2009; Tuzzo; Braga, 2016). O estudo se aprofundou sobre o viver humano de socioeducandos em meio aberto, realizado por meio de triangulação de dados enquanto estratégia de validação e a garantia de rigor científico.

Os dados foram analisados separadamente, buscando padrões, temas e relações relevantes de cada grupo de participantes: socioeducando, familiar/responsável e psicóloga do CREAS (Serviço de MSE), buscando pontos de convergência e divergência. Seguindo os ensinamentos de Miles e Huberman, (1984), o que exigiu imersão sobre estes de forma reflexiva e cuidadosa sob o fenômeno estudado em seus diferentes ângulos para uma compreensão mais rica e detalhada, apresenta-se no Quadro 1 as categorias e subcategorias delineadas.

À luz deste quadro, se desenhou a triangulação dos dados, apresentada na Figura 1.

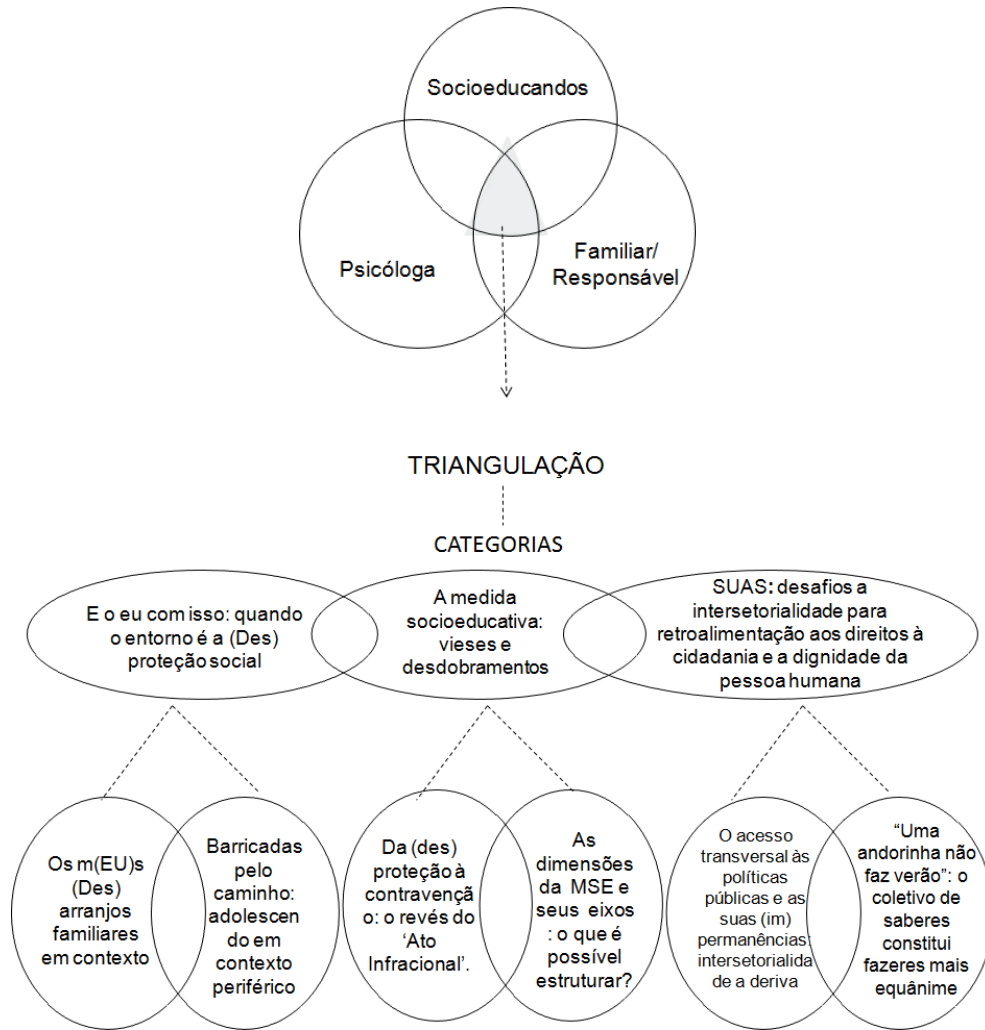
A estratégia metodológica e o uso da triangulação dentro do método qualitativo possibilitaram, neste estudo, das diferentes fontes de dados ir o mais profundo, no âmbito geral para o mais proximal, das relações humanas, ou seja, alcançando um nível mais específico e profundo do viver do socioeducando o que permitiu responder à pergunta de pesquisa e ir ao encontro dos objetivos traçados.

**Quadro 1 - Categorias e Subcategorias do Estudo.**

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Categoria 1. E o eu com isso: quando o entorno é a (des) proteção social	Os m(EU)s (Des) arranjos familiares em contexto
	Barricadas pelo caminho: adolescendo em contexto periférico.
Categoria 2. A medida socioeducativa: vieses e desdobramentos	Da (des) proteção à contravenção: o revés do 'Ato Infracional'.
	As dimensões da MSE e seus eixos: o que é possível estruturar?
Categoria 3. SUAS: desafios a intersectorialidade para retroalimentação aos direitos à cidadania e a dignidade da pessoa humana	O acesso transversal às políticas públicas e as suas (im) permanências: intersectorialidade à deriva
	"Uma andorinha não faz verão": o coletivo de saberes para fazeres mais equânimes na Assistência Social

Fonte: Elaboração própria, 2025.

**Figura 1- Modelo Sistêmico do Delimitamento das Categorias e Subcategorias de Análise.**



Fonte: Elaboração própria, 2025.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

***Ele é um adolescente como os outros, todavia atravessando um processo peculiar, que é o da socioeducação. É preciso colocar o ato infracional entre parênteses e se debruçar sobre o adolescente, o humano diante de nós<sup>4</sup>***

*“Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”.*

**Direito universal:** *O direito à vida é um direito de todas as pessoas, sem discriminação de qualquer tipo.*

**Proteção legal:** *A vida de cada pessoa deve ser protegida pela lei.*

**Liberdade:** *O direito à vida está intrinsecamente ligado ao direito à liberdade e à segurança pessoal. (Brasil, 2016d)*

Os participantes deste estudo, sete ao todo, foram denominados com siglas e numerais para que sejam preservadas as suas identidades na pesquisa. Os três socioeducandos possuem idade entre 15 e 18 anos, declararam-se de etnia/raça negro/parda e preta, residem com suas famílias em bairros periféricos de Salvador-BA. Dois frequentam regularmente o ensino fundamental e um o ensino médio, sendo todos na rede pública de ensino e com defasagem idade/série.

Novaes (2006) aponta que, independentemente da faixa etária, jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais. As delimitações de classe, etnia/raça, gênero e moradia apontam diferenças de oportunidades de acesso à educação, à inserção social, ao mundo do trabalho, aos bens culturais em geral. Para esta autora, se considerarmos a relação escola-trabalho, encontraremos uma desigualdade ainda mais evidente, pois, na condição de pobreza, são incitados precocemente à sobrevivência e ao trabalho e, por sua vez, ao conseqüente abandono da escola - dadas as condições a que são submetidos nas oportunidades que se apresentam a estes.

A família de S1, composta por seis pessoas, encontrava-se sem renda no momento da coleta de dados, tendo o padrasto, 43 anos, etnia/raça preta, como o seu responsável e participante da pesquisa. FS1 encontra-se sem remuneração e afastado das atividades laborais devido à violência policial que motivou a MSE do enteado, pois, a ocorrência resultou em perturbações à saúde mental de ambos e à saúde física de S1. O socioeducando possui 18 anos, declara-se de etnia/raça negro-pardo e repete o 2º ano do ensino médio, se afastou da escola devido à

---

<sup>4</sup> Referência a Franco Basaglia, psiquiatra italiano que defendeu a humanização na Psiquiatria.

hospitalização e pós-operatório de cirurgias para retirada de projéteis em seu crânio, pulmão e fígado. Os disparos foram perpetrados pela polícia durante o referido flagrante do ato infracional, tendo S1 como alvo, à época adolescente. O fato ocorreu na rua em que mora.

Atualmente, o jovem afirma estar incapacitado para atividades físicas e laborais, anda com dificuldade, perdeu parte do pulmão e da audição. Na entrevista, apresentou episódios de fuga de ideias. A sua genitora também se encontra com limitações e não pôde representá-lo na pesquisa, devido, segundo declarou, ao transtorno mental desencadeado pela violência e perseguição policial a seu filho e marido.

Tavares et al (2023) em estudo sobre a violência contra jovens em Salvador entre 2009 e 2019, identificaram que dos 17.378 casos de violência, houve o acréscimo de 176% de casos contra a população na faixa etária de 15 a 29 anos de idade, passando de 10,8 a cada 10 mil em 2009 para 29,8/10 mil em 2019. Os principais lugares para essas práticas violentas foram a via pública (54,9%) e as residências das vítimas (40,1%). No que se refere às características sociodemográficas da população jovem atingida por causas externas letais, na capital baiana, “os homicídios se sobressaíram como provável circunstância de óbito da população jovem (80,8%), seguidos dos acidentes (9,9%) e dos suicídios (1,1%)” (Tavares et al., 2023, p. 232).

Estas taxas poderiam incluir a vida de S1, pois representam a sua vivência de risco social e de violência institucional, um roteiro de vida que persiste entre os adolescentes pretos e pardos da periferia de Salvador, BA, no qual a referida pesquisa espelha a realidade: foi observado que os óbitos por homicídio incidem mais sobre o sexo masculino (93,3%), faixa de idade entre 19 e 24 anos (48,4%), seguida por 15 a 18 anos (20,9%). Quanto à etnia-raça, a mais atingida foi a de negros (90,8%), e a escolaridade de maior prevalência variou de quatro a sete anos de estudos (52,2%), o que corresponde ao nível fundamental. Equivalente a um ‘genocídio’, constatou-se uma redução da população na faixa etária mais atingida no município, dado que só confirma o termo, de acordo com projeções dos censos demográficos entre 2000 e 2010, segundo a prospecção do Plano Municipal de

Saúde (2014-2017), tendo como principal causa de mortalidade os homicídios por arma de fogo (Tavares et al, 2023).

A persistente condição de risco pessoal e social acima, que se interpõe à fragilidade socioeconômica trazida por S1 e FS1, Castel (1997) ao postular sobre a marginalidade social, aponta três zonas de distribuição dos indivíduos na sociedade, a de integração, vulnerabilidade e desfiliação. A primeira compreende indivíduos com condições de trabalho estável e uma significativa inserção relacional, a qual não abarca os participantes do estudo; a segunda, é caracterizada pela precariedade de trabalho e pela fragilidade dos vínculos relacionais, enquanto a terceira, refere-se à ausência de trabalho e ao isolamento relacional. O autor destaca que suas fronteiras são móveis, permeando passagens incessantes de uma a outra. A zona de vulnerabilidade “(...) é um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional” (*ibid*, p. 26). Estes participantes (S1 e FS1) sobrevivem através de benefícios sociais de transferência de renda e emergenciais, tanto da Assistência Social quanto da ajuda material de parentes, após o referido trauma coletivo instalado na família. Em mobilidade entre as zonas de marginalidade, S1 e família podem transitar pela indigência integrada, pois “depende das ações de socorro, ligadas à inserção comunitária, diferenciando-se dos vagabundos” (Castel, 1997, p. 25), os desfiliaados.

O socioeducando 2 possui 16 anos de idade, etnia-raça preta, assim como a sua genitora de 43 anos. Residem no bairro desde que esta nasceu. Em seu contexto de vida, apontaria para a direção da zona de integração proposta por Castel (1997), se apenas o critério renda fosse considerado e se as políticas de proteção social do bairro de fato emancipassem as famílias, pois acessam a dois salários mínimos através de vínculo formal de emprego (a genitora e o padrasto de S2), para o grupo familiar composto por três membros. Porém, mãe e filho atravessam diversas vulnerabilidades em seu cotidiano pelo fenótipo racial, quando em trânsito pela cidade, ainda que tenham este deslocamento limitado devido às fronteiras bem delimitadas entre as facções nos bairros. Assim como S1, também foram vítimas de violência policial na situação referida do ato infracional, no qual foi algemado e posto de bruços olhando para o chão, na rua em que mora - gerando perturbações emocionais em ambos. É fatal que o corpo sempre tem um sujeito, que

está inserido em alguma comunidade, grupo, etnia ou nação e “(...) é marcado pela história e pelas convenções culturais (...) são as marcas inscritas no corpo que singularizam o grupo étnico a que o indivíduo pertence” (Silva, 2017, p. 161). Concordando com Grada Kilomba (2019), que nos dá suporte para este entendimento, o racismo não é um acontecimento pontual, “mas uma experiência contínua que atravessa a biografia do indivíduo, uma experiência que envolve uma memória histórica de opressão racial” (p. 85).

É sabido que as famílias só podem ofertar proteção social a seus membros se estiverem apoiadas por políticas públicas que proporcionem o exercício das funções que lhes são incumbidas socialmente. Porém, com o retraimento de investimentos do Estado para as políticas de base, cada vez mais, ora o mercado, ora as famílias têm ocupado este lugar de proteção, independente das condições objetivas, são responsabilizadas para tal. Esta é uma importante reflexão de Miotto (2006), para a compreensão do recrudescimento da presença do mercado na dinâmica social, muitas vezes conduzindo as famílias à contratação de serviços que de fato são direitos previstos na Constituição Federal de 1988.

Assim, neste contexto de desproteção, que vai da falta de acesso pleno às políticas públicas às situações de discriminação, FS2 assume parte significativa do acesso a direitos básicos de S2, provendo a educação básica e profissionalizante, privada, até um ano antes de início da MSE. O seu intento era de garantir oportunidades para o desenvolvimento do filho e prevenir violações, mas tais esforços não os blindaram da abordagem policial violenta na rua em que moram, evento este que desencadeou, conforme sintomas relatados, Transtorno de Estresse Pós-Traumático na genitora e baixo rendimento escolar, defasagem idade/série e comportamento agressivo em S2, que repete o ano em uma escola da rede pública. Estes eventos ocorreram após o suposto ato infracional. Estudos demonstram que a violência interfere no desenvolvimento comportamental, sócio emocional, cognitivo e sexual dos vitimados, e as sequelas podem persistir ao longo da fase adulta (Barros; Freitas, 2015).

O terceiro socioeducando, S3, 15 anos, juntamente com seus dois irmãos mais novos, vem de um histórico de diversas violações de direitos desde a primeira infância até a pré-adolescência, que incluiu a privação e insegurança alimentar,

acesso irregular a educação e a saúde, violência sexual, negligência parental, rompimento de vínculos familiares e comunitários. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006a), destaca a negligência entre as situações de risco vivenciadas por crianças e adolescentes enquanto falhas dos pais ou responsáveis em relação às necessidades dos filhos, excetuando que elas não sejam efeito das condições de vida que escapam ao controle dos responsáveis e que demandam atenção e intervenção da sociedade e do Estado.

A negligência assume formas diversas, que podem compreender descasos: com a saúde da criança, por exemplo ao deixar de vaciná-la; com a sua higiene; com a sua educação, descumprindo o dever de encaminhá-la ao ensino obrigatório; com a sua supervisão, deixando-a sozinha e sujeita a riscos; com a sua alimentação; com o vestuário; dentre outras (Brasil, 2006a, p.36).

Almeida, Soares e Gianordoli-Nascimento (2019) alertam que a apropriação do termo negligência parece, por vezes, substituir a pobreza na justificativa das intervenções estatais junto às famílias de classes populares no contexto da assistência social. Assim, até então, as intervenções a esta família, em suma, intencionavam o amortecimento dos efeitos da pobreza material, com vistas à produção de resiliência contra os choques socioeconômicos, relacionais e ambientais a que foram expostos. A família de S3 passou por reconfigurações devido à medida protetiva judicial aplicada, apartando-os da genitora, para o acesso a direitos antes não acessados. Atualmente vivem com o genitor, participante da pesquisa. O Sr. FS3 possui 58 anos, declara-se negro-pardo; ao reassumir o convívio com os três filhos foram inseridos em programas e benefícios da Assistência Social para a segurança socioassistencial de todos. Foi recentemente empregado, com remuneração prevista de um salário mínimo. Além do programa PAEFI do CREAS, a família é acompanhada pelo Conselho Tutelar do território, e, no contraturno escolar, participam de atividades socioeducativas numa Casa Lar (Acolhimento Institucional) na qual já estiveram abrigados, no bairro em que moram.

S3 e sua família tiveram acesso aos mínimos sociais após a medida protetiva; análoga a uma medicação, o Estado aplica uma medida para a família reagir à doença que ele mesmo provocou. A mesma relação pode ser feita com a medida socioeducativa de S3, cumulada com a protetiva, como procedimento também remediador com a responsabilização do adolescente sobre a infração ocorrida no

seio familiar, à época da sua privação de direitos sociais básicos para o seu desenvolvimento.

Os três socioeducandos cumprem a medida de Liberdade Assistida (LA), há seis meses, em média. Através dela, S2 e S3 trabalham via contratação como “Adolescente Aprendiz”, contribuindo em parte com a renda familiar, e S1 não trabalha, devido a sequelas físicas causadas pela violência policial. O curioso é que o acesso a uma educação profissionalizante e alguma perspectiva de futuro via política pública só se deu após a criminalização da pobreza destes participantes, e não como um projeto preventivo de violações por parte do Estado. O Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no SUAS aponta que a partir do entendimento de que o racismo é uma das lógicas estruturantes da criminalização dos jovens, é possível olhar a socioeducação para além de um problema individual, mas como um complexo arranjo que tem início nos processos de estigmatização e definição de papéis sociais aos sujeitos de acordo com sua constituição fenotípica, territorial e ou de origem étnica/familiar (Brasil, 2018b).

A seguir, as informações sociodemográficas sumarizadas dos participantes da pesquisa apresentam-se no Quadro 2.

Para conhecer as pessoas em sua individualidade, nos guiamos pelas suas características físicas, psicológicas e sociais. Com o apoio do paradigma teórico da bioecologia do desenvolvimento humano, e em sua reformulação no modelo PPCT, os *Processos* ganham uma posição central no qual as *Pessoas* não mais são vistas apenas como função do ambiente, mas como uma função do processo, definido em termos da relação entre o ambiente e as características da pessoa em desenvolvimento; assim, temos, através da construção de diagramas, a tentativa de uma caracterização gráfica do conjunto de funções dos atributos biológicos, psicológicos, físicos, sociais e culturais em interdependência com as propriedades circundantes nos ambientes em que vivem S1, S2, S3 e suas famílias. Ainda de forma mais ampla, as circunstâncias históricas e contemporâneas em que esses ambientes estão envolvidos são entendidas como os parâmetros do contexto. No estudo, o elemento tempo teve ênfase no período entre o ato infracional atribuído e o cumprimento da MSE.

**Quadro 2** - Informações sociodemográficas condensadas dos/as socioeducandos e familiar responsável.

Participantes	S1	FS1	S2	FS2	S3	FS3
Medida (MSE)	LA	LA	LA	LA	LA	LA
Idade	18	43	16	43	15	58
Parentesco/Vínculo	Filho	Padrasto	Filho	Mãe	Filho	Pai
Raça/Etnia	Pardo	Preto	Preto	Preta	Pardo	Pardo
Provedor do núcleo habitacional / domicílio	Não	Não	Em Parte	Em Parte	Em Parte	Sim
Renda Domiciliar	Sem Renda	Sem Renda	2SM	2SM	1SM	1SM
Programa/benefícios acessados pelo núcleo familiar	Bolsa Família e Benefício Eventual Alimentação	Bolsa Família e Benefício Eventual Alimentação	Não	Não	Bolsa Família e Benefício Eventual Alimentação	Bolsa Família; Benefício Eventual Alimentação e Benefício Eventual Moradia
Escolaridade	2º ano Ensino Médio	1º ano Ensino Médio	8/9º ano Ensino Fundamental	Ensino Médio completo	6/7º ano Ensino Fundamental	3/4º ano Ensino Fundamental
Orientação Sexual	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual
Situação Profissional	Não trabalha. Frequenta curso profissionalizante	Não trabalha	Adolescente aprendiz	Copeira. Vínculo formal	Adolescente Aprendiz	Orientador de ônibus/Vínculo formal
Problema/ Demanda de saúde	Fígado, Pulmão e crânio perfurados, perda auditiva, confusão mental	Depressão	Não	TEPT	Não	Não
Relato de maus tratos/violência durante a MSE	Por policiais civis e militares	Por policiais civis e militares	Não	Por policiais civis e militares	Não	Não

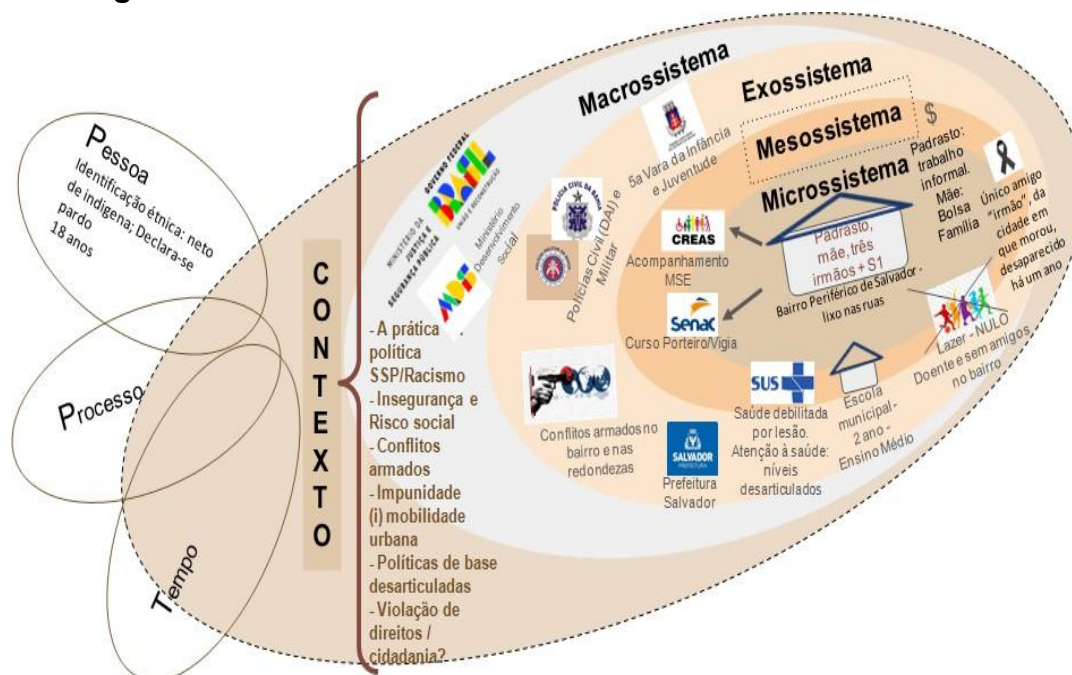
Fonte: Elaboração própria (2025)

A psicóloga, também participante, possui 34 anos, declara-se branca, atua no serviço de MSE há dois anos e é servidora pública do município; também integra o corpo técnico da equipe de MSE, do mesossistema dos socioeducandos, representando o CREAS.

Para melhor visualização da relação entre a vulnerabilidade social e o desenvolvimento, que se presentifica nas interações cotidianas e nas práticas sociais adotadas, papéis, entre outros aspectos, foram esboçadas nas figuras abaixo as funções dos atributos dos demais participantes que, em interação constante com o contexto, derivam os processos desenvolvimentais no período estimado pela pesquisa.

Seguindo-se o quadro sociodemográfico apresentado, imagens iconográficas do sistema relacional humano de cada Socioeducando são apresentadas nas Figuras 2, 3 e 4.

**Figura 2 - Socioeducando 1 e seu sistema de relacional humano.**



**Fonte:** Elaboração própria a partir da imagem disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6Abve359bvk>; Logomarcas e imagens: <https://images.google.com/?hl=pt-br>

S1, 18 anos, negro-pardo, é o mais velho de três irmãos com os quais reside juntamente com o padrasto e sua mãe. Teve pouco contato com o pai biológico, no entanto S1 e FS1 (seu padrasto) declaram bom relacionamento, tendo este último como 'espelho' desde criança, período em que o acompanhara nos ofícios de

pedreiro e pintor de automóveis. O padrasto atualmente declara ambiente familiar turbulento, onde os três filhos mais novos são mais suscetíveis a brigas e discussões em comparação aos anos anteriores, quando moravam na região metropolitana de Salvador. Os adultos da casa e S1 apresentam alterações psíquicas diagnosticadas, tendo S1 também sequelas físicas. Por este motivo, FS1 refere que o jovem é visto como um 'doente' em casa. Relacionam o quadro emocional de todos à violência no bairro onde residem, oriunda de conflitos armados entre facções e com a Polícia e, principalmente, à abordagem policial de caráter violento a S1, quando tinha pouco mais de 16 anos, que deixou sequelas físicas, quando lhe foi atribuído um ato infracional próximo à casa em que moram, há aproximadamente três anos. Relatam que a violência repercutiu também nos meses de hospitalização do jovem, com perseguições e agressões verbais por parte dos policiais durante seu internamento. Esta ocorrência gerou quadro de depressão nos adultos da casa, tendo o padrasto comportamento de ideação suicida no trabalho, do qual está afastado sem remuneração. Apesar da hipossuficiência financeira e da instabilidade emocional de todos, não há histórico de ruptura de vínculos familiares, e sim, de comunitários, pois moravam em uma cidade da região metropolitana de Salvador, desde a infância de S1, vindo a residir em Salvador há três anos, após ganharem um terreno do avô de S1. Na cidade anterior, S1 refere ter tido um amigo "irmão", que morreu em 2024, de causa desconhecida. No bairro atual, S1 refere isolamento social e que não tem nenhum lazer; relatou muito lixo nas ruas, devido à falta de estrutura urbana. Está na sua rotina a retomada da frequência à escola, pois interrompeu o ano letivo anterior por questões de saúde; frequenta curso profissionalizante de Porteiro e Vigia, encaminhado pelo CREAS, bem como o acompanhamento psicossocial no Serviço de MSE deste Centro. Apesar de diversas demandas de saúde física e mental, devido aos tiros, o acesso a esta política é incipiente, não houve nenhum acompanhamento setorial após a alta hospitalar para as suas necessidades, devido à coerção da Polícia Militar na instituição, segundo relata FS1. A situação de risco foi denunciada pela genitora de S1 na Corregedoria de Polícia, porém, declinaram em seguida. Atualmente, no acompanhamento da MSE, foi necessária a articulação do CREAS junto a Defensoria Pública para garantir o encaminhamento de S1 a um serviço de neurologia, ainda em trâmite. Até então, estas são as interações mais pregnantes dos *microsistemas* de S1, através dos aspectos físicos, sociais e simbólicos dos ambientes. As inter-relações operadas

pela frequência e experiências mais significativas entre eles constituem o *mesossistema* destes participantes, que em sua dinâmica são interdependentes e influenciam-se mutuamente. Esta sinergia compartilhada é permeada pelas características de força, recursos e demandas (do elemento *Pessoa*) de S1 e FS1, que são tanto determinadas biopsicologicamente quanto construídas na interação com o ambiente.

A leitura sobre o desenvolvimento de S1, portanto, está atrelada aos processos proximais - que são formas particulares de interação entre o organismo e o ambiente - operados pelo período de tempo supramencionado, observando a dinâmica estabilidade-mudança das características biopsicológicas do ciclo vital em que se encontra. Das características pessoais de S1, a princípio, observamos processos proximais efetivos do microsistema deste socioeducando, tendo em vista os prolongados períodos de tempo de engajamento e reciprocidade das relações interpessoais na família, a função conjunta das características biopsicológicas do jovem no ambiente imediato que constituíram efeitos de competência, aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e capacidades para conduzir e direcionar seu próprio comportamento, considerando a manutenção dos seus vínculos, o progressivo aprendizado na escola e no trabalho com o padrasto. A dinâmica familiar mesmo em convivência difícil é mantida com a mudança de cidade, apontando a transição ecológica sucedida em seus mesossistemas. No entanto, atualmente, com as sequelas físicas que se encontra devido às perfurações dos seus órgãos pelas balas (dificuldade cardiorespiratória mesmo em caminhadas curtas, cefaleias, fuga de ideias, zumbidos e perda auditiva), há uma aparente alteração na sustentação do seu engajamento com as atividades e interações esperadas nos mesossistemas, sinalizando a necessidade de adaptações para tal. Narvaz e Koller (2004, p. 60) a respeito dos recursos biopsicológicos do elemento *Pessoa*, complementam que “as deficiências representam as condições que limitam ou inibem a integridade funcional do organismo, tais como deficiências física ou mental”. As competências têm relação com as capacidades, as habilidades, “aos conhecimentos e às experiências que evoluíram ao longo do desenvolvimento, ampliando a efetividade dos processos proximais de forma construtiva” (*ibid*). A nova realidade pessoal de S1, apesar das competências e experiências proximais anteriores, apresenta limitações físicas que sinalizam a necessidade de proteção

social à sua integridade durante as atividades no seu mesossistema, considerando que recentemente foi submetido a outra abordagem policial enquanto ia para a escola, com revistas e perguntas sobre a causa das suas cicatrizes no abdômen - procedimento interrompido pelo grande fluxo de pessoas na via - que oferece risco a quem, além do estigma que o acompanha (negro, jovem, estudante de escola pública, periférico), está também vulnerável fisicamente.

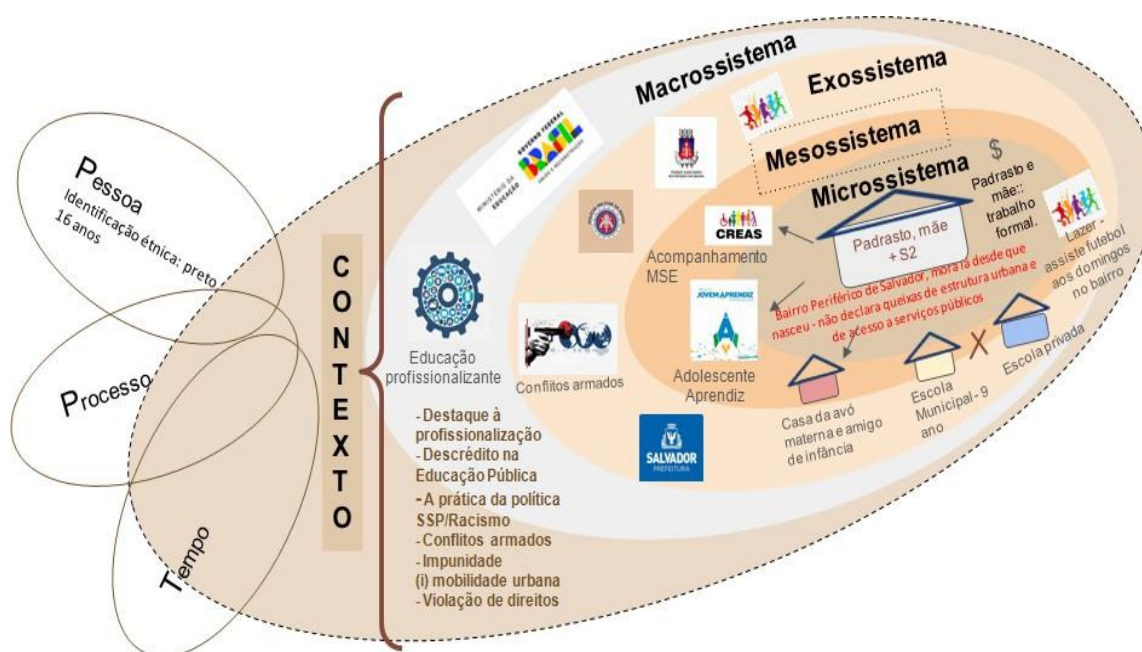
Assim, percebe-se que S1 possuía plenamente as características de competência (força) e biopsicológicas para o engajamento do seu desenvolvimento até a intercorrência policial sobre os seus atributos biopsicológicos. Somado a vulnerabilidade e risco dos seus contextos mais amplos, evidenciando a emergência de necessidades especiais e de proteção social à manutenção das suas interações nos mesossistemas em que está inserido.

Espraiando-se nos demais ambientes da Figura 1, temos a incidência do *exossistema* e *macrossistema* sobre o desenvolvimento de S1 e SF1. O *exossistema* envolve os ambientes que S1 não frequenta ativamente, mas que também influenciam indiretamente no seu desenvolvimento. O modo do sistema de justiça de acompanhar o processo da Medida Socioeducativa do jovem, junto ao CREAS; o isolamento social e insegurança pública provocados por áreas facionadas e operações policiais empreendidas pela Secretaria de Segurança Pública; o trabalho do padrasto que o afastou das atividades; a insuficiência de vagas de atendimento nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) municipais para o acompanhamento mental dos seus pais. São repercussões no modo de vida de S1 a rotina, a dinâmica familiar e o padrão socioeconômico de todos da casa.

O *macrossistema* apresentado envolve todos esses sistemas com valores culturais e políticos mais gerais, inculcados no cotidiano dos participantes; são materializados nos discursos governamentais e das grandes mídias, como os programas de superação da pobreza lançados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e que são executados no município e nos quais estão inseridos, sendo o acesso a benefícios sociais a política mais significativa em suas vidas, atualmente, ficando uma lacuna sobre a intersectorialidade entre as demais políticas nas pastas do governo e a sua materialidade em nível municipal; a expansão da cultura armamentista em governo anterior, que, por mais de 30 atos normativos, como

portarias e decretos, ampliou o acesso a armas e munições, chegando a mais de 1,1 milhão de armas legais em posse de civis<sup>5</sup>, aumentando os crimes por impulso e acidentes no país. Temos a prática histórica do racismo estrutural, com a perpetuação de desigualdades e a tácita vulnerabilidade social que expõe jovens negros à violência letal, gerando ciclos de extermínios e a cultura da violência, aprofundando o problema da mortalidade nas periferias negras do Brasil. Formam-se verdadeiras zonas de morte para corpos negros, reafirmando o legado colonial de extermínio e marginalização desta população (Mbembe, 2018; Nascimento, 2016; Almeida; Soares; Gianordoli-Nascimento, 2019; Akotirene, 2023). A atmosfera de insegurança pública e desproteção social em âmbito nacional incide sobre a realidade comunitária e pessoal dos entrevistados, impactando no desenvolvimento humano de ambos.

**Figura 3 - Socioeducando 2 e seu sistema de relacional humano**



**Fonte:** Elaboração própria a partir da imagem disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6Abve359byk>  
Logomarcas e imagens: <https://images.google.com/?hl=pt-br>

<sup>5</sup><https://soudapaz.org/noticias/o-globo-politica-belicista-armamento-em-poder-de-civis-ultrapassa-1-milhao/>

S2 apresentava 16 anos à época da coleta, identificando-se como cor/raça preto, sendo filho único. Residia também com o padrasto e a mãe, mas frequenta a casa da avó materna, onde, na primeira infância, quando o pai saiu de casa, dividiu a morada. S2 refere bom relacionamento em casa, ao passo que FS2 (a mãe) aponta mudança no comportamento do filho após a imputação do ato infracional, com atitudes agressivas com ela, introspecção e baixo rendimento escolar, que o fez repetir o ano letivo. Também foi agredido por policiais, lançado ao chão e algemado em via pública, por volta dos 15 anos, no bairro em que ele e a sua família nasceram e vivem até hoje. A ausência paterna de S2 marca a narrativa de ambos, sobrecarregando a genitora nos aspectos financeiros e emocionais do cuidado ao filho. Lisboa e Koller (2004) sobre os processos proximais, contribuem com a compreensão de que as experiências individuais e a forma como as pessoas significam e internalizam as situações da vida são produto de características subjetivas da pessoa, mas também da qualidade de como foram estabelecidas.

S2 acessou educação privada no bairro até o ano em que foi reprovado, queixando-se atualmente da qualidade do ensino público, sem estímulo para ir à escola. FS2 trabalha como copeira em um *Shopping* na capital e investiu com muito sacrifício em um curso técnico para o filho, com intuito de conferir-lhe alguma proteção social diante do aumento da criminalidade no bairro e da falta de oportunidades de acesso à profissionalização, arte e cultura para jovens através do setor público.

No modelo PPCT da bioecologia do comportamento, a dimensão *Pessoa* é entendida como uma conjugação das dimensões Contexto, Processo e Tempo e dentre as suas três especificidades (compostas por disposição; recursos; demandas), o núcleo 'demandas', são características inatas que repercutem e ao mesmo tempo geram respostas do ambiente, incidindo sobre o desenvolvimento psicológico, como gênero, etnia, temperamento, entre outros, favorecendo ou não o estabelecimento dos processos proximais (Bronfenbrenner; Morris, 1998). Retomando a mesma vivência de S1, de um cotidiano passível de ameaças de morte, no qual a violência institucional sobre este público é parametrizada pela cor, gênero e classe social, a característica pessoal 'demanda' de S2 (traços de gênero e etnia), conforme a natureza das interações relatadas, pode influenciar no presente e

no futuro do seu desenvolvimento, no sentido de embarçá-lo diante da recorrência das situações de discriminação em seu dia a dia.

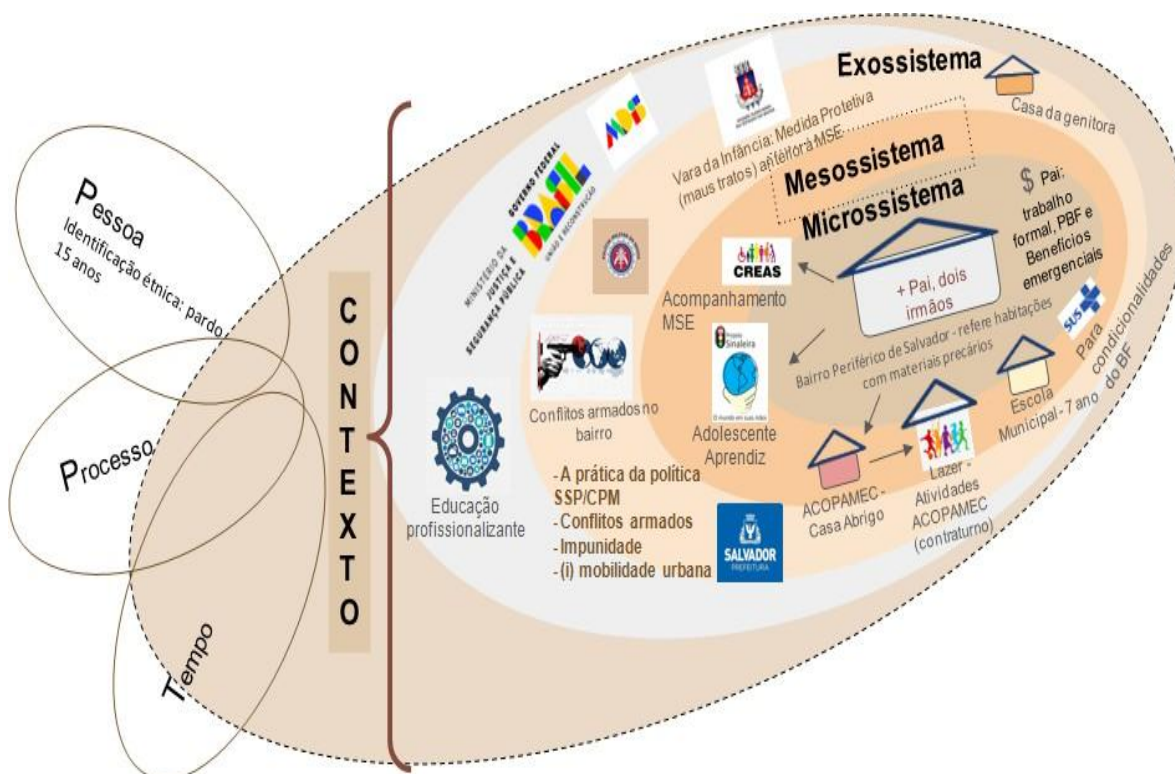
Ainda assim, o desenvolvimento não pára, dentro e fora do organismo do jovem. A mutualidade dos microssistemas de S2, conforme relato de ambos, constitui o seu mesossistema na comunidade (futebol na quadra, idas à escola e à casa da avó), são interações face a face em sua rotina que, com o tempo e engajamento, propiciaram a aquisição de habilidades e competências no curso do seu desenvolvimento. Os resultados destas interações acontecem através das transições biológicas e sociais ligadas aos aspectos culturalmente definidos, onde Bronfenbrenner (2011) aponta a sua relação com o *Tempo* nos processos proximais, como idade, puberdade, entrada na escola, início de atividade ocupacional, expectativa de papel social nestes ambientes (*experiências dentro e fora do organismo*), nomeadas pelo autor de *transições normativas*, as quais vemos no percurso pessoal e social de S2. Exceto a ausência do pai, que reside em bairro de facção distinta à área em que mora (outro fator de esgarçamento do vínculo e deste microssistema), S2 demonstra que o mesossistema constituído é o seu nicho de desenvolvimento, promotor de aquisições para a sua transição ecológica em outros ambientes - por exemplo, atualmente, o vínculo de trabalho como adolescente aprendiz e o acompanhamento do cumprimento da MSE no CREAS. Sobre esta última transição, deslocamos a sua definição para uma *transição não normativa*, que, do contrário das normativas, são experiências com eventos inesperados como doença, separações, morte, premiações, mudanças súbitas (*ibid*, 2011). O acesso de S2 à profissionalização via política pública deveria ser a norma ou algo instituído nas políticas públicas de base para a prevenção de violações aos direitos da infância e adolescência, mas, surge na contramão deste fluxo, de forma inesperada e traumática, com a 'solução' da Medida Socioeducativa.

O exossistema do socioeducando, assim como o de S1, o envolve com as repercussões do sistema de justiça sobre o seu acompanhamento no CREAS, e as ações da Segurança Pública no bairro, bem como a insuficiência dos serviços públicos de saúde, assistência social e educação na região também interferem em seu desenvolvimento. Em especial, destaca-se a demanda de acompanhamento psicológico de ambos, sem acesso via política pública. A distância emocional e geográfica do pai de S2, devido aos desentendimentos com a sua genitora e as

diferenças de facções entre bairros, também reverbera na dinâmica do seu microsistema familiar. S2 realça esta restrição de mobilidade urbana, devido às regras paralelas de controle dos territórios pelo tráfico de drogas, e isso comprime o seu raio de deslocamento para o lazer e cultura (frequenta sempre a mesma praia e o mesmo *shopping*). Por fim, a sobrecarga de trabalho de FS2, submetida a escala e carga horária de *shopping* - resvalam nos micro e mesossistemas do socioeducando e família.

O seu macrossistema tem semelhanças com a realidade de S1, no que se refere à insegurança pública e violência oriunda de conflitos armados, sintoma que convesce as periferias do país. Destaca-se o seu acesso a um programa federal de profissionalização, conhecido como Lei da Aprendizagem ou Lei do Jovem Aprendiz, possibilitada após uma medida socioeducativa aplicada pelo Estado. O macrossistema é definido pela estrutura e conteúdo dos sistemas constituintes, com especial referência para os sistemas desenvolvimentalmente instigadores de crenças, recursos, riscos, estilo de vida e oportunidades do curso de vida, que são encaixados em cada um desses sistemas (Bronfenbrenner, 2011).

**Figura 4 - Socioeducando 3 e seu sistema de relacional humano**



**Fonte:** Elaboração própria a partir da imagem disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6Abve359bvk>  
Logomarcas e imagens: <https://images.google.com/?hl=pt-br>

S3, 15 anos, declarou-se negro-pardo, mais velho dos três irmãos. Atualmente, residem com o pai há aproximadamente seis anos, devido a uma medida protetiva para afastamento da situação de risco que se encontravam na residência com a mãe. Seus pais separaram-se na sua primeira infância. Neste contexto, as três crianças eram expostas dentro de casa a aprendizagem de comportamentos de risco e ou inadequados para suas idades, promovidas por adultos, assim como, sofriam as consequências destes, como o consumo de drogas lícitas e ilícitas, contato com armas, cenas de sexo e, por vezes, passavam por privação alimentar. Em uma dessas situações de insegurança alimentar grave, S3 conseguiu sair da casa da genitora e pedir ajuda a um tio paterno, que fez a mediação com o seu pai, que, por sua vez, buscou o Conselho Tutelar para orientação e proteção social. Neste período as crianças precisaram ser institucionalizadas em abrigo, temporariamente. A reprodução dos comportamentos aprendidos com os adultos, na época da residência com a mãe, por S3 e sua irmã, foi algo identificado pelo genitor na convivência com os filhos, que prontamente compartilhou este conteúdo familiar no Conselho Tutelar e na Delegacia do Adolescente Infrator. Assim, a Vara da Infância e Juventude aplicou uma medida socioeducativa ao adolescente. A falta de segurança física e emocional no ambiente, no período da primeira infância, em que passou por diversas violações, foi um dos fatores limitantes de oportunidades de desenvolvimento, que atingiu a qualidade dos processos proximais no microsistema de S3, principalmente em relação à mãe, conforme relato seu e de FS3, o pai. Logo, diversas instituições do Sistema de Garantia de Direitos participaram das alterações da configuração deste microsistema. O Conselho Tutelar também foi e é um mesossistema que ao longo do tempo tem acompanhado a família de S3.

Quando estes processos resultam em disfunção, o seu impacto no desenvolvimento será maior em ambientes desfavoráveis ou desorganizados, pois nesses ambientes as manifestações de disfunção são mais frequentes e mais severas. Para a Teoria Bioecológica são 'sistemas caóticos', caracterizados por atividade frenética, falta de estrutura, imprevisibilidade das atividades cotidianas e níveis exacerbados de estimulação ambiental. A estimulação é elevada quando existe uma ausência de rotina e de estrutura na vida cotidiana (Bronfenbrenner, 2011). Passada esta fase, atualmente, os micros e mesossistemas na rotina de S3

se interconectam de forma recursiva, com interações recíprocas; desde quando passaram a morar com o genitor frequentam a escola pela manhã e no contraturno, o abrigo em que estiveram institucionalizados anteriormente, desta vez, para a realização de atividades culturais e esportivas. Estes microssistemas são próximos à residência. FS3 informa que adotou como estratégia monitoramento por câmera instalada em casa e telefonemas do seu trabalho para S3, para conferir se todos estão alimentados e preparados para as atividades do contraturno. Quanto à garantia da habitação, direito fundamental, o genitor de S3 referiu repetidas vezes na entrevista a insegurança de moradia da família, devido às condições precárias, instabilidade local e custos com o aluguel. A família acessa o Benefício Eventual de Auxílio Moradia, em caráter de emergência, pois a legislação municipal que o rege não suporta a sua renovação contínua.

O acesso de maneira condicional às políticas públicas nos serviços, como relatado por S3 - saúde e educação (vacinação e frequência às aulas *para* a manutenção do recebimento do PBF); assistência social (*para* o cumprimento das medidas protetiva e socioeducativa); esporte e lazer (no abrigo, atividades culturais para o público com histórico de violações de direitos) e a profissionalização (formação na empresa para a Medida Socioeducativa) - são pontos de reflexão tanto sobre as práticas jurídicas de institucionalização segregacionistas, que conservam as crianças e adolescentes em espaços separados sob a ótica da proteção via isolamento, como também, as condicionalidades dos benefícios, em si, expõem as fragilidades na articulação intersetorial entre saúde, educação e assistência social e a própria justiça, limitando o acompanhamento integrado destas famílias. A lógica de funcionamento do mesossistema de S3, apesar da promoção de novas interações e aquisições após o distanciamento da situação de risco, pode conservar a condição socioeconômica da família e a identificação com a institucionalização, mesmo que não necessitem mais de abrigo. Esta configuração também são processos do seu desenvolvimento, compõem as suas características na relação com o ambiente. Desses mesossistemas, alguns demonstram mais reciprocidade e engajamento nas interações que outros, apontando a qualidade da sua permanência/acompanhamento nestas políticas públicas.

S3, apesar de diversos processos disfuncionais durante a infância, atualmente refere a sua transição ecológica com o vínculo de trabalho como

adolescente aprendiz no Projeto Sinaleiras, iniciativa do MP-BA em parceria com empresas e com o SENAI, como possibilitado pelo acompanhamento do seu cumprimento da MSE no CREAS.

O exossistema o envolve com as repercussões do sistema de justiça sobre o seu acompanhamento no CREAS, tanto no serviço de MSE quanto no serviço PAEFI. As ações da Segurança Pública no bairro, assim como os conflitos armados entre grupos faccionados em disputa, criam uma atmosfera de poder paralelo, insegurança pessoal e violência, narradas por S3 e FS3, que imergem nos seus micro e mesossistemas cotidianamente. A região da casa da genitora, que já foi um micro sistema seu, atualmente não pode ser frequentada, devido à medida protetiva - todavia, exerce influência na dinâmica familiar. S3 também relatou pesar com as condições de vida das pessoas que vivem em habitações precárias no seu bairro. Estes elementos com os quais não possui interação direta também integram o seu desenvolvimento.

O seu macrossistema se encaixa com a realidade dos demais participantes, devido às condições gerais de sobrevivência em bairro periférico no que diz respeito à segurança pública e social (insuficiência dos serviços públicos, naturalização e criminalização da pobreza), desigualdades diversas que representam as metrópoles e capitais do Brasil.

O valor dado à profissionalização, instituído pela Lei da Aprendizagem, tornou-se algo concreto em sua rotina, porém, surge após sucessivas violações de direito, como um corretivo, através de medida socioeducativa aplicada pelo Estado, o mesmo que lhe negligenciou os direitos antes dos eventos que motivaram a MSE acontecerem. Assim, o seu macrossistema é uma miscelânea dos sistemas constituintes, com especial referência para os sistemas instigadores de crenças, recursos, riscos, estilo de vida e oportunidades do curso de vida, que são encaixados em cada um desses sistemas (Bronfenbrenner, 2011) e que S3 resiste se apropriando dos recursos pessoais adquiridos até então, diante das adversidades e diversidades de contextos em que interage.

## **5.1 As Dimensões Risco e Vulnerabilidade alinhavadas ao desenvolvimento humano: categorias e subcategorias do estudo**

O entrelaçamento teórico entre os constituintes históricos, políticos e interseccionais da vulnerabilização de adolescentes e jovens negros periféricos de Salvador, BA, foram o relevo do tecido em estudo sobre o humano em desenvolvimento, suas tramas (ambientes) transversais e longitudinais ao cumprimento da medida socioeducativa.

O que tecemos neste trabalho são fios de relatos de histórias, com nome e sobrenome, endereço e vontades, organismos e corpos que já no segundo ciclo vital, anseiam mais por dignidade do que por sonhos, mais pelo presente do que por alguma projeção de si ou dos seus. Idealmente, a cidadania seria o fio da meada dos processos e interações com a sociedade, mas, a sua insuficiência fez da Liberdade Assistida (MSE em cumprimento) o pano de fundo para forjá-la.

A tecelagem é o ato de tecer. As categorias do estudo foram recortes das narrativas dos participantes, que se alinhavaram às subcategorias, confeccionando a representação dos dados trazidos anteriormente, neste trabalho, em fenômenos reais e desafiantes do viver complexo, em ser, simplesmente, quem são.

### **5.1.1 Categoria 1: *E o Eu com isso: Quando o entorno é a (Des)Proteção social.***

Esta categoria materializa a desproteção social narrada pelos participantes, conseqüente da perpetuação da exclusão e da violação sistemática de direitos, sentidos em suas práticas cotidianas, no que diz respeito a sua garantia para que atendam ao desenvolvimento humano. A sua tessitura com as subcategorias “*Os m(EU)s (Des)arranjos familiares em contexto*” e “*Barricadas pelo caminho: adolescendo em contexto periférico*” abordam a perspectiva pessoal, familiar e comunitária da desproteção social.

### 5.1.1.1 Subcategoria 1: *Os m(EU)s (Des)arranjos familiares em contexto*

Sobre convivência, vínculo e afeto pode-se dizer que afetar e ser afetado são efeitos inerentes aos encontros entre as pessoas. Esses encontros podem favorecer o sentimento de valorização, empoderamento, disposição para mudanças; ou, ao contrário, podem gerar subordinação, desqualificação, desvalia, desumanização. Sentimentos de valorização e de potência estão para o fortalecimento de vínculos, assim como os sentimentos de subordinação e impotência estão para o isolamento social e fragilização de vínculos (Brasil, 2017a; Sawaia 2003, 2004, 2009).

Para contextualizar a compreensão sobre as famílias em suas diversas configurações, é imprescindível historicizá-las como grupo social em constante transformação. Nesta perspectiva, as dinâmicas familiares, estão em uma constante teia de comunicação com os demais contextos nos quais estão inseridas, modificando-se em consonância com as intervenções sociais (Morais; Lima; Fernandes, 2014). Na medida em que a família é uma instituição social e histórica, necessariamente afeta e é afetada pelas políticas públicas. No entanto, há uma dissonância entre a dimensão cultural e o imaginário da representação ideal de família e sua relação real com as instituições e estruturas de funcionamento na realidade concreta. Na América Latina, por exemplo, enormes desigualdades sociais estão intimamente ligadas à prestação desigual de cuidados familiares e sociais. Aqueles com mais recursos têm maior acesso a cuidados de qualidade, geralmente com menos membros da família para cuidar. Famílias com menos recursos para acessar cuidados e que têm maiores encargos com a sua prestação acumulam desvantagens devido à maior carga de trabalho doméstico pelas mulheres, às dificuldades de acesso a serviços públicos, as limitações socioeconômicas e à necessidade de recorrer a cuidadores "informais" (Arriagada, 2007; Aguirre, 2007). As autoras, em suas obras, apontam como a conjuntura social, cultural e política, que são de uma ordem macrossistêmica, repercutem no dia a dia de cada família em suas peculiaridades, as quais são compostas por pessoas de diversos gêneros, raça/etnia e em ciclos vitais diferentes, portanto, com aspectos e necessidades individuais e específicas.

Assim, nesta perspectiva, a gênese dos processos de interação da pessoa com os diversos níveis ambientais se dá pelo contexto vivido com os seus vínculos mais significativos. A noção de previsibilidade familiar, trazida por Alarcão e Gaspar (2007) aponta que é no cotidiano de cada família, tecido pela interface entre as regras universais de sua organização e expectativas específicas dos seus membros, que vão se definindo papéis, afinando modelos de relação e reeditando identidades pessoais. Este processo de construção é dinâmico, marcado por negociações que garantam a estabilidade necessária ao percurso de cada etapa desenvolvimental e as mudanças esperadas para o crescimento individual e familiar (Alarcão e Gaspar, 2007). Algumas narrativas dos participantes mencionam interações dos ciclos do sistema familiar:

*(...) menino atencioso, me ajudava, brincava. Ele ficou toda a vida brincando, ia no meu trabalho. Entendeu? Além da indústria, sou pintor automotivo, pintor de carro. Quer dizer, pelo menos pintava. Entendeu? Fui ensinando a profissão a ele. Eu também sou pedreiro. Entendeu? Ele também. Indo atrás de mim. Chegava a ponto de dizer que ele não me chamava de pai, me chamava de neguinho. “Quando eu crescer, eu quero ser igual a neguinho. Porque neguinho faz um monte de coisa. Trabalha em casa, trabalha com carro, moto”. Então, ele ainda ficava nesse sentido. Ficava aprendendo as coisas comigo. (FS1)*

*Eu tinha um irmão, um amigo que se considera como irmão, né? Mas morreu. Ele era de [cidade da região metropolitana, que morou]. Lá [bairro atual] eu não tenho muita amizade não. Ele sumiu. Fiquei cismado, perguntei aos parente lá, falou, sumiu. Um ano passou. A família chegou a procurar, mas ninguém achou. Aí todo mundo veio embora. Pelo tempo que ele sumiu até hoje. Vivo não tá mais. (S1)*

*(...) Sempre fui apoiado pela minha mãe e minha avó, que quando eu era pequeno minha mãe separou de meu pai. Aí quando eu fiquei morando com a minha avó, minha mãe foi pra casa dela. Aí, como eu falei, com meus 13, 12 anos eu fui morar com a minha mãe. (S2)*

*Ela [mãe de FS2] me ajuda de todas as formas. Financeiramente, ela me ajuda estando presente em situações, no caso, com S2. Eu saio pra trabalhar, ela vai ajeitar pra ir pra escola. Eu converso muito com minha mãe. Minha mãe que é minha companhia. (FS2)*

*(...) Na verdade, eu não tenho ninguém (...) Eu fico no canto, aí eu não tenho ninguém. Pra mim não tenho que ficar triste no canto. Eu posso estar passando por fome, mas eu procuro estar feliz (...). Rapaz, família não é amizade, entendeu? Amizade só tem pai e mãe (...), tipo assim, na igreja não, a gente não chama de amizade, a gente chama entre irmãos, entendeu? Pra mim, a igreja é uma família pra mim. (S3)*

Alarcão e Gaspar (2007) contribui com o contraponto da *imprevisibilidade familiar*, a ideia de que a falta de consistência dos padrões de comportamento e dos sistemas de regulação familiar dificulta a construção das próprias regras de

interação e perturba o equilíbrio necessário à transformação. Neste estudo observamos como a dinâmica familiar se desorganiza diante dos processos de vulnerabilização da vida pelo contexto social dos participantes, e nesta subcategoria é visível a desestabilização no nível também pessoal dos seus membros, nos remetendo ao postulado por Bertalanffy (2015) sobre o "desequilíbrio estável" que representa a capacidade do sistema vivo em enfrentar perturbações e continuar funcionando, por meio de processos de retroalimentação e adaptação, sem retornar exatamente ao estado inicial, mas imprimindo um novo padrão de funcionamento. Vimos este (des)arranjo familiar nas falas a seguir:

*(...) Doutora, para lhe ser sincero, a gente, eu mesmo, e nem ela (mãe de S1), não tá tendo nem mente para isso. Assim, tipo, a minha mente, por exemplo, tentar fazer da cara a aparência, como dizem, para dizer que está tudo bem, pra não piorar. Entendeu? Porque eu mesmo, várias vezes eu já pensei em dar um basta na minha vida. Ele está vivo [S1], mas as consequências do mal ficaram, e acabou com a nossa vida. Hoje, eu vejo minhas duas meninas, em um estresse, entendeu, um com o outro, um falando uma coisinha assim, aí vira uma trovoada dentro de casa. Entendeu? Com ele, menos. A menina fica, tipo, assim, com receio, fica, tipo, tendo ele como um doente, assim, sabe? (...) Acabou com a minha família, por isso que eu vivo assim. E assim que eu tiver condições, eu saio fora daqui. É, porque, sinceramente até hoje, dói. Até hoje dói quando começo a lembrar dessas coisas [chora por quase 3 minutos]. Imagina a família. Boa, entendeu? É desse jeito aí, né? Pense em um menino bom. Pensa em um menino bom. Aí, quer dizer, praticamente, interrompe a carreira do meu filho. Interrompe, porque ele tinha ótimos sonhos, entendeu? (FS1)*

*(...) Não, a gente tem uma convivência boa. Só às vezes o que me incomoda é a agressividade dele, né? As grosserias. Nas respostas que incomoda muito. Eu, às vezes, sinto falta porque o pai dele não é presente. E tem situações que eu achava que deveria ser eu e ele, pra resolver. E a gente já teve questões dele me dizer se vire o filho é seu, mas o filho é dos dois, né? Não é de um só, é dos dois. E nessas questões eu achava que ele deveria ser mais presente. Até mesmo pelo nosso filho ser homem, do sexo masculino. Ele sente muita falta da presença do pai (FS2).*

*Antigamente tinha, era briga, eles ficavam brigando. A menor, a menina que é sabe? O pivô é ela procura confusão, pirracenta. Mas hoje não tá mais. Ela é hoje um tamanho diferente, entendeu? E outra, vivia sem calcinha, sem sutiã, aí eu comprei um bustiê pra ela. Hoje ela tá diferente, entendeu? E eu tenho uma namorada também que ajuda, ela gosta deles também, vai lá de vez em quando ela leva as coisas pra eles e gosta deles também, não maltrata nada. (FS3)*

*(...) Foi droga dentro de casa [residência da genitora], foi armamento, sexo na frente das crianças, tudo isso aí. Se eu não tirasse eles de lá, só Deus sabe o que ia acontecer com eles. Chegava na madrugada, ia pro Paredão, ele ficava lá com ela. Ela não tava mais comigo, já tinha me separado dela. (...) Quer dizer, ela, a minha filha, a outra, se perdeu nova e eu não sabia. A tal de [filha mais velha, não vive com eles], porque são cinco [filhos]. Ela, 'Z' e os outros. Ela se envolveu com um cara que eu nem conheço, não sei nem quem é. Então, foi porque? A mãe bebe. Se é mãe, ó, tinha que ter a responsabilidade, ela não teve. Se tava lá com ela? Aí eu vi, aproveitei. Eu*

*proveitei e resgatei esses daí [menores]. Porque foi busca e apreensão ia ficar no abrigo eu tive que ter dinheiro pra botar advogado. E também eu dou uma palmadinha, eu falo assim, olha, eu não permito não, eu pego assim, bato nas pernas, por que bater é uma coisa, espancar é outra. Porque a gente tem que criar nossos filhos, não podemos criar nossos filhos com denço, eu nunca fiz denço, eu nunca fiz. Eu sempre apanhei, mas graças a Deus, apanhei, mas não dei pra ruim não. Eu falo, falo, falo, falo. Aí quando eu passo do limite que eu falo demais. Porque as pessoas só param assim, né? Aí eu pego, venha cá. Aí não faz mais. Entendeu? Aí, porque não? Eu não vou mentir. Porque eu vou mentir? E eu apanhei tanto. E graças a Deus. Graças a Deus que mãe me bateu. Eu não dei pra nada. E tem que saber conversar e saber bater também. Nunca mais bati nele. Porque antes eu bater do que as polícias bater e os da rua bater. (...) Eu coloco internet dentro de casa, porque eu tenho uma câmera para monitorar eles de onde eu tô trabalhando, aí eu olho eles, quer dizer, porque eles chegam meio-dia. Aí, é o horário que eu olho eles. Meio-dia, a hora que é pra ele tomar banho, almoçar e ir pro colégio. Aí, eu monitoro ele no horário, entendeu? O horário que vai pra (Casa Lar). (FS3)*

Cada membro de um microsistema influencia o outro. Bronfenbrenner (2011) nos ensina que os processos de desenvolvimento humano que ocorrem dentro de um contexto podem variar de forma substancial segundo os atributos pessoais de outras pessoas significativas presentes no contexto. Observamos nos enunciados acima a relação funcional entre os atributos pessoais do eixo familiar (responsável) e os processos proximais com os adolescentes, incluindo a desproteção social devido à falta de política pública pertinente, resultando em uma configuração familiar a partir do desequilíbrio.

Alarcão e Gaspar (2007) complementa que níveis mais elevados de imprevisibilidade estavam presentes em famílias com menos rotinas e envolvimento afetivo, maior confusão de papéis, menor capacidade de resolução de problemas, maiores dificuldades de comunicação, respostas afetivas e disciplinares mais inconsistentes e maior desentendimento parental; a imprevisibilidade associou-se, ainda, a um funcionamento individual menos saudável, tanto por parte dos filhos (problemas emocionais, de comportamento e de atenção) quanto dos pais (autopercepção de níveis mais elevados de depressão e ansiedade).

*Porque, minha esposa nessa situação, ela já não tem muito grau, assim, de instrução, de estudo, até para conversar, para resolver, tudo praticamente sempre fui eu. Entendeu? Tudo. Se é um remédio em casa, sempre foi assim. (...) Cozinha, faz as coisas, mas, ultimamente, ela nem está tendo paciência para fazer. Sem condições nenhuma de trabalhar. (...) tem a situação de minhas duas filhas, as menores, e também, eu acredito que tá todo mundo lá precisando de médico. Abalados por causa disso que aconteceu com S1. (FS1)*

*(...) ficou com essa agressividade por conta de tudo que ele passou [abordagem policial]. Porque foi algo muito assim pra gente foi algo muito*

*novo, diferente, uma coisa que a gente nunca estava acostumada, uma coisa que a gente nunca viu assim com a gente. A gente vê com os outros, mas a gente nunca viu com a gente, então, eu creio que essa agressividade dele essa coisa que hoje a gente vê ele vivendo eu creio que justamente pode ter sido por conta dessa situação.(FS2)*

*Eu moro com meus dois irmãos e meu pai. A justiça também não permite, também o cara ir lá não [sobre ver a mãe]. É por causa de minha mãe, minha mãe mora lá [bairro anterior em que morava]. Aí eu não posso ir lá, e se eu for lá é capaz de ela ver a gente, aí não pode. Ela [a mãe] abandonou a gente aí, ela foi morar com o marido dela e deixou a gente em casa sozinhos (...) a gente ligou pro meu pai, a gente foi na casa do irmão dele, ligou pra ele e disse que estava com fome, passando necessidade. Aí ele foi pegar a gente, aí foi correndo pra justiça e pegou a nossa guarda. (S3).*

Pensar na vulnerabilidade social enraizada no sistema familiar é dar nomes tanto da conjuntura que o envolve quanto aos atributos/traços dos seus membros. Nomes que tipificam uma sociedade desigual e que ferem a dignidade dos seus/suas integrantes, submetidos a precarização das relações de trabalho, subemprego, desemprego, trabalho informal ou a ausência de renda, insegurança habitacional e alimentar, desassistência de saúde, precarização da educação, assistência social e transporte público, exclusão cultural, falta de oferta de serviços públicos de esporte, lazer e profissionalização - que incidem massivamente sobre as pessoas de raça/etnia negras e pretas, sobrecarregando mulheres responsáveis por estes sistemas familiares e arriscando a vida da juventude preta - constituindo, assim, as camadas mais empobrecidas desta conjuntura (Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2020; Bahia, 2021). As narrativas abaixo retratam parcialmente esta realidade no cotidiano familiar dos participantes:

*O INSS negou, está na justiça [afastamento por doença mental]. Vou fazer perícia. Não tô recebendo um real, nem da empresa, nem do governo. Eu tô vivendo de ajuda. Eu tô vivendo de ajuda, primeiro, aqui no CREAS, e, segundo, minha família. Eu tô vivendo de ajuda, um pouco, como pode. Como pode, entendeu? Por quê? Eu to sem trabalhar. (FS1)*

*Estou estudando, não. Concluí o segundo grau e parei. Tive que trabalhar. Hoje eu trabalho no shopping. Sou copeira. Bolsa família não tenho, mas preciso. Eu recebo um salário mínimo. E hoje eu casei meu marido também mora comigo. Ele me ajuda. A gente tem que se agarrar, abraçar o que aparece. Hoje eu não faço curso profissionalizante porque eu opto mais pra ele. Eu já pago o curso dele. A última vez, agora mesmo, eu estava pagando um curso pra ele [de mecânica]. Um curso caro, que ele me pediu pra fazer e eu coloquei. Então, eu opto mais pra ele. Mas só que ele não concluiu ainda. Não concluiu ainda por conta da displicência, que eu paguei quase 6 mil reais pra ele fazer esse curso que ele pediu. E só que ele deixou lá. Aí eu tive que trancar a matrícula pra poder ele, se e a mente voltar ao normal. (FS2)*

*Bolsa Família que eu fiz, eu pego, eu dou o dinheiro da Bolsa. A Bolsa Família é R\$ 750, entendeu? É, R\$750. Aí, o que é que eu faço? Aí, o*

*aluguel, o aluguel é R\$ 400. O aluguel é R\$ 400. Porque eu tava pegando o aluguel [Benefício Eventual Moradia]. O aluguel só dava o dinheiro de R\$ 300. Aí, eu tava tirando R\$100 da Bolsa Família, inteirando pra pagar o aluguel, que é R\$ 400, entendeu? É porque tem as coisas, tem gás, tem várias coisas. A Bolsa é um auxílio. Minha renda é pouco menos do salário, né? É porque quando vai ver, não dá pra nada, tem alimento (...)] Aqui agora [CREAS], tá ajudando. Tá me dando alimento [Benefício Eventual Alimentação]. Eles aqui tão me dando o alimento. Tá me ajudando bastante, entendeu? Bastante. Mas comprar roupa, comprar as coisas sempre faltam as coisas de casa. Tem que ter as merenda deles. Eu não deixo de comprar nada pra eles. Então, a Sra. Acredita eu compro mais coisa pra eles do que pra mim. Até roupa. Eu nem faço questão de roupa. Porque eu nem saio também assim. (FS3)*

Torossian e Rivero (2013) ressaltam que a vulnerabilidade pode ser compreendida num movimento que oscila fatores contextuais e processos sociais; condições materiais e recursos individuais/grupais; dados objetivos e subjetividade. Assim, os autores atentam não destacar os dados socioeconômicos e demográficos do olhar sobre os processos sociais. A sua composição acontece quando os dados objetivos são inseridos e lidos considerando os processos de exclusão e potencialidades da população. Assim, a natureza e a força dos processos do desenvolvimento humano no nível do meso ou do exossistema são influenciados por um substancial sistema de crenças e expectativas existentes, um sobre o outro, em cada contexto (Bronfenbrenner, 2011). Para identificar essas orientações bidirecionais analisaremos a relação entre contextos. A seguir, retratamos a mutualidade destas interações em contextos diretos e indiretos, sobre o desenvolvimento dos participantes.

#### 5.1.1.2 Subcategoria 2: *Barricadas pelo caminho: desenvolvendo em contexto periférico*

A concepção de proteção integral descrita no ECA (Brasil, 1990), prevê o direito à convivência comunitária. Pensar nesta relação implica em questões sobre de que comunidade se trata, como se constitui o modo de ser família neste contexto e como este adolescente a experimenta. Ou seja, a proteção integral e a promoção de direitos sociais devem considerar os dados do contexto sociocultural (Brasil, 2021; 2017a). Pesquisadores do desenvolvimento humano da abordagem bioecológica (Bronfenbrenner, 1996; Cecconello; Koller, 2004), ressaltam que o

conhecimento e a análise da política social são essenciais para o progresso da pesquisa evolutiva, pois alertam o investigador para aspectos do ambiente que são críticos para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da pessoa. Desse modo, o modelo teórico-metodológico deve, necessariamente, incluir um nível de macrossistema envolvendo padrões gerais ideológicos e de estrutura institucional, característicos de uma determinada cultura ou subcultura.

Seguindo este ponto de vista, articulando-o à ideia da importância da conjuntura social sobre o desenvolvimento, temos no trabalho que perspectiva as interseções de sistemas de opressão social uma importante ferramenta que também evidencia as potencialidades das comunidades e indivíduos (Collins; Bilge, 2020; Akotirene, 2019). As primeiras autoras, em revisão de literatura sobre o serviço social, reforçam que profissionais da assistência social com uma ótica crítica podem observar maneiras pelas quais as interseções “de idade, deficiência, classe, pobreza, gênero (...) colonialismo/imperialismo, autoctonia, racialização, etnia, cidadania” (Collins; Bilge, 2020 p. 59) estão enredadas em processos de justiça e injustiça social.

Assim, os enunciados abaixo retrucam sobre as perguntas iniciais do primeiro parágrafo, acerca do contexto mediato e imediato dos participantes deste estudo:

*(...) no meu bairro eu mudaria. Eu colocaria, colocaria uma lata de lixo maior porque uma pequena lá para a população toda não dá não. Mesmo tendo caixinha, mas é muito lixo espalhado, tem que ser uma (...) já chamaram [a Prefeitura], mas mandaram uma pequenininha. (S1)*

*Lá no bairro dava a casa pra quem não tem, e o alimento pra quem também não tem. Porque a gente mora em aluguel, as pessoas têm casa de madeira, não tem lugar pra morar direito. (S3)*

*Não, eu não sou chegado a bom dia, boa tarde, hoje em dia, todo mundo me conhece, bom dia, boa tarde, “oi gente” porque hoje em dia a gente não deve ter muita amizade. Por quê? O povo, o povo às vezes, eles mesmos gostam de causar as coisas. Então, quanto mais a gente puder, nesse mundo que estamos vivendo, se manter distantes. Vamos ser amigos? Bom dia, minha amiga, tudo bem? Como é que está a senhora? Falo com a senhora, pode falar, a senhora é minha amiga, doutora. “Doutora, a senhora não sabe, aconteceu um ato ali com fulano, ciclano, beltrano”, daqui a pouco já não está mais aqui entre a senhora e eu, que somos amigos. Já está com um terceiro, daqui a pouco, quem falou? Ah, quem falou foi a doutora! Aí já começa. Infelizmente, é o que eu passo pra eles. Então, a nossa amizade tem que explicar, oi doutora, tudo bem? Como é que está a senhora? Está tudo bem, a família?” (SF1)*

*(...) ir para a igreja é a única coisa que eu faço, quando eu estou lá no bairro. É ir para a igreja. Eu sou evangélica. Eu faço boxe lá no bairro. A*

zoada [o problema]. Porque é festa de um lado, é grito de um outro, é zoada, de paredão de um lado. Então, a coisa que, se eu tivesse como fazer, eu fazia, era acabar com essa festa de Paredão. Eu gosto do bairro que eu nasci e me criei. Hoje eu to criando meu filho lá. Com algumas dificuldades que tem o bairro, né? Que hoje, algumas facilidades que antes não tinha. Essa questão dessas farras, desses paredões, da droga, que não é no meu tempo. Essa facilidade do tráfico que tá grande. Então, a gente tem que ter bastante atenção. A gente tem que estar em cima ali, a todo instante. Porque a facilidade é grande. Mas é um bairro que eu gosto. É um bairro que todo mundo respeita todo mundo. Eu sou amiga de todo o bairro, eu converso. Agora sim, só que hoje em dia a gente não tem mais aquela amizade de estar junto. Ah, meu amigo, vou na casa de fulano. Não tem mais isso. Não tem não. (SF2)

Aí começou agora a conhecer uma menina, ei S3, você tá namorando é? Eu quero conhecer quem é a pessoa. Falei com ele, quero conhecer a mãe. Ele disse que é cristã. Eu disse que não, não quero nada escondido não. Tem que saber quem é quem. Porque tem uma vez que ele estava querendo namorar lá na rua com a menina lá. A menina era banda voou, sabe? Cigarro e tal. E mentindo. Aí eu peguei e disse, vem cá, sua mãe sabe que você está aqui? Não é porque meu filho é homem que eu vou apoiar. Ele com a filha dos outros. Então, o que eu não quero pra mim, não quero pros outros. Aí eu peguei e falei, não, bora lá. Aí eu chamei minha namorada, fui lá na casa dela. Aí eu vi que não dava. Que a pessoa, o pai da menina estava preso, envolvido [diminui o tom da voz], aí eu ó, cortei disse pra se sair. Aí arrumou essa menina, que eu nem conheço. E aí eu falei, você vai ter que ir lá. E traga ela aqui pra conversar comigo. Que é pra chamar a mãe e os pais pra poder. Entendeu? (SF3)

Vivências em que as diferenças são vividas como desigualdades produzem sofrimento ético-político. Nessa perspectiva, onde sistemas ambientais interconectados contextualizam os vínculos, os afetos e as emoções dos participantes, estas exclusivamente “não são propriedades ou características individuais, mas decorrentes das relações sociais, políticas e econômicas estabelecidas num dado momento histórico” (Brasil, 2017a, p. 25). Neste sentido, a psicóloga social Bader Sawaia (2004) apontou a necessidade de realizar pesquisas com aqueles que estão sendo instituídos sujeitos desqualificados socialmente, isto é, com aqueles que são notados socialmente pela exclusão dos direitos humanos, “(...) não basta definir as emoções que as pessoas sentem, é preciso conhecer o motivo que as originaram (...) para conhecer a implicação do sujeito com a situação que os emociona” (Sawaia, 2004, p. 109-110). Os participantes deste estudo compartilharam o seu cotidiano nas respectivas localidades em que vivem e nos espaços que frequentam, sob contexto de nulidade dos direitos humanos, submetidos a mecanismos de discriminação por raça e classe que descambam em atentados e violências diversas, convergindo marcadores sociais que ferem a cidadania e a dignidade humana - quando não interrompem vidas de familiares e vizinhos. Em suas rotinas, a noção de risco é premente e vincula-se a fatores que

ameaçam à integridade física, psicológica ou moral dos adolescentes, pela ação ou omissão de diversos agentes, como a família, outros grupos sociais ou o próprio Estado (Hillesheim; Cruz, 2007; Gomes da Costa, 1993).

*(...) Eu vou pro curso, aí quando eu volto, volto cansado e com sono de acordar cedo, vou dormir acordo umas 6 horas e vou para escola.(...) não estou saindo muito. Mataram um monte esses dias. Anteontem mataram seis (...) cinco, de uma família só. A mesma família. Pai, filho, tio, acho que um pai e um filho e outro pai, também, mais ou menos. Tudo da mesma família. Porque eu não sei nem quem foi que atirou em mim. (...) Não sei nem porque foi. **Ele [PM] está de boa. Ele está lá porque são polícia. Nós tá lá na favela. É barril.** (S1)*

***Porque eu sou preto. Eu tenho cara, assim, de maloqueiro, eu não sou tipo playboy.** Nunca fui parado, não, porque eu não vou pra outro bairro. Só vou pra um bairro que todo mundo conhece (...). Racismo é... tipo de pessoas brancas que ficam discriminando as negras. Tipo de macaco, de preto. Vai ser as coisas assim de ofensiva. (S2)*

*Tem a questão do tráfico. A pessoa é errada. Mas, é porque também não está escrito na testa de ninguém quem é errado, quem não é. Muitas das vezes, **nós somos julgados pela cor, entendeu?** Pelo grau de... Assim de... Como é que eu posso dizer? O grau financeiro. Entendeu? Porque... Eu moro na favela. **Eu moro na favela. Então, aos olhos de quem mora na favela, de qualquer jeito é errado. Não tem valor, sabe? É assim.** (SF1)*

Importante frisar sobre como os enunciados acima demarcam a posição social, de gênero e racial dos participantes, o que nos remete ao aspecto relacional da etnicidade, manifestada na “intensificação das interações das características do mundo moderno e do universo urbano que torna salientes as identidades étnicas” (Poutignat; Streiff-Fenart, 2011, p. 124). Quando, na análise situacional, a identidade étnica é experienciada como um estigma social, as oposições simbólicas entre os grupos surgem como “recursos explorados para enfrentar um meio ambiente hostil ou incerto” (*ibid*, p. 120). Nesta perspectiva, Akotirene (2023), sobre as abordagens policiais nas periferias de Salvador, destaca o perigo da circulação de homens negros nos espaços públicos, sendo este um fenômeno mundial. Aponta no Relatório da Defensoria Pública da Bahia, que em Salvador, de 1.033 flagranteados entre 2016 e 2019 apenas 56 mulheres foram custodiadas, sinalizando a perseguição realizada pelas polícias aos homens negros e pretos. Acrescenta-se a esse quadro de vulnerabilidade o machismo, que influencia os “números expressivos de apreensões e mortes de garotos, funcionando também como fator de atração para atividades em que o uso da violência é valorizado como construtor da

identidade masculina” (Brasil, 2022). Este dado se faz presente na realidade do CREAS:

*A grande maioria aqui são meninos, né? Tem poucas meninas. O acompanhamento, acho que oitenta por cento do que a gente acompanha são homens. E são homens que tanto tem essa questão, né? Da sociedade, da cultura mesmo, do patriarcado e eles também são as principais vítimas, né? Então, eles também que são mais violentados, pela polícia, pela sociedade como um todo, até porque são homens pretos, pobres e que também tem como resposta essa questão da violência, tanto que a gente pensou muito quando a gente foi fazer o grupo dessa questão da segurança, se daria pra fazer, como é que a gente lidaria se tivesse algum conflito entre eles, né? Essa questão de facções, porque hoje em Salvador, mesmo sendo o mesmo território, né? É um território enorme que a gente atende, então sim, a gente percebe e muito como se fala, assim, como uma resposta de uma vida cheia de violência. (Psicóloga MSE)*

A realidade das ‘máquinas de guerra’<sup>6</sup> está posta: a autora realça que, por ser racista e capitalista, o discurso de guerra às drogas “perpetua aspectos do sistema-mundo e autoriza o Estado e as sociabilidades humanas a matarem em nome da demanda e da oferta das mercadorias ilícitas” (*ibid*, p. 180).

**Quantas vezes a polícia chegava lá e já ameaçando o morador, batendo, atirando.** *Tem lá no [bairro em que mora] [...] Tem lugar que pode andar tem lugar que não pode andar, por que com esses negócio de facção agora, aí é complicado. (S3)*

[o bairro] *Doutora, sinceramente, mais nada. Se eu pudesse, já tinha pego a minha família e saía da Bahia, da capital. [...] A violência. A violência. A semana passada, tarde do domingo, mais de oitenta tiros da polícia. Há vinte metros da minha casa. A gente acordou com aquele barulho. [...] De dia, de tarde! De tarde. Tome-lhe tiro. Se acertou alguém, não sei. [...] Entendeu? Eu já fui ameaçado por polícia...[...] E quando a polícia chega lá, ela não quer olhar. Quem não está, quem está. É assim. Entra quatro, cinco, seis viaturas. E aí, não está nem aí. Entendeu? Eu, graças a Deus, não tenho nenhuma tatuagem. Já chamei o caçula e já falei. Seu irmão, seu irmão, tem uma tatuagem. Olha o que ele passou. Nunca pense em fazer nenhuma. Você está querendo seguir a carreira militar. Entendeu? Nem sonhe em fazer uma. Quando você chegar lá, você já vai estar de maior. Se você quiser fazer, aí você já vai estar com outra mente. Mas, até então, nem pense. (FS1)*

**Quando é uma polícia, me pára sempre.** *Dia ‘desse’ me abordaram assim, já eu descendo para a escola. Aí o policial mandou eu levantar a camisa. Quando eu levantei, ele viu a cicatriz assim. Se não, ele ia lá para ‘bora aqui na rua [...] Rum [...]! Aí eu nem sei o que ele tinha feito comigo.*

---

<sup>6</sup> O filósofo camaronês Achille Mbembe arguiu que no mecanismo da Necropolítica o Estado pode, por si mesmo, se transformar em uma máquina de guerra. Máquinas de guerra (nesse caso, milícias ou movimentos rebeldes) tornam-se “mecanismos predadores altamente organizados, que taxam os territórios e as populações que os ocupam e se baseiam numa variedade de redes transnacionais e diásporas que os provêm com apoio material e financeiro” (Mbembe, 2016, p. 141).

*Aí ele viu a rua cheia lá. Viu a multidão. Aí: 'vai, libera'. Eu não sei nem o que eu ia falar. Essa situação foi em [bairro periférico da capital Salvador/BA]. (S1)*

*Eu evito ir pra outro bairro mesmo que eu não me envolva em facção nenhuma. **Evito ir pra outro bairro que é de facção diferente da onde eu moro [...] acho ruim, né? Porque tem vários lugares aí bons que a gente não pode ir, tipo, na Praia da Gamboa. É outra facção da onde eu moro. Aí eu já não posso ir porque vai dizer que eu sou de outra facção. Disso e de aquilo. Você vê que eu não me envolvo em nada. [...] Ah, velho, a pessoa para assim e pergunta: você é de onde? Aí a pessoa diz eu sou do [bairro em que mora]; Ah, você é de outra facção. Eu vou te matar disso e de aquilo. É, mas só que aí como as pessoas falam, uma facção já é mais de boa que a outra. Tipo a facção de onde eu moro. Lá é de boa, se você chegar, qualquer pessoa no bairro lá, ninguém vai te parar, vai perguntar onde você é. Mas, se você chegar em outra facção, aí uma pessoa já vai te parar e vai te perguntar. [...] tipo a do [nome da facção] já é uma facção mais de encurralar as pessoas. (S2)***

*Quer dizer, lá tem uma praça, mas eu não levo meus filhos pra lá porque fica muito pessoal de cachaça e negócio de droga, entendeu? Muita violência. Porque vou dizer a senhora. **Um rapaz de lá. Que mora lá. Pega o que é dos outros lá. Os caras do tráfico. Deu tiro na mão. Deu tiro nas duas mão do rapaz. (FS3)***

*[...] meu filho, eu não deixo ele em qualquer lugar. Ele não vai. Porque justamente certa feita que nós, dentro do metrô, ele estava comigo. E eu senti um pouco de insegurança por eu ver outros rapazes assim, olhando pra ele de uma forma assim que a gente vê. Uma forma assim, coagindo. Tipo, 'quem é você? É. Você não é daqui'. Assim, desse tipo. Então, hoje, ele não vai pra tudo quanto é lugar. A gente foi até o destino. Mas, inclusive, tanto que ele percebeu que quando ele viu assim, olhando muito pra ele, eu senti que ele se retraiu. Eu senti um medo nele. Foi aí que eu levantei onde eu estava, fiquei do lado dele, em pé, e ele, assim, e eu na direção, olhando pra as pessoas que estavam olhando pra ele daquela forma. Então, foi aí que eu vim ter medo. Eu nunca tive medo de ir. **Hoje, eu tenho medo de dizer assim, S2 bora ir pra tal bairro, como eu já fiz com ele, quando ele era mais novo. Eu saí do meu bairro, no caso, eu ia pra o Bairro 'A'. Hoje, eu não vou mais, não levo. Não levo mais ele. Agora tenho medo desse negócio de facção. Porque onde a gente mora, a gente sabe que é um grupo. E lá no bairro 'A', que é onde o pai dele mora, é outro grupo. (FS2)***

Além da estrutura racista articulada a uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, a distribuição de morte e o poder das funções assassinas do Estado giram em torno das “relações de inimizade”: o direito de matar de forma ficcional grupos inimigos (Mbembe, 2016). Vimos nos relatos acima como a realidade concreta de ameaças e mortes por agentes do estado ou conflitos entre faccionados se misturam ao imaginário da rivalidade ou inimizade, prontos para o extermínio. Achiles Mbembe revisou na literatura que o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Em suma: “Qual

é, nesses sistemas, a relação entre política e morte que só pode funcionar em um estado de emergência?” (*ibid*, 2016, p. 128). Nesta conjuntura, como se dá o desenvolvimento humano dos participantes, suas interações mais significativas no convívio comunitário? Além do direito à convivência comunitária, perguntas sobre o acesso dos participantes aos direitos sociais, previstos para a proteção social, mobilizam este estudo. Barricadas pelo caminho é o cenário dos entraves, do fogo cruzado, da desproteção completa que integra o roteiro das cenas que estão por vir: a trama social do ato infracional MSE e o drama pessoal dos participantes.

### **5.1.2 Categoria 2: A Medida Socioeducativa: vieses e desdobramentos**

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2016b), através dos princípios da prioridade absoluta e da doutrina da proteção integral, reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, merecendo proteção prioritária. Dentre os seus quatro objetivos norteadores, o último é “promover o bem de *todos*, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art. 3º, IV). Pensar sobre quem são ‘*todos*’ requer que os objetivos precedentes também sejam observados, principalmente o terceiro: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (Art. 3º, III).

Quem são *todos* que se encontram em situação de pobreza e marginalização no país? É possível promover o bem de *todos* de forma universal sem antes identificar seus marcadores sociais como cor, raça, classe, gênero, idade, capacidade, entre outros? Subjacente às perguntas mencionadas, no Brasil, dados mais recentes divulgados, de 2017 (Relatório da Pesquisa Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto), mostram que há mais de 117 mil adolescentes e jovens cumprindo medida socioeducativa em meio aberto. Na Bahia, 1.774 cumpriam Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) (Brasil, 2018b), e, em Salvador, 1.800 se encontravam nessa situação (Salvador, 2025). Sobre os dados qualitativos, encontramos no mesmo Relatório Nacional que “89% são do sexo masculino e 11% feminino; 82% estão na faixa etária dos 16 aos

21 anos” (Brasil, 2018b, p. 28). Acerca da cor/raça, nos três níveis de governo, não temos dados,

O item raça não foi utilizado na pesquisa atual, pela necessidade que o próprio SUAS tem em avançar sobre essa discussão, todavia, baseando-se no público encontrado no meio fechado, pode-se ter pistas que possibilitem uma leitura racial do cenário da LA e da PSC no Brasil. No levantamento da semiliberdade e da internação, quase 60% dos adolescentes são considerados pretos ou pardos, contra 22% de brancos e 16% sem informação de cor (Brasil, 2018b, p. 24).

Passados sete anos, ao olhar os dados de 2018, supramencionados, permanecemos quase sem dados qualitativos sobre os socioeducandos que cumprem MSE em meio aberto, nas três esferas de governo. Esta lacuna denota uma invisibilidade deste público sobre as políticas públicas de base, as quais, por lei, são público prioritário para atendimento.

Por este motivo, pensamos que seria mais recíproco com a realidade apresentar os dados qualitativos da pesquisa que representam vieses e desdobramentos oriundos da imputação do ato infracional. Este processo, a porta de entrada da socioeducação, representa os impasses contidos nos contextos de vida marcados pela vulnerabilidade social, criminalização da pobreza e discriminação racial - relatados pelos socioeducandos, familiares e a psicóloga de MSE. A análise desta categoria e sua perspectiva sistêmica está dividida em duas subcategorias: *Da (des)proteção à contravenção: o revés do ‘Ato Infracional’* e *As dimensões da MSE e seus eixos: o que é possível estruturar?* Com o esforço interpretativo da noção de risco pessoal e social enquanto estratégia de intervenção do Estado, que, na esteira da desproteção social explanada ao longo deste trabalho, pode ser sinônimo de perigo para os participantes. E, enfim, na sequência, um panorama da Medida Socioeducativa, com um traçado das suas dimensões estruturantes e dos desafios concretos para conferir a cidadania e a dignidade aos envolvidos/as com o seu cumprimento.

#### 5.1.2.1 Subcategoria 1: *Da (des)proteção à contravenção: o revés do ‘Ato Infracional’*

O risco, no cotidiano dos participantes, se coloca dentro de uma ordem da ação humana deliberada. Mesmo que apontem os seus algozes/inimigos, a

probabilidade do seu acontecimento muitas vezes resume-se ao comportamento assumido pelo indivíduo. Esta lógica está concentrada nas políticas e programas criados para a proteção social à infância e a adolescência, considerando que nas disposições gerais do ECA (Brasil, 1990) relativas às medidas de proteção, têm-se no artigo 98º que “as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados”, provocando a reflexão de que uma vez que há uma ameaça de violação aos direitos sociais existe um perigo, uma incerteza, ou seja, risco. Assim, perfaz-se a seguinte equação: infância + pobreza = risco = perigo. A infância pobre vem se constituindo como alvo maciço dos saberes/poderes modernos, a qual é compreendida como um problema político e econômico, que exige esforços no sentido de seu ordenamento e controle (Hillesheim; Cruz, 2008; Bronzo, 2007).

Nesta linha, a noção de risco providencia neutralizar a ideia de perigo, a partir da antevisão do mesmo e da vigilância sobre as situações que possam causá-lo. Portanto, “a infância pobre vem demandar políticas de proteção especial, cabendo perguntar: quem deve ser protegido? A criança? O corpo social?” (Hillesheim; Cruz, 2008). Acerca disso, as favelas vão sendo criminalizadas como locais de aglomeração dos “perigosos” em potencial e daqueles que se encontram em “risco”. Trata-se da associação da figura do negro e pobre com o imaginário de perigo, de potencial criminoso, o “elemento suspeito”. As políticas de controle atuam sobre esse local e sobre seus moradores, baseadas na perspectiva de periculosidade e necessidade de controle e segurança (Nascimento, 2016; Bicalho, 2005). O engendramento da ideia de periculosidade no processo histórico de construção dos códigos jurídicos penais brasileiros, simultâneo ao estabelecimento de diversas políticas de controle, entre elas, a atuação das polícias, justifica a militarização de territórios periféricos como forma de enfrentamento ao “problema” social - o tráfico de drogas (CFP, 2021).

A análise de Fernandes et al (2023) da publicação do Relatório da ONU sobre desenvolvimento humano, racismo, pobreza e violência (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2005), abordou que a proporção de negros em aglomerados subnormais – favelas, palafitas e assemelhados – representava quase o dobro da proporção de brancos. As taxas de homicídio são maiores nos bairros nos quais a renda média e os serviços urbanos são mais parcos; os negros são os

alvos da violência letal. Assim, já é conhecido por quem atua com a execução do sistema socioeducativo que

[...] geralmente, os adolescentes que cometem atos infracionais têm direitos violados; possuem baixa escolaridade e defasagem idade/série; trabalho infantil nas piores formas como aliciamento para o tráfico de drogas; ou envolvidos em atos de violência. Frequentemente, adolescentes que vivenciam a fragilidade de vínculos familiares e, ou, comunitários são mais vulneráveis à pressão para se integrarem a gangues ou a grupos ligados ao tráfico de drogas. Esse cenário provoca a imposição de uma série de estigmas sociais a esses adolescentes, impedindo que sejam compreendidos a partir de suas peculiaridades (Brasil, 2016d, p. 17).

Até então, contextualizamos neste estudo, os ambientes mais próximos e mais ampliados dos participantes para entendermos que o termo infração é o “comportamento (ação ou submissão) penalizado com a lei”, de acordo com o sistema jurídico de cada nação e que tem por finalidade a responsabilização do adolescente e a ressignificação da sua trajetória de vida. Dessa definição, temos que a “infração é um comportamento do sujeito cuja natureza é dada pela lei que a define, não pelo sujeito que a comete” (CFP, 2021a, p. 73). Assim, enunciam os participantes abaixo as suas respectivas versões dos atos infracionais ocorridos:

*Os tiros que eles me deram [...] Na cabeça e cá no corpo. [...] A cabeça passou direto [outro projétil foi] perto do coração. Foi a civil [...] vim saber disso depois que eu acordei. Aí deram tiro, aí todo mundo corre, ninguém vai ficar, né? Quando eu fui correr, já desliguei [...] Botaram na viatura e ele mesmo me levaram, me trouxe pra o hospital. [...] Aí ele falou que eu cheguei lá com a arma. [...] foi quando tive alta no hospital eu fui para a delegacia, acho que é pra prestar o depoimento. Eu todo enfaixado ainda. Aí a delegada falou de um algum carro que eu tinha roubado, eu disse: "Oxe, nem dirigir eu sei". Quando tinha um carro roubado lá na rua, aí na hora foram lá atrás do carro e me pegaram e disseram que eu que tinha roubado o carro. Nossa, eu acordei sem entender nada. Eu olhei assim, o quarto todo branco. A enfermeira: você acordou! Aí eu falei Oxe! Eu nem lembro que tinha dormido. Eu sem entender nada, porque a cabeça toda enfaixada. Aí ela: Você tomou tiro. Eu falei aonde? Não me lembro, não. Ah, você não se lembra? Falei não. Aí eu falei, por quê? Fiquei um tempo bom lá. Pensando aí no que tinha acontecido. [...] o negócio que aconteceu que eu estou aqui [refere-se ao ato infracional] . Por causa disso tudo da justiça aí e tal, que eu pago [...] foi por causa de um negócio desse aí. [...] Porque eu fui fazer uma coisa, do nada aí um mês depois eu fui acordar no hospital [...] eu fui acordar no hospital depois de um mês e sem lembrar de nada [...] aí eu acordei sem entender nada [risos]. Quando chegou lá, aí falaram que tinha tomado tiro, não sei o quê. Aí teve audiência, a mulher falou lá, aí o cara [defensor público] deu umas propostas lá. Eu fiquei: 'Oxe?!', imagine você acordar, em menos de pouco tempo, uma audiência sem nem saber o que aconteceu, "você tem que ir a uma audiência!". (S1)*

*Que eu estava com a moto de um colega meu que estava com restrição de roubo e eu não sabia. Aí aconteceu alguma coisa. Ele chegou lá com alguma coisa e levou lá para o bairro. Aí eu pedi para dar um rolê [na moto].*

*Aí na volta baixou a guarnição. Aí meu padrinho pegou, consultou a moto e tava com restrição de roubo. (S2)*

*Por causa de entre eu e minha irmã<sup>7</sup>, aí ficou com a técnica de MSE. É o que [...] eu não sei dizer não [...] Não, eu não gosto de falar disso. (S3)*

A experiência e perspectiva dos familiares sobre o ato infracional:

*[...] Lá no Roberto Santos praticamente só faltei morrer. **Ele [PM] veio e pediu até o médico para cancelar o CPF dele, entendeu? Foi na frente da mãe. “Doutor, não tem como cancelar o CPF desse aí logo, não?” O médico disse “Olhe, aqui a gente luta pela vida”. Ele em coma. E os policiais lá no pé.** O policial chegava, ia comigo. Aí, começou a dizer, seu filho tocou o terror. Eu, como assim? É diz que seu filho barbarizou, trocou tiro com a guarnição. É (pausa a voz) Porque não foi no meu plantão. Eu disse, olha, quer saber de uma coisa? Se fosse no seu plantão, do jeito que você está falando, que ele era o periculoso, você estava morto. Aí, ele não gostava porque eu respondia. Eu respondi na frente da delegada. Respondi! Teve um que eu chamei para a mão, na frente da delegada! Eu disse, olha doutora, vou te dizer uma coisa. Porque ele me chamava de vagabundo. Porque eu era pai dele. Aí, em questão da tatuagem [...] Que tatuagem é? Eu não sei, eu não entendo de tatuagem. Eu disse que eu não entendo de tatuagem. Agora, hoje, se a polícia for matar todo mundo que fez tatuagem, vai ser 90% da população. E aí? Aí, ele pegou, disse é tipo marginal e tem até pai. Porque eu não sou o pai. Ele disse. Olha? Aí, quis dizer que eu estava defendendo. Aí, eu mandei se respeitar. Aí, ah porque é assim mesmo, doutora que funciona. Aí, eu disse, olha, doutora [a delegada], eu vou te dizer uma coisa. Se a senhora tomar essa pistola da mão dele, entendeu? Eu saio com ele na mão. Eu só quero dois minutos para deixar ele estendido, aí no chão. Ah, por quê? Por que o preparo eu sei. O mesmo preparo que você teve, eu também tive. Eu só não sou militar, mas o mesmo treinamento que a Federal te deu, me deu também. Te deu porte de arma, me deu também. Então, eu só não sou o que você é covarde. E a doutora [...] Ah doutora, ele me desacatou ainda veio me dizer. É, mas você desacatou a parte dele. Mas o negócio foi feio, eu escapei de morrer. É. Eu escapei de morrer, porque ele perguntava o que era que eu fazia, onde é que eu trabalhava, porque eu só trabalho na DETEN. DETEN, o que é DETEN? Eu acho que a gente pensa que é detenção. DETEN é a empresa lá no Polo Petroquímico. [...] **Doutora, praticamente, de alguma maneira, afetou minha vida, entendeu? Muita raiva, muita raiva, muito, sabe. E principalmente, com a polícia.** [...] Eu acho que segundo alguns relatórios, como o advogado até falou **eles [policiais] estavam com medo, com a intenção do menino morrer. Entendeu? Se o menino não morrer, o negócio podia pegar pra eles. Então, o tempo que eles pudessem manter a gente longe. Era o tempo que eles tentavam ver se tinha um jeito de acabar.** É isso aí. [...] a Assistente social, dentro do hospital. Assistente social: me dê o documento aqui. Você tem a obrigação, tem o direito de acompanhar o seu filho. Botou o meu nome. Tudo batidinho, tudo bonitinho e assinado. Aí o Policial, ‘não, aqui quem manda é a gente’. (FS1)*

*Porque ele [S3] via as coisas [...] com a mãe que fazia lá. E que ele também pensou que era, entendeu? Aí, aconteceu, mas não chegou a ter nada. Não chegou [...]. Porque quem procurou foi eu. Quem resolveu foi eu. Até no Conselho Tutelar eu fui. Fui eu que falei, expliquei a situação toda [no Conselho Tutelar]. E, inclusive, eu perguntei na delegacia. Fui pro Nina fazer exame, mas não deu nada. Mas eu tinha uma investigação de resolver*

<sup>7</sup> O participante na pré-adolescência presenciava cenas de sexo entre a genitora e o parceiro e as reproduzia com a irmã mais nova, sendo atribuído ato infracional.

e resolvi. [...] Porque eu não ia deixar uma coisa que aconteceu e ficar impune [...]. Eu pensei em fazer até uma besteira nele [em S3]. Bater, fazer coisa..., mas eu não fiz nada disso. Simplesmente, eu cheguei e procurei, resolvi fazer esse exame dela pra ver se realmente o que ia acontecer, entendeu? Sim. Mas, graças a Deus, não teve nada. (FS3)

**[...] quando eu cheguei na entrada da rua [voltando do trabalho]... Eu vi meu filho algemado no chão, cercado de policiais, com arma na mão, e uma plateia de muita gente ao redor, só de parte. Só de parte. Olhando. Olhando. Ninguém teve assim, a coragem, né? Até mesmo por ver o que os policiais fazem quando a gente, na favela, que a gente fala favela, né? Tem uma situação dessa e ninguém pode chegar perto. Porque ele não aceita que ninguém chegue perto para defender ninguém. Estando errado ou estando certo. Ninguém vai, porque se for, é sujeito a eles fazerem até alguma coisa, né? Foi quando eu fui chegando perto, foi basicamente nesse horário, de quatro horas. Eu tomei aquele susto, assim [...] Aí que eu cheguei, eu me identifiquei 'Boa tarde, eu sou a mãe dele, o que está acontecendo?' Daí eles falaram assim, teve um que me olhou, aí ele veio e falou com outro que veio assim, que ele queria conversar comigo. Ele disse assim, 'a senhora é mãe dele?' Eu disse, 'sou'. Ele: 'a senhora é evangélica?' Eu disse, 'sou'. Ele: 'dá pra ver'. Ele, 'eu também sou'. E a gente está aqui com o seu filho. A 'senhora tem alguma moto?'. Eu disse assim: 'não. Não tenho moto'. 'A senhora tem carro?' Eu disse: 'também não'. 'A gente pegou o seu filho com essa moto, e eu queria saber de quem é'. Aí eu peguei e disse a ele, 'não sei porque a gente não tem moto'. Ele, 'ah, essa moto é roubada. Ele estava aqui com essa moto, disse que ia entregar a fulano que ele estava lavando'. Aí eu disse assim, 'mas se ele estava lavando, ele vai entregar?' Ele, 'mas ele vai entregar, só que a pessoa que ele vai entregar não está aqui'. Aí eu perguntei, 'S2, de quem é essa moto?' Ele disse, 'ah é de [fala o nome da pessoa]. Só que eu vim procurar ele aqui, minha mãe, ele já saiu, ele não está aqui'. Claro, se ele estava com a moto roubada, ele deu o menino pra lavar. Ele viu as polícias ali, ele não ia ficar? Aí a gente conversou, conversamos com eles. Aí ele disse, 'óh mãe infelizmente a gente vai ter que levar seu filho pra delegacia, junto com a moto'. Aí eu peguei e disse a ele, 'aí eu posso ir junto?' Ele disse, 'pode, mas a senhora não pode ir no mesmo carro com ele'. Aí quando eu vi eles pegando meu filho, levantando meu filho, assim, **algemado, com as mãos pra trás. Aí chegou no fundo do carro e jogou meu filho como se meu filho fosse a pior pessoa do mundo.** Aí meu irmão chegou e conversou com eles. Aí se identificou que meu irmão também trabalha na parte de segurança e tal. Aí ele disse, 'oh comando infelizmente a gente vai ter que levar, viu? A gente vai ter que levar'. (FS2)**

As cenas acima relatadas são o revés de uma realidade pessoal e social bastante desafiadora, que pelas incidências já descritas agravam o intercruzamento de diversos marcadores sociais, fazendo do desenvolver humano um constante risco, um permanente perigo. A vulnerabilidade social são as entrelinhas do fluxo de atendimento no sistema socioeducativo em meio aberto, no que concerne ao flagrante do ato infracional. Formalmente, temos um sistema que engloba outros sistemas (Sistema Educacional, Sistema de Justiça, Sistema de Segurança Pública, SUS e SUAS) em torno de uma sequência temporal até a execução da medida socioeducativa, que inicia na apreensão do adolescente, na sequência, o

adolescente é atendido na delegacia especializada para crianças e adolescentes. Em seguida, um processo judicial é instaurado, para a verificação das provas de autoria e materialidade, que ligam cada adolescente ao ato infracional descrito na acusação (CFP, 2021a). Neste cenário, a Sra. FS2 e S1 sintetizam o examinado até aqui e nos encaminham para a próxima subcategoria:

***No bairro onde eu moro, tem muitos jovens que precisam de um apoio. Não precisava vir através de um policial, né? Eles precisavam vir por outro caminho. Por outro meio. Eles abriram uma porta pra isso. Vejam o acesso de outra forma, que eles veem assim, público. Ah não, o CREAS, eles abrangem, eles ajudam os adolescentes, eles ajudam os jovens. Eles têm essa oportunidade de uma indicação para o trabalho. Não tem essa necessidade dos meninos fazerem uma infração para acontecer isso. É o que deveria, eles trabalharem em cima disso.*** (FS2)

*Rapaz, era pra eu tá de boa, mas um negócio do nada né [risos], que serve pra ajudar né?. Educa. Eu consegui um curso. Eu tô fazendo um curso. Se eu tivesse na favela, não. **Um mal que veio pro bem** [risos].* (S1)

Diante disso, apresenta-se, na sequência, um delineamento das dimensões e fluxos da MSE ainda envencilhados pelos desdobramentos do ato infracional e como isso se dá na prática, pela perspectiva dos participantes.

#### 5.1.2.2 Subcategoria 2: *As dimensões da MSE e seus eixos: o que é possível estruturar?*

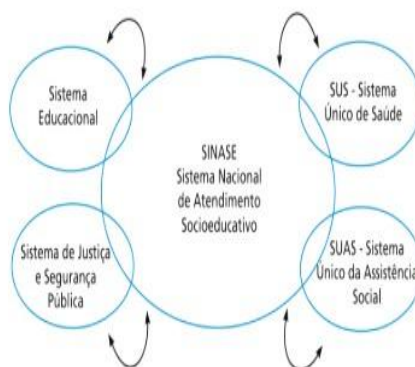
A Doutrina da Proteção Integral (Brasil, 2016b) e o ECA (1990), edificaram o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), que é um conjunto de ações promovidas nas três esferas dos poderes públicos e pela sociedade civil sob os eixos da Promoção, Defesa e Controle Social. No núcleo do SGD gravitam diversos subsistemas, dentre eles, os que regem as políticas sociais básicas de assistência social, de proteção especial e de justiça voltados ao atendimento a crianças e adolescentes (Conselho Nacional de Justiça, 2024; Brasil, 2006b). É nesse contexto que se insere o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), que regulamenta o atendimento ao adolescente responsabilizado pelo ato infracional, que inclui o processo de apuração, aplicação e execução de MSE. A nível municipal, as instituições que as executam contam com referenciais e princípios comuns, com normas e critérios adotados em todo o território nacional. Conforme o ECA, as MSEs visam a responsabilização do adolescente, que, por sua vez, são integradas à perspectiva da educação, tendo em vista a peculiaridade do período da

adolescência, sendo dever do Estado garantir formas dignas para seu cumprimento (CFP, 2021a). A figura 5 ilustra o SGD e sua relação entre o preconizado no SINASE e as políticas envolvidas na MSE.

**Figura 5 - Sistema de Garantia de Direitos e o SINASE**

O Sistema de Educação, onde se situa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996) e Res. nº. 3/2016 do Conselho Nacional de Educação (CNE), para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de MSEs (público prioritário),

Sistema de Justiça: a apuração do ato infracional, a atribuição da medida socioeducativa e o acompanhamento de seu cumprimento pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública e pelo Poder Judiciário; está incluso o Sistema de Segurança Pública.



O SUS e a integração às ações em rede para o atendimento em saúde, que prevê a PNAISAIRI (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei), instituída pela Portaria nº 1.082, de 23 de maio de 2014;

O SUAS, além de ofertar um conjunto de ações socioassistenciais, tem como definição, entre seus usuários de serviços de média complexidade, o atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto (liberdade assistida ou prestação de serviço à comunidade) e seu familiar;

**Fonte:** Elaboração própria a partir da imagem disponível em SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006. p. 23.

Seguem relatos de participantes sobre o contato inicial com a Justiça e com o início da MSE. As falas trazem a vivência da vulnerabilidade social e da violação que por vezes se presentifica também neste subsistema:

*Aí de lá [Delegacia] minha mãe chegou lá e teve que chamar um advogado. E no mesmo dia eu fui liberado. Aí depois de seis meses, sete meses eu tive audiência. Para saber se precisava de eu ficar vindo aqui uma vez no mês. Para ficar sendo acompanhado pela técnica do CREAS. (S2)*

*Quando chegou lá, levou ele pra DAI [Delegacia do Adolescente Infrator]. Aí a gente ficou de quatro horas da tarde. Quando o delegado foi atender a gente, foi onze e meia da noite. E a gente lá, aguardando. E aí eu liguei pro advogado, que me deram contato. Eu optei ir com advogado porque a gente não sabia da situação, não tinha entendimento então eu tive que fazer das tripas coração pra arranjar dinheiro pra ir com advogado pra não ir só. Aí ele foi pra lá e disse, não, eu vou representar a senhora aí e foi. Quando chegou lá, ele ficou lá com a gente até esse horário, de onze e pouca da noite. Aí quando o vieram saiu com o S2, algemado. Novamente dizendo que ia fazer exame de corpo de delito. Eu disse, precisa levar ele algemado? Precisa levar ele dessa forma? O comando aqui é da gente! Aí pegou ele e levou. Eu disse, sim, vocês vão levar ele pra onde? Não, a gente vai levar ele no departamento de polícia técnica e depois a gente retorna pra aqui. Aí levou, depois retornou. Aí depois a delegada chamou a gente pra conversar. Aí a delegada disse, olha mãe, a gente tá vendo que não foi esse menino que fez isso com essa*

**moto, que pegou essa moto. Ele entrou numa laranjada, mas infelizmente meus meninos pegou ele, entendeu? Então ele vai ter que dar conta do dono dessa moto. [...] Mas aí ficou naquela desconversação. Depois ela pegou e disse, eu não vou liberar seu filho. Seu filho vai ficar aqui até o dono da moto aparecer. Aí eu fiquei olhando pra ela e eu falei, doutora, eu posso falar? O advogado tava do lado. Ela disse, pode, a senhora é mãe, pode falar. Aí eu passei a situação pra ela. **Eu disse, olha doutora, meu filho não é ladrão. O meu filho é um menino de família. O meu filho estuda. O meu filho tem residência própria, entendeu? Tá aqui minha carteira de trabalho. Tá aqui o lugar onde eu trabalho, onde o pai dele trabalha. O pai não foi, mas tá aqui o local onde o pai dele trabalha, entendeu? Então, eu não vejo a necessidade da senhora deixar meu filho aqui. Quer dizer, a senhora vai deixar meu filho aqui junto com pessoas que a gente sabe que são pessoas não são de uma boa índole, entendeu? Então, a senhora vai deixar o meu filho aqui? Aí ele vai ter que passar por audiência de custódia. Eu disse, não, a senhora tá querendo dizer que foi meu filho que roubou a moto? Ela disse, eu tenho que tratar seu filho como ladrão. Porque a moto foi pega na mão dele. Então, eu tenho que tratar seu filho como? Eu disse, mas eu estou dizendo à senhora que meu filho não fez nada disso. Eu estou dizendo à senhora que meu filho não fez. Entendeu? Aí ela chamou os policiais lá, tudo, conversou lá com eles. Depois ela disse, ó eu não vou deixar seu filho aqui não. A senhora me convenceu. A senhora vai levar seu filho pra casa. Mas a gente vai estar entrando em contato com a senhora e a senhora vai ter que levar ele até o juiz. **A senhora vai ter que levar ele até o juiz pra o juiz ver o que é que vai fazer. [...] É. Aí, isso foi em setembro. Aí, quando foi mês de março, que foi a audiência que eles me ligaram, dizendo que estava com a audiência marcada, que era pra eu levar. E aí, eu consegui outro advogado. Não foi mais o mesmo. Aí, fui até outro advogado, passei pra ele a situação. Então, a gente chegou lá, a juíza olhou pra mim e pra S2 balançou a cabeça e disse: Eu não estou entendendo por que eles estão aqui. Quando ela começou a olhar tudo, ela disse, você está vendo nesse povo é gente de bem, é gente de família? Por quê? Qual foi a necessidade de fazer eles passarem por isso tudo? Aí, tanto que ela disse, olha, manda quem pode, obedece quem tem juízo, né? Eu vou passar uma medida socioeducativa pra ele, só mesmo por passar. Mas não vou deixar seu filho em reclusão nenhuma. Então, a senhora vai continuar com seu filho em casa e não se preocupe não, mãe. Aí, ela passou pra gente vir aqui pro Creas. Aí, ela mandou o direitinho pra gente ficar vindo aqui conversar. [...]. Eu só lembrei, né, que teve esse problema com S2 dessa moto, que eu senti, assim, **que os policiais eles foram muito agressivos na situação. Porque foi uma coisa que até mesmo a juíza, quando a gente foi que marcou pra gente ir lá, que ela leu os laudos, que ela conversou comigo, que ela conversou com S2, ela disse eu não vejo necessidade deles terem feito tudo isso com vocês. Eu não vi necessidade dessa situação chegar a esse ponto de você estar aqui na presença de juiz, na presença de promotor, por conta de uma situação que foi a gente está vendo que esse menino não fez nada disso. Muitas vezes eu acho que S2 ficou com essa agressividade por conta de tudo que ele passou.. (Chora). É, porque se fosse com um branquinho ou se fosse com um filho de alguém que tivesse uma posição social ou tivesse alguém conhecido eu creio que eles iam dizer assim me dê a moto que eu levo e vá pra casa. Tanto que meu irmão foi conversou com ele e disse não quero saber ele estava na mão dele, então é ele que vai ter que responder. (FS2)********

**Eu acho que primeiro seria de alguma forma ficar mais claro pro jovem qual é a função da medida. O jovem chega muito perdido assim, é muito distante. Às vezes pelo próprio tempo, então às vezes a gente recebe meninos aqui que o ato infracional foi há quatro anos atrás. Sabe?**

*Não faz mais sentido aquilo pra ele. Ele não entende porque que ele está aqui e facilmente eu não entenderia mesmo. Foi um tempo... um lapso de tempo muito grande. Tem coisas que são faladas na audiência que não são verdades. Como se aqui a gente fosse garantir. Já chegou até decisão judicial aqui mandando a secretaria dar o kit de corte de cabelo. Que não é função da Assistência. **Então assim, a própria justiça não tem clareza de qual é a função da Assistência e isso vai passar pro jovem. Então às vezes o jovem chega aqui dizendo que a juíza falou que a gente ia fazer tal coisa. Então já veio, inclusive, em sentença. E aí o menino chega aqui achando que ele vai entrar no (ininteligível), porque ele vai pro segundo estágio remunerado. E isso não é a função da medida. É óbvio que isso pode entrar como método do PIA, a gente pode tentar. Mas ele não está vindo pra Medida para fazer um estágio remunerado. Então eu acho que o que precisaria melhorar é começar de lá, porque ele vai entendendo porque que ele tá... tá chegando até aqui. Né? Qual é a função da medida? Eu acho que já melhoraria uma parte.** (Psicóloga MSE)*

*Na audiência lá. O cara, acho que é o advogado público, falou lá: “não, aceite essa ou..” porque eles queriam acho que ia seguir pra investigação. Pra saber se era eu mesmo que tinha roubado o carro, aí seria pra seguir a investigação ou parar pra cumprir a Medida pra tipo, pra trabalho comunitário, esses negócios. O cara lá [Defensor público] falou aceite, são oito meses só com trabalhos comunitários, esses negócio. Escolha esse. Aí eu fui fazer. (S1)*

Se a Medida é uma via legal de responsabilização devido a uma contravenção, temos que ela na prática não é iniciada no CREAS, mas no flagrante do ato infracional, pois marca o primeiro contato ‘formal’ do adolescente com o sistema de justiça juvenil. Até chegar à unidade de meio aberto para o acompanhamento da medida, a vida do adolescente foi atravessada pelas forças da segurança pública, pela mídia e pelo próprio sistema de justiça (Brasil, 2022). Todas as dimensões da sua breve história são postas em xeque: “suas relações familiares, hábitos, comportamentos, discursos, personalidade, crenças e vínculos” (*ibid*, p. 22). Apesar de toda a cautela que a situação exige, baseada no respeito aos direitos fundamentais e na proteção integral definida pelo ECA, na prática, frequentemente, este início da MSE neste subsistema já revela a reprodução de atitudes punitivistas e estigmatizações, especialmente para negros e pobres (Conselho Nacional de Justiça, 2024; CFP, 2021a; Brasil, 1990). E certamente estas marcas ficarão timbradas por todo o cumprimento da MSE e mais adiante, acompanhando o desenvolvimento humano dos envolvidos.

*Eu acho que é isso. Acho que seria ter mais cuidado assim com a explicação pra ele do que é, o que que ele está vindo fazer aqui [no CREAS] e que aqui as coisas funcionassem mais organizadas. Sabe? De que de fato as coisas funcionassem como está na lei. Que a sensação que eu tenho às vezes, é como se está tudo aí e ninguém está olhando por eles. Sabe? (Psicóloga MSE)*

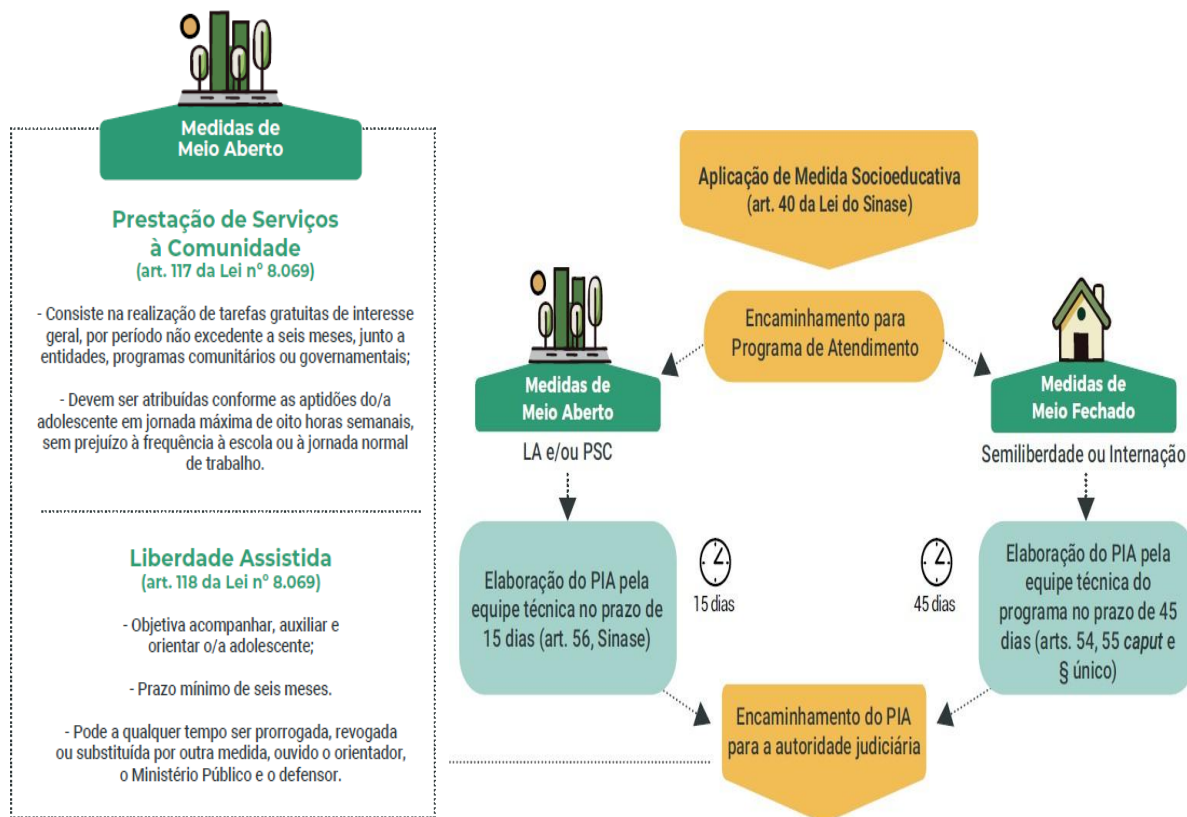
O artigo 52º da Lei do SINASE (12.594/2012) destaca que a MSE depende do Plano Individual de Atendimento (PIA) para ser cumprida. O Plano se inicia na acolhida do adolescente no programa de atendimento (Serviço de MSE/CREAS) e o requisito básico para sua elaboração é a realização do diagnóstico polidimensional por meio de intervenções técnicas junto ao adolescente e sua família, nas áreas jurídica (situação processual e providências necessárias), saúde (física e mental proposta), psicológica (afetivo-sexual; dificuldades, necessidades, potencialidades, avanços e retrocessos), social (relações sociais, familiares e comunitárias, aspectos dificultadores e facilitadores da inclusão social, necessidades, avanços e retrocessos) e pedagógica (metas relativas à: escolarização, profissionalização, cultura, lazer e esporte, oficinas e autocuidado) (Brasil, 2006b). A construção do Plano pelo subsistema SUAS é coletiva, inclui todos os subsistemas e o documento deve ser enviado pelo CREAS em duas semanas ao Judiciário:

*[...] que às vezes fica super generalista [o PIA]. Bem generalista, e depois que de fato que a gente vai ver o que vai ser possível fazer e o maior desejo porque às vezes os meninos vêm também com frases muito prontas porque é o que a justiça quer ouvir. É. Então você pergunta “Que curso você quer?”, “Qualquer um”, “O que tiver”, ou sempre são falados os mesmos. E depois quando você vai conhecendo aquele menino você vê que ele tem um talento pra outra coisa, que nada a ver do que ele falou no início, ou ele já trabalha com alguma coisa, ele já consegue gerar uma renda em outro lugar. E aí depois que a gente vai englobando isso e o PIA foi enviado, né **[devido ao prazo de 15 dias]**? Mas agora a gente até refez o modelo do PIA. Pra que ele realmente vire um instrumento de reavaliação, que não fique uma coisa que a gente mandou e pronto. Aí a gente incluiu mais um campo de que... de rever as metas e rever o prazo. Isso permite que a gente seja um instrumento que de fato não seja uma coisa que a gente preencheu ali e acabou, mas que a gente volte a ele e vá refazendo. [...] aí durante o acompanhamento que a gente vai mandando relatórios, a gente volta e aí preenche esse outro campo que é pra rever a meta, se é a meta continua aquela, se não continua. [...] **E colocamos também um campo sobre qual é o papel de cada ator, por exemplo, por exemplo, regularizar a documentação, o que é que o socioeducando vai fazer pra atingir aquela meta, o que a gente enquanto a equipe técnica vai fazer, o que é que o familiar vai fazer. Isso pra todos os campos, pra cursos, pra lazer, pra saúde, todos os campos a gente colocou isso. Então o que é a função de cada um? Familiar é só apoiar? Não, o familiar tem que ir lá buscar a documentação porque o menino não vai, o da gente vai ser procurar os cursos, encaminhar, mas cada um, pra ver se fica mais claro pra ele de que o PIA é um planejamento em conjunto.** (Psicóloga MSE)*

Abaixo esquema do fluxo previsto no SINASE entre a aplicação da MSE e o envio do PIA pelo CREAS para a Justiça. Destaca-se que o Município é responsável pela execução das MSEs em meio aberto (LA e PSC) e o Estado pelas de

semiliberdade e internação. O tempo objetivo da MSE e principalmente o prazo de entrega do PIA diferenciado entre ambos os regimes chama a atenção deste estudo.

**Figura 6 - Fluxograma aplicação da MSE e o PIA**



**Fonte:** Elaboração própria a partir da imagem disponível em Guia para a qualificação da atuação do Poder Judiciário no Plano Individual de Atendimento Socioeducativo [recurso eletrônico]. Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Conselho Nacional de Justiça, 2024, p. 15 e 28

.Sobre o prazo do PIA,

*É muito assim, ou a gente não vai conseguir fazer em quinze dias [o prazo legal do PIA], que é o que acontece muitas vezes. Ou acaba sendo um momento muito pró-forma assim, porque a gente precisa preencher aquele documento, mas ele vai sendo construído ao longo do acompanhamento porque se a gente foca muito só no PIA, o primeiro atendimento acaba ficando interrogatório, né? E aí a gente não consegue criar vínculo, porque o menino já está vindo da chamada da justiça, que já passou por interrogatório, ainda na delegacia, na audiência, aí quando chega aqui, a gente só vai perguntar, perguntar, perguntar, perguntar? Não dá. A gente quer construir um vínculo com ele, não dá. Então, hoje, pelo menos eu, né? A gente divide nos atendimentos, não preenche todo em um atendimento. O primeiro atendimento eu gosto mais de escutar o menino, perguntar o que ele está entendendo, perguntar o que foi que aconteceu, sabendo que ele vai chegar geralmente, né? Mais receoso, meio desconfiado, ou querendo saber, né? Porque a gente quer escutar ele. E a partir daí a gente vai preenchendo o PIA junto com eles, mas a sensação que eu tenho é essa assim, que muitas vezes ele não está entendendo ainda o que que está acontecendo. E aí a gente preenche até mesmo porque a gente também tem o prazo, então mesmo que não seja quinze dias, porque acaba muitas vezes atrasando, mas ainda assim a gente não tem um tempo longo. Então a gente vai construindo aos poucos, mas a*

*situação é essa, que a gente não está entendendo bem o que a gente está fazendo. Talvez mais pra frente quando a gente for rever o PIA, as metas e tal, ele vai entendendo, mas esse início parece que a gente vai ficar ali espremendo, sabe? Pra sair alguma coisa.* (Psicóloga MSE)

Ressalta-se a observação no Caderno de Orientações Técnicas para a elaboração do PIA, de que o tempo da entrevista é o do adolescente e não o do prazo dado pelo Sistema de Justiça. “Cada adolescente demandará tempos diferentes, é preciso respeitar isso sem perder de vista a objetividade imposta pela legislação” (Brasil, 2022).

Um dos princípios do SINASE acerca da gestão das MSEs em meio aberto é o aspecto da incompletude institucional do SUAS, caracterizado pela sua permeabilidade com os demais subsistemas, em especial o de Justiça. A proposta do PIA também tem esta intenção, e envolve também os familiares no seu processo de construção. Considerando que a relação com o CREAS é um mesossistema do socioeducando, no qual equipe, família e adolescente são relações significativas para este último e que para a sua consolidação é preciso vínculo, confiança, estabilidade - aspectos relevantes para o trabalho técnico no CREAS e em qualquer política pública do SGD-, o que se interpõe a partir da fala da psicóloga de MSE é a importância de prezar pelo vínculo e o acompanhamento, no processo do desenvolvimento humano destes participantes, para que, ao acessarem algum serviço público durante a MSE, também seja garantida a sua permanência na política pública. O atendimento dos socioeducandos nos âmbitos destes subsistemas, **desde que qualificado**, é um fator que pode evitar a reincidência e possibilitar ao adolescente outras trajetórias de vida (CFP, 2021). Assim, considerando os desdobramentos até aqui relatados que culminaram na MSE, para o contexto intersistêmico entre as políticas para intervenções qualificadas que minimizem a vulnerabilidade e os riscos, é preciso pensar na dimensão Tempo. O tempo do vínculo (subjetivo), o tempo dos prazos (objetivo) da MSE aplicada e do PIA: o que é possível estruturar entre os atores envolvidos para que seja possível e digno o desenvolvimento humano com cidadania?

Conforme ilustrado na figura 6, a Liberdade Assistida dura no mínimo seis meses e não pode exceder a três anos. S1, S2, S3 estavam cumprindo esta medida há aproximadamente seis meses, observando neste particular a data de realização da entrevista. Importante salientar que Bronfenbrenner (1996) contribui com a

reflexão de que o desenvolvimento envolve uma mudança nas características da pessoa, uma mudança que não é nem efêmera nem situacional. Ela implica uma reorganização que tem certa continuidade ao longo do tempo e do espaço. Assim, o autor conceitua a noção de microtempo e mesotempo, o tempo imediato com qualidade nas relações mais próximas e a vivência deste tempo como um padrão ou rotina, respectivamente, orientando-nos para a importância de se considerar o tempo do vínculo e do referenciamento para acompanhamento nos serviços previstos no PIA, para que no processo dos contextos de desenvolvimento, possa atender as demandas do ciclo vital da adolescência.

***Porque a Liberdade Assistida acaba que às vezes fica uma coisa muito em aberto. E o menino fica sem entender, meio o que é esse acompanhamento, se precisa vim toda semana, se tem carga horária, se tem que trabalhar. E a PSC eu acho que é mais estruturado. Então quando a gente explica pra ele que você vai prestar um serviço a comunidade, vai ser em tal lugar, tantos dias na semana, tantas horas, “essa pessoa aqui que vai te orientar”. Eu acho que isso dá um norte maior pra pessoa do que a Liberdade. A Liberdade eu acho que eles ficam mais confusos [...] Até o objetivo aqui. Porque na Liberdade Assistida eles ficam “Eu vou vim pra cá, e aí?”. Nem sempre a gente tem curso pra ofertar, nem sempre. E a PSC eu acho que acaba sendo mais estruturada, e aí eu acho que tende a ser mais [...] eles aderirem mais. Por entenderem melhor a medida. (Psicóloga MSE)***

Outro dado que chama a atenção é o sentido da responsabilização da infração sem ser admitida a noção de erro pelos adolescentes. Os participantes cumprem a MSE por que lhes foi atribuída à culpa, portanto, aceitam a proposta do processo em liberdade como uma ‘saída pela tangente’, pois sabem que o destino do preto e pobre é o encarceramento em massa. Muitas análises do senso comum pressupõem que o adolescente que infracionou é irresponsável, não se importa com a coletividade ou é incapaz de apreender regras de conduta. Essa visão pode sugerir uma intervenção do poder público que “busque ‘preencher’ um sujeito vazio de valores e de referências éticas ou que veja o adolescente como alguém incompleto que não sabe discernir entre o certo e o errado” (Brasil, 2022, p. 24).

Diante do que se apresenta, há um combo de criminalização da pobreza, discriminação por raça, gênero, classe, sendo inevitável o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, para promover uma concepção “mais ampla de como formas heterogêneas de violência contribuem para a desigualdade e a injustiça social” (Collins; Bilge, 2020).

*Aí foi, ela explicou que tinha um carro roubado lá na rua a hora que a viatura chegou me viu armado; **aí eu falei eu não sei nem dirigir eu não sei nem que arma é que tá falando**. Aí ela olhou pra mim e disse é [...]. eu vou desfazer aqui [...]. qualquer coisa aqui o juiz vai te chamar e cê vai lá e você vai ser liberado. Aí eu fui pra audiência [...]. Aí ele falou a questão do tempo desse negócio aí [a MSE] e depois é por cá [CREAS]. Aí eu estou fazendo o curso, eu já estava estudando. Um mês e meio de curso, é dois mês. (S1)*

*Pra mim, ela [a MSE] está servindo pra me orientar para eu não cair pro mundo errado. **Não foi eu que tinha roubado a moto, mas ficou tipo como se fosse eu que roubei uma moto**. Aí eles estão auxiliando aqui pra eu não ir pra essa parte do lado errado. E aí já me colocaram em um emprego. Aí eu tô trabalhando. (S2)*

*Seis meses [...] seis meses [...]. Se eu faltar, coisa assim, aí a promotora [...]. É que eu posso continuar, ou senão eu posso ficar na, esqueci o nome. Tem um lugar lá que eles deixam pra, acho que ficar, não sei, coisa assim. [internação provisória]. (S3)*

Porém, se não há erro, a proposta educacional da MSE fica esvaziada. Ressalta-se, segundo o caderno de Orientações técnicas das MSEs em meio aberto, que cabe ao acompanhamento individualizado o monitoramento da frequência e do desempenho escolar, do acesso à saúde e da inserção em cursos profissionalizantes, nas atividades culturais, esportivas e de lazer, de acordo com os objetivos estabelecidos no PIA (Brasil, 2016d). Essas informações são encaminhadas periodicamente à Justiça, para avaliação da Medida.

*Para mim, **não tem nada a ver a escola com a medida socioeducativa**. Eu tenho que ir para a escola e ir pra socioeducativa, eu sou obrigado a ir para a escola, mas lá eles não fala nada sobre isso. Não tem nada a ver a medida com a escola. [...] Só que na escola não fala nada sobre isso. Eu aprendi muita coisa, principalmente **quando eu estudava no colégio particular, que agora tô no estadual. Mas, quando eu estudava no colégio particular, eu aprendi muita coisa. [...] praticamente tudo eu aprendi no colégio particular. Matemática, história, tem coisas que eu sei que foram no particular que eu aprendi lá, só agora tem no estadual. Por isso o particular é bom. Tem coisas que a professora já pergunta e eu já sei resolver. Tem coisa que eu aprendi no particular**. (S2)*

*Rapaz, **gostar, eu gosto [escola], só não gosto de estudar. Estudar a pulso, né?** (S3)*

***Gostar, gostar, gostar [...] Não. Mas, tem que ir, né? (...)** Por acordar cedo. Ninguém gosta de acordar cedo. Mas é obrigado a acordar. (S1)*

*Sim, da escola. É, a gente vai tentando fazendo esse... o que a gente chama de encaminhamento implicado assim, né? De não só encaminhar, falar pra pessoa procurar o serviço, orientar, mas alguns casos ir junto com a pessoa, fazer contato antes porque a gente sabe que é diferente a forma como é recebido, né? [...] **o nosso maior empecilho é a oferta de principalmente cursos profissionalizantes, né?** Assim, já foi mais difícil, a gente até tem encaminhado, tem melhorado em alguma medida, teve... **ultimamente tem tido parceria da prefeitura com o Senac, que tem***

**ajudado muito, mas que aí vem algumas questões, têm cursos que pedem o nível de escolaridade muito alto, pedem ensino médio, completo ou mesmo incompleto, não é o perfil, né? Dessas pessoas que a gente acompanha. Muitos assistidos mesmo tendo algum grau de escolaridade não sabem ler e escrever, por exemplo. E aí é uma dificuldade também pros cursos. Então tem a dificuldade de ter o curso, e quando tem, dessa entrada qualificada para os meninos, né? E também de quem está ofertando o curso de entender as especificidades das pessoas.** (Psicóloga MSE)

*[...] passou dois anos sem estudar também. Eu que consegui colégio, foi uma dificuldade pra conseguir colégio pra ele estudar. Dois anos sem estudar. Tudo isso.* (FS3)

Na dimensão da Saúde, a emergência do adoecimento após as abordagens policiais é de ordem física e psíquica, em metade dos participantes. Como se estruturar para cumprir a MSE?

*[...] ele [médico] me encaminhou pra fazer uns exames aí. Da barriga, pra ver como é que tá. Deu ok, mas as dores continuam. Me passou um remédio. Passou remédio pra dor forte da cabeça. E quando tem a dor [...] a dor é de um lado só. [...] Eu não vou mentir você fala aqui alguma coisa quando vi, eu me esqueci. É direto quando eu saio da escola, eu estou esquecendo as coisas rápido. Tenho exame para fazer. Minha mãe remarcou. Ainda tinha umas substâncias ainda da bala. Estava do lado [da cabeça]. Quando eu viro a cara. O ouvido de cá eu tenho um zumbido. Com o tempo, comecei a perder a audição. Estourou o tímpano. [...] Eu to escutando o zumbido aqui ó zummm. Mas, a médica falou que tem que com o tempo sai. Até hoje ainda não saiu. [...] Eu não tenho mais aquela energia de sempre. Peso pego logo tem uma dor cá. Teve que tirar o fígado, que reduziu, e o pulmão, costurado, pegou no pulmão. A metade do pulmão, metade do pulmão já não presta, é costurado. Eu vou andando assim, mas eu canso rápido [...] mas, se eu acelerar assim, eu sinto logo aqui na barriga. Antigamente, eu ajudava o meu padrasto. Já via ele sendo pedreiro, fazia a massa. Mas hoje [...] Hoje nem aguento nem mais virar a pá.* (S1)

*Pra mim, o que ficou de aprendizado foi a situação que a gente viveu que a gente nunca passou por isso e foi assim foi um choque que até hoje eu sinto. Quando eu começo a falar dessa situação eu choro, eu sinto eu tive um problema de saúde muito grande porque eu comecei a engordar desesperadamente porque eu fiquei muito ansiosa meu cabelo começou a cair todo [...] quando eu começo a lembrar dessa situação é uma coisa que marcou muito. [...] Não, não procurei [psicólogo]. Até mesmo por questão de valores. Porque quando eu fui pro médico, o médico falou que você tem que procurar um psicólogo. Mas aí, quando eu fui ver uma consulta com psicólogo [...]. Porque quando eu procurei uma psicóloga, tanto pra mim quanto pra S2, o valor da consulta, a médica estava pedindo 250 reais.* (FS2)

*Tô afastado por causa que eu só sei que aconteceu tudo isso, não trabalhei, o médico me afastou. Estou um ano afastado. [...] Eu ia me jogar da PTA. (Plataforma de Trabalho Aéreo). Foi, eu não sei, e até hoje, eu tomo remédio para isso. [...] É três remédio, risperidona, é é uma mistura de remédios que eu tomo [...] Eu vejo vulto até hoje [...] Aí, pronto, eu chegava lá na empresa, e eu era angustiado. Angustiado, eu não conseguia fazer nada, e aí, foi muita coisa. Muita coisa. Hoje é porque eu não consigo lembrar, porque eu estava até conversando com a psicóloga que me atende. Eu passo por psicóloga toda semana. [...] É, CAPS. Aí ela, ela*

*disse que o remédio, o remédio que eu tomo, bloqueia, entendeu? Bloqueia, tipo, tá com muitas coisas na mente. Que é uma defesa. É uma defesa. Pra mente não ficar muito, não ficar muito cheia. [...] Dor de cabeça, tudo isso eu sinto até hoje. [Sobre S1]: E praticamente, hoje, a gente olha, até conversa com ele [S1], ele fala coisas com coisa que não tem nada a ver, veio até me perguntar coisas que nunca me viveu. Entendeu? E eu fico sem saber até como conversar com ele. [...] Ele perguntou: o dia que a gente viajou de navio, eu já trabalhei em navio, agora ele nem sequer subiu num navio. Tipo assim, eu não sei como é que isso acontece, às vezes ele fica muito aéreo, parece que não está bem, parece que só está o corpo. Então, eu penso no motivo de, às vezes, ele (S1) estar voando, de falar besteira. Imagina, uma bala entrar e sair, assim. Quebrando tudo o que achar no caminho. Então, eu não sou especialista no caso, para avaliar exatamente, mas eu penso que é isso aí. Então, a saúde não está em questão da saúde, não está 100% não. Ele não vem sozinho primeiro, e ele não sai assim sozinho. E ele ficou, tipo, um distúrbio, porque ele tem medo de estar saindo. [...] [remédio] Pra dormir e pra dor de cabeça. A médica disse que ele vai tomar esse remédio mais ou menos uns 2 a 3 anos até [...] Ele estava vendo o vulto também. Ele falou? meu Deus, está todo mundo pirado dentro de casa. Risos. O grau de estresse.. O posto que deu esse diagnóstico a ela [esposa, mãe de S1] de depressão está buscando vagas para poder ela ser atendida semanalmente. Entendeu? Mas, até hoje, não tem vaga ainda. (FS1)*

Conforme explicitado acima, os adolescentes e familiares se apresentam ao SUAS/CREAS para o início da MSE criminalizados pela pobreza e cor da pele; com consequências psicológicas e físicas importantes; com deficiências escolares; relacionamento comunitário prejudicado; e com mais demandas do que acesso à saúde pública. Vemos na prática a necessidade da permeabilidade interinstitucional entre as políticas para que o SUAS/CREAS consiga construir com o socioeducando e familiar ações efetivas para os eixos estruturantes trazidos pelo PIA.

A seguir, na Categoria 3, apresenta-se uma tentativa de análise sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas da MSE, com enfoque sobre aquelas que, por lei, têm este público como prioritário para atendimento.

### **5.1.3 Categoria 3: SUAS: desafios à intersetorialidade para retroalimentação aos direitos à cidadania e a dignidade da pessoa humana**

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) assinala que é preciso superar os tradicionais recortes setoriais que promoveram a fragmentação das políticas sociais: ao identificar as demandas concretas e mediante ações integradas,

o SUAS deve agir na perspectiva da intersetorialidade, tendo, além deste pressuposto, a territorialização e a descentralização em sua concepção.

O objeto da ação pública “extravasa os recortes setoriais em que tradicionalmente se fragmentaram as políticas sociais e em especial a política de assistência social” (Brasil, 2005b, p. 45). Antevendo este raciocínio em perspectiva similar, Edgar Morin contribui sobre a organização dos conhecimentos, colocando a *dúvida* como um fermento crítico para ‘repensar o pensamento’, complementando que é uma necessidade cognitiva inserir um conhecimento particular em seu contexto e situá-lo em seu conjunto. E este conjunto trata-se de, inevitavelmente, um *pensamento do complexo*,

[...] que procura sempre as relações e inter-retro-ações entre cada fenômeno e seu contexto, as relações de reciprocidade todo/partes: como uma modificação local repercute sobre o todo e como a modificação do todo repercute sobre as partes. **Trata-se, ao mesmo tempo, de reconhecer a unidade dentro do diverso e o diverso dentro da unidade, de reconhecer, por exemplo, a unidade humana em meio às diversidades individuais e culturais, as diversidades individuais e culturais em meio à unidade humana (Grifo nosso)** (Morin, 2003, p. 25).

Através do ‘entre setores’, as discussões sobre a intersetorialidade priorizam uma visão abrangente da complexidade da realidade social, o que não se alcança através de abordagens setorializadas e fragmentadas. Sustentada a partir da Constituição Federal de 1988 pelos princípios da descentralização político-administrativa, participação da sociedade e universalização de direitos (Brasil, 2016b), há uma indução natural para a necessidade de mudanças no modelo de gestão das políticas sociais (Pastor; Brevilheri, 2016). No sistema de atendimento socioeducativo há a interação de no mínimo cinco outros sistemas, que respondem cada um pela segurança, justiça, saúde, educação e assistência social. É na realização do trabalho entre estes sistemas nos equipamentos públicos que se desenha o campo de intervenção da socioeducação, norteado pela proteção integral e pela incompletude institucional de cada sistema, tornando-os interdependentes entre si. Portanto, o funcionamento intersetorial é que torna possível o atendimento e a posterior construção do PIA com os socioeducandos, de forma integral, articulada à realidade social (CFP, 2021a; Pastor; Brevilheri, 2016).

Assim, sobre esta mutualidade entre saberes e fazeres, em analogia ao que Morin elucida sobre a organização dos conhecimentos, a questão não é só retirar as

fronteiras entre as disciplinas, “mas transformar o que gera essas fronteiras, os princípios organizadores do conhecimento” (2003, p. 25). A operação da intersetorialidade, que é o eixo que conecta três princípios da Constituição Federal de 1988, seria a transformação de fronteiras institucionais para a integridade e proteção social do socioeducando:

Individualização —> Intersetorialidade —> Dignidade Humana e Cidadania

No contexto da aplicação da MSE em meio aberto, a relação entre os princípios da individualização, da dignidade humana e da cidadania na Constituição Federal revela desafios práticos. O princípio da individualização exige que a medida aplicada a cada adolescente leve em conta sua idade, capacidades, histórico e circunstâncias pessoais, evitando generalizações mecânicas (Brasil, 2006b; 2012b). Contudo, esse princípio, para ser atendido, precisa se sustentar na dignidade humana, que proíbe qualquer forma de tratamento desumano ou degradante, assegurando o respeito integral ao socioeducando, mesmo na esfera punitiva, onde se arbitra sobre qual MSE será aplicada. Para a cidadania, por sua vez, importa que o adolescente seja visto como sujeito de direitos e deveres, agente da sua participação política e social nas suas práticas cotidianas - efeito que transcende o ato infracional. Nesta concepção, a MSE em meio aberto deve ser um mecanismo que promova a reinserção social, o respeito à sua individualidade e possibilidades de exercer sua cidadania plena (Brasil, 2006b; 2012b; Conselho Nacional de Justiça, 2024). Todavia, na sequência, as subcategorias “*O acesso transversal às políticas públicas e as suas (im)permanências: intersetorialidade à deriva*” e “*Uma andorinha não faz verão*”: o coletivo de saberes para fazeres mais equânimes na Assistência Social”, apresentam alguns depoimentos do real funcionamento destes sistemas intersetoriais e suas limitações, materializadas nas circunstâncias que se apresentaram aos participantes, em sua dinâmica no cumprimento das Medidas.

#### 5.1.3.1 Subcategoria 1: *O acesso transversal às políticas públicas e as suas (im)permanências: intersetorialidade à deriva*

As práticas de socioeducação precisam do conjunto de ações que as operacionalizam como política intersetorial, envolvendo a polícia, o Ministério

Público, a Defensoria Pública, o Judiciário, o Cartório, os serviços de saúde, os estabelecimentos educacionais, a rede de assistência social, entre outras. É entendida como uma rede que ultrapassa suas fronteiras, articulada com muitas outras instituições, “e só se faz possível enquanto interconectividade e transversalização entre múltiplos agentes” (CFP, 2021a, p. 40). Podemos juntos pensar que a responsabilização é do adolescente, mas também do Estado, da sociedade, da comunidade e da família, premissas do ECA (Brasil, 1990), em um circuito restaurador-protetor que envolve cada um desses agentes.

Assim, temos corresponsabilidades próprias ao fazer socioeducativo, mas cientes de que o adolescente deve ser o protagonista no cumprimento de sua Medida (Brasil, 2022; 2016d; 1990). Partindo dos contextos micro/meso sistêmicos, ilustram-se abaixo as experiências dos participantes e sua relação com o SGD, como agentes e agenciados, durante o cumprimento da MSE:

*[...] A gente preenche logo no início [PIA], aí durante o acompanhamento que a gente vai mandando relatórios, a gente volta e aí preenche esse outro campo que é pra rever a meta, se é a meta continua aquela, se não continua. [...] E colocamos também um campo sobre qual é o papel de cada ator, por exemplo, o que (ininteligível), por exemplo, regularizar a documentação, o que é que o socioeducando vai fazer pra atingir aquela meta, o que a gente enquanto a equipe técnica vai fazer, o que é que o familiar vai fazer. Isso pra todos os campos, pra cursos, pra lazer, pra saúde, todos os campos a gente colocou isso. Então, o que é a função de cada um? Familiar é só apoiar? Não. O familiar tem que ir lá buscar a documentação porque o menino não vai, o da gente vai ser procurar os cursos, encaminhar, mas, cada um pra ver se fica mais claro pra ele de que o PIA é um planejamento em conjunto. (Psicóloga MSE)*

*Como posso ajudar? É. É o que eu falo a ele, não queimar [não comparecer]. Entendeu? Ontem, ele queimou, eu discuti com ele, falei com ele, expliquei. Aí eu não bati, falei com ele, porque pra achar uma coisa dessa é difícil. Então, ele tem que pegar, abraçar, ter responsabilidade. Porque na hora que eu saí, eu falei com ele, ele pegou, tava um sono, cochilou. E qual a obrigação dele? O celular dele tinha que estar na atividade. Ele pegou o celular, botou no não perturbe, quer dizer, eu ligando, ligando, ligando pra poder justamente, pra ele ir pra aula. Aí perdeu. (FS3)*

*Doutora, eu acredito que eu estou ajudando. Por quê? Toda vez que é solicitado, é tudo, é exames, é presença aqui sempre. Eu que estou aqui com ele. Atendimento, médico, tudo. Eu estou envolvido. (FS1)*

As possibilidades do trabalho em rede - incluindo também o exossistema dos socioeducandos, que impacta em suas vidas - e seus respectivos fluxos nos serviços públicos também se evidenciam no depoimento da psicóloga de referência:

*A gente tem tentado construir assim, essas redes, sabe? Os encaminhamentos pra área de saúde, por exemplo, hoje a gente tem uma parceria com a prefeitura-bairro que, por exemplo, para o alistamento militar*

*é uma coisa que a gente consegue com tranquilidade assim caminhar o jovem, orientar. A depender do bairro, a unidade de saúde da família a gente tem conseguido, algum diálogo, mas aí depende muito assim, quem é o gestor, quem é o gerente daquela unidade, aí, é um contato muito personalizado. Também, a gente conversa com a coordenadora ou com o apoiador técnico, e aí a gente vai conseguindo construir algumas redes assim. Há facilidades, né? O que seria uma potência, seria esse diálogo entre técnicos, que a gente consegue com alguns, **mas, que por outro lado, também vira um desafio porque se, por exemplo, eu saio daqui, se a psicóloga que esteja se não tiver os mesmos contatos que eu, se perde. Não fica um fluxo estabelecido que qualquer pessoa possa seguir, sabe? Isso é ruim, mas assim pelo menos a gente fica começando a conseguir.** (Psicóloga MSE)*

A fala acima coaduna com as orientações técnicas para elaboração do PIA (Brasil, 2022), já que a sensibilização às demais políticas faz parte do processo de constituição do SINASE em nível local, estadual e federal e é algo complexo pela própria ausência de reconhecimento prático do SGD na sua pluralidade, sendo compreendido por muitos como exclusivo da Assistência Social. Mesmo que a mobilização dos fluxos parta de uma iniciativa pessoal de técnicos de diferentes serviços e unidades, “devemos buscar a institucionalização das mesmas por meio de fluxos, protocolos e articulações definidas junto aos respectivos órgãos gestores para que a política permaneça a despeito da rotatividade profissional” (*Ibid*, p. 29).

Dando sequência à experiência intersetorial, a Resolução nº 03/2016 do Conselho Nacional de Educação estabeleceu uma série de proteções no âmbito escolar para adolescentes em contexto socioeducativo: garantia do acesso, matrícula a qualquer tempo, nivelamento para alunos com defasagem idade-série, não-segregação em classes separadas, atendimento aos egressos (que já cumpriram as medidas socioeducativas), entre outras prerrogativas (Brasil, 2022; 2016c).

Adiante, segue depoimento sobre a Educação, regular e profissionalizante:

*[...] a construir com as escolas também, [...] que também são um desafio assim, pra escola entender as especificidades, essa questão da distorção, né? Idade e série é sempre uma questão. Essa coisa das vezes a escola querer saber qual foi o ato infracional que o menino cometeu. Enfim, tem essas dificuldades assim pra gente construir nessa rede. [...] da escola a gente vai tentando, fazendo o que a gente chama de encaminhamento implicado, né? De não só encaminhar, falar pra pessoa procurar o serviço, orientar, mas alguns casos ir junto com a pessoa, fazer contato antes porque a gente sabe que é diferente a forma como é recebido, né? **A gente já tem um encaminhamento citando tudo que está na lei, porque, por exemplo, se o menino chega agora né? A gente já está no final do ano. Aí eles alegam que já está no final do ano. Mas, o que está na lei é que não interessa. Você tem que incluir a qualquer tempo o adolescente,***

**né? A criança, né? Na escola. Sem a documentação que é sempre uma questão que é trazida, né? De histórico escolar, enfim. A gente coloca, a gente manda esse encaminhamento, então acaba que eles acessam, mas esse acesso não necessariamente vai ser com qualidade. Sabe? Então é sempre muito com muita dificuldade na maioria das vezes, então tem tudo isso. [...] Já recebemos, mas muitas vezes ainda com essas dificuldades assim, de, às vezes a gente recebe a referência no sentido de, principalmente escola, que a gente tutele e não no sentido só de compartilhar o cuidado. Sabe? [...] na escola a gente consegue às vezes fazer encaminhamento, mas às vezes a própria escola, tudo que o menino faz, às vezes é uma questão de indisciplina ali por conta da idade mesmo e tal, mas tudo traz como que aquele menino fosse super perigoso... [...] aí chama a Ronda Escolar, chama Conselho, porque o menino está simulando que está fumando um cigarro de maconha e ainda diz que o menino está traficando na sala. Chama a Ronda Escolar. Então faz todo o movimento pra botar o menino pra fora. Então, você tem dificuldade de acessar o serviço e tem dificuldade às vezes até acessar, mas pra permanecer é uma outra dificuldade. [...] É. Porque às vezes o acesso se dá de qualquer forma, né? Assim, eles até fazem o atendimento ou botam na escola, mas não faz nenhum esforço pra que aquela pessoa se vincule [...]. Que não entendem nem bem qual é o nosso serviço, porque geralmente eles pegam o extremo, de qualquer coisa tentar expulsar o menino ou pegam o outro extremo de achar que a gente está tutelando. Então, se o menino deu um “a”, eles ligam pra gente. “CREAS, venha aqui porque o menino fez tal coisa”. Como se a gente fosse os pais e estivesse ali pra disciplinar. Quanto à profissionalização, o nosso maior empecilho é a oferta de principalmente cursos profissionalizantes, né? Assim, já foi mais difícil, a gente até tem encaminhado, tem melhorado em alguma medida. Ultimamente tem tido parceria da prefeitura com o Senac, que tem ajudado muito, mas que aí vem algumas questões, têm cursos que pedem o nível de escolaridade muito alto, pedem ensino médio, completo ou mesmo incompleto, não é o perfil, né? Dessas pessoas que a gente acompanha. Muitos assistidos mesmo tendo algum grau de escolaridade não sabem ler e escrever, por exemplo. E aí é uma dificuldade também pros cursos. Então, tem a dificuldade de ter o curso [...] e também de quem está ofertando o curso de entender as especificidades das pessoas. (Psicóloga MSE)**

Salienta-se que não compete ao Serviço de Medidas resolver as dificuldades apresentadas pela escola (violência entre alunos ou do território, greves, limitações estruturais), mas conhecê-las possibilita problematizar nos pareceres técnicos ao Sistema de Justiça às razões estruturais que comprometem o cumprimento da Medida. Antes de individualizar uma conduta, “devemos refletir sobre os aspectos estruturais das políticas públicas e como elas funcionam localmente” (Brasil, 2022, p. 32).

Abaixo, o que dizem os demais participantes sobre sua experiência:

[escola] Claro. Ajuda, sim. Tanto o colégio, como as atividades que têm lá na igreja e a atividade que ele fazia também lá na [nome da Casa Lar].(FS3)

Eu falei [sobre a MSE], quando eu ia fazer a matrícula dele. Porque no ano passado, ele estava estudando quando isso aconteceu. Só que depois que ele voltou, ele ainda pensou em voltar. “ô neguinho eu não vou mais pro

colégio, mais não? Ô [S1] *Eu também vou voltar pro colégio. E aí eu fui com eles. Fui. Cheguei lá, a professora disse: **pai, o que aconteceu? Deixe ele em casa. Não traga não. Deixe pra o próximo ano. Que é esse ano.*** (FS1)

*[...] é jovem aprendiz. A nossa carteira está assinada como auxiliar de administração. Trabalhar na área administrativa [...] A parte teórica que é Administração, direito, matemática no Parque da Cidade. A sede. Antes a gente chegou para lá, para a parte teórica. Teoria de administração, de direito, de matemática [...]. Cada um foi designado para uma secretaria. A outra secretaria é a saúde, um vai para Limpurb e para a Guarda Municipal, que é em Salvador.* (S2)

*Primeiro eu to fazendo uma teórica que é estudar e estudando tudo sobre do trabalho e depois eu vou pra prática Projeto sinaleiras – MPBA.* (S3)

*Agora eu estou conversando um pouquinho por causa do curso [Porteiro e Vigia]. O curso também ajuda. [...] O professor fala outras coisas lá. Autoconhecimento. Ajudar [...]. **Antes eu não tava nem conseguindo um diálogo, acho, antes eu ficava com medo um pouquinho, assim. Eu posso usar essa profissão para ingressar em outra.** [...] o professor lá, explicou a profissão dele, que era assim, que eu gostei, que era gestor de segurança.* (S1)

Da experiência no CREAS e entre a rede do SUAS, a normativa<sup>8</sup> enfatiza que a execução do Serviço de MSE em meio aberto deve ser realizada de forma articulada aos serviços da Proteção Social Especial como o PAEFI - serviço integrante do CREAS - e da Proteção Social Básica como o SCFV, PAIF e Acessuas Trabalho (Brasil, 2016d).

A partir das falas abaixo é possível constatar que a oferta do atendimento aos adolescentes e suas famílias pelo Serviço de MSE/CREAS acontece com bastante envolvimento, mesmo não sendo possível a sua atuação plena e articulada com as demais políticas e agentes que compõem o sistema socioeducativo:

*O Conselho Tutelar também, a gente tem conseguido, a depender do conselheiro, e sempre vai depender do território, mas com alguns a gente tem conseguido estreitar essa relação pra ajudar também na efetivação das **metas do PIA**. Do SCFV, a questão é essa assim, a gente não sabe nem o que está sendo ofertado. Como é que a gente poderia incluir esses jovens, né? O que, enfim, o que ofertar, como atermos também? Porque isso também não dá pra ser qualquer coisa e só pra constar. No CREAS, [...] a gente não tem muito apoio da Secretaria. Então, tudo que a gente fez até agora, a gente fez dois grupos. Alguns encontros, mas sempre é esforço nosso. Então, assim, a gente convida alguém de fora que não vai ser remunerado pra isso. Então, isso é um saco, né? Porque assim, a pessoa está trabalhando. Mas, com parceiros da rede mesmo, a gente faz, já chamou o pessoal do CAPS que veio falar sobre saúde mental, já chamou um colega de Alternativas Penais que veio falar sobre machismo, outra colega que é Arte Educadora que falou de racismo. Então, a gente vai*

<sup>8</sup> Resolução CNAS no 18/2014.

chamando parceiros e a gente mesmo. Então, assistimos filmes pra discutir e agora a gente tá querendo trazer esse tema novamente do machismo. (Psicóloga MSE)

[...] é um auxílio, entendeu? Porque, **no fundo o CREAS, na medida do possível, tem nos apoiado muito. Entendeu?** Até mesmo em alimentação. Até mesmo em alimentação, tem nos ajudado. E nos auxiliaram, porque alguma dúvida, quando eu tenho, eu pego, mando mensagem para a doutora. Doutora, eu estou com essa dúvida aqui. Até mesmo em questão do e-mail que a Corregedoria mandou para mim. Doutora, me mandaram e-mail aqui, querendo, autorizando ou não. O que se trata disso aí? Ela me explicou e me dava retorno. **Eu tenho aqui como um auxílio. Gosto do atendimento, sempre que me pedem para vir aqui, com ele ou sem ele, eu venho. Mas, o que é que acontece? Às vezes, até é questão de transporte. Porque eu não moro aqui, eu moro em [nome do bairro]. Então, locomoção [faz o gesto com dedos do valor do ônibus]. De ajudar, ajuda. Porque é tipo uma terapia, mas me preocupa. Por quê? Porque é em questão da mente. Porque ele tem sentido muita dor de cabeça. Ele sentiu muita dor de cabeça, falta de sono. Só que ele está tomando remédio.** (FS1)

Porque a técnica MSE ligou pro pai e falou a ele que ele tem que dar atenção pro filho dele. Que o filho não é só meu, é dele também. Aí, uma vez só [que ambos se viram]. Dezembro. Foi em dezembro. Foi. Ele foi, levou [Shopping]. Vai fazer um ano. Vai fazer um ano agora em dezembro. Eu acho, porque assim, (S2) vem [para o CREAS], ele conversa muito com a técnica MSE, ela aconselha bastante. Então, é uma coisa assim, porque os nossos filhos, eles não se abrem com a gente de casa. Já teve situações que ele se abriu com ela, e depois ela me passou, e ele nunca me falou sobre isso. Então, eu achei que é uma coisa bastante interessante. Até mesmo na questão da indicação que eles deram. **Porque eu já procuro um estágio pra [S2] há muito tempo, e eu nunca consegui. E aqui, pelo CREAS, graças a Deus eles conseguiram estar encaixando ele no mercado de trabalho. Então, foi uma coisa muito que eu achei interessante. Como serviu pra mim, eu creio que pra outra mãe também, que tá nessa mesma situação, nesse mesmo caso, é algo que resolve, que ajuda. Como ela me disse também, que ela ia me ajudar pra me inscrever na Bolsa Família [...]. Ajuda sim, né? Pra que ele cresça, ou seja, homens e mulheres de bem, que eles tenham uma profissão. É, porque sem escola, sem estudo, que profissão ele vai ter?** (FS2)

A única pessoa que me ajudou que me dá apoio e tudo, que me ajudou quando eu tava precisando [período da infração], foi [nome da Conselheira] do Conselho Tutelar de [nome do bairro]. Gente boa ela. [...] É, gente boa ela. Foi ela que me encaminhou tudo, eu que fiz a queixa, me encaminhou, ela vinha até aí, na minha casa, vinha me visitar, a gente. Do CREAS não tenho o que falar. Porque a prefeitura ainda ajuda, dá a cesta básica pra gente, faz tudo, entendeu? Não tem o que falar. Não tenho o que dizer. O que eu quero, simplesmente, só queria ter a minha casa. Queria ter minha casa, né? Que a gente não tem. Aí fica no lugar de um, de outro. Aluguel. Sabe como que é aluguel. Eu quero um futuro pra ele, né? É que ele vai ser alistado, né? Dezesete, sete meses é o alistamento. E quando ele tiver com dezoito anos, eu quero botar ele em autoescola. Aprender a dirigir. Mas, depois ele procurar uma coisa melhor. A gente que é pai, a gente que é pai e mãe a gente quer o melhor pro nosso filho. A gente, como dizia, a gente cria filho, mas não cria natureza. A gente faz de tudo pra poder ele crescer na vida. (FS3)

Das possibilidades junto ao SUS, frequentemente o acesso a esta política de saúde pelo público da socioeducação é pensado apenas para o meio fechado, mas,

é importante que o meio aberto também seja visibilizado nas estratégias de Saúde da Família e nos planos municipais e estaduais de atendimento socioeducativo e de saúde voltados para adolescentes e jovens. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI)<sup>9</sup> prevê ações de saúde para ambos os públicos (do meio fechado e do aberto), com suas devidas especificidades (Brasil, 2022; 2016d).

Abaixo, depoimentos sobre o acesso a esta política:

*O CAPS, por exemplo, aqui em Salvador a gente sabe que é uma dificuldade [...] ainda mais se for adolescente, né? Porque a gente só tem dois CAPS, infantil é uma dificuldade ter acesso [...] a gente tem vários meninos que precisariam de acompanhamento clínico, psicológico, por exemplo, que é um degrau, que a gente não tem. A gente tem as faculdades que ofertam algum serviço, mas que tem a questão da descontinuidade, tem várias questões, né? E a gente não consegue acessar. A gente tenta fazer esse contato [...] CAPS, tenta compartilhar o cuidado antes, se for o caso, discutir o caso antes, em alguns casos a gente vai junto com a família lá pro primeiro atendimento, pra estar mais perto assim, alguns casos de emergência psiquiátrica, por exemplo, a gente já foi no PA [Pronto Atendimento] psiquiátrico junto com o jovem e a família. Então, a gente vai tentando fazer isso o mais próximo possível. Sabe? Conversando antes, dialogando antes com a equipe, não só mandando a pessoa, para a gente tentar que tenha mais chances assim dos jovens vincular e dele acessar. [...] tem uns que não vão conseguir nem acessar o serviço, por exemplo, recentemente a gente encaminhou pro CAPS e o CAPS disse que tem que chegar lá antes de oito da manhã, porque só são três acolhimentos no dia. O CAPS de [nome do bairro]. E aí, o jovem não quis ir. Ele disse que não vai ficar lá esperando sem saber se vai ser atendido, enfim. Então, tem essa dificuldade de acesso, tem outros casos que chegam e não permanecem por outros motivos. (Psicóloga MSE)*

*[...] ele ainda vai passar pelo neuro. E ele vai passar pelo neuro. Um laudo, né? É, precisa de laudo, precisa de tudo isso [...]. Olha, eu tenho corrido atrás, em muitas coisas. Porque, em questão dele mesmo, exames e tudo que a médica tinha passado. Até mesmo para poder ver se conseguia o Neuro uma coisa vez, assim, para poder a gente ter certeza como é que está realmente a saúde dele. Porque um tiro ele tomou no rosto. Foi um tiro aqui [aponta para a região da têmpora], doutora. Não, o posto, ele já passou a ser acompanhado. É. Agora, vai haver a questão do neuro. Então, a doutora está vendo aí, para ver se no [nome do Hospital] vai atender ele, para poder passar para o neuro. Porque, quando tiraram ele de lá, tiraram ele, ele acordou do coma. Pegaram ele, e naquele dia, foi transferido para o juizado. Nesse dia, eu não fui. Quem foi, foi a mãe. Então, não deram nada pra ele de alta, papel do hospital, relatório. Nada disso. Então, a gente ficou voando. Não passou uma receita, não passou.. Ficou uma coisa tipo assim, vai lá, vai embora. Então, por conta da pressão policial. Porque os policiais, até, pressionavam lá. [...] Eu consegui vaga porque minha irmã morava lá. [acesso ao CAPS em São Sebastião do Passé, BA, outro município]. (FS1)*

<sup>9</sup> Portaria Nº 1.082, de 23 de maio de 2014, do Ministério da Saúde. Essa portaria redefine as diretrizes da política para a atenção integral à saúde de adolescentes em conflito com a lei, abrangendo o regime de internação, internação provisória, semiliberdade e também o cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

As vacinas deles [...] tá tudo em dia, as vacinas deles. Só o posto médico, mas tem vezes que, como agora mesmo, eu fui levar pra poder ter, levar meu filho, meu filho pra fazer exame, **não tem pediatra. Não tem lá no posto. Não tem. Eu acho assim, que era pra ter. Se tinha um pediatra, saiu e não retornou mais. Não tem pediatra lá. Eu faço, agora mesmo eu tenho que fazer de novo. Urologista. É, eu vou ter que fazer agora. Eu já fiz já três vezes. Fiz PSA, mas não deu nada. Entendeu? Aí agora eu to com a receita pra começar a fazer agora.** (FS3)

[...] sou acompanhado pelo menos três vezes ao ano. No clínico, que tem um posto de saúde, aí tem o clínico. Aí eu faço exame [nome do Posto]. (S2)

[...] vou no posto Saúde, mas nem tanto [...] posto do fim de linha [...] mas pra pesar, tomar vacina. **O negócio do Bolsa Família.** (S3)

Da relação com o sistema de Justiça:

[...] **É sempre uma cobrança pra Assistência. É como se Assistência pudesse dar conta de tudo. Que não vai, porque é isso. Se tivesse uma cobrança de estabelecer fluxos, sabe assim?** “Eu já tenho fluxo com a saúde. Vai ser dessa forma. Eu já tenho fluxo com educação, vai ser dessa forma”. Eu não precisaria toda vez estar reinventando a roda, toda vez estar que pedindo contato, por favor, com jeitinho, não. Eu já tenho fluxo desenhado, eu ia pedir o fluxo e as coisas iriam funcionar, **se a justiça tivesse ali cobrando, as coisas tendem a funcionar melhor.** [...] **Muito mais do que quando a gente fica tensionando pra escola que ela tem que aceitar, quando vem a ordem da juíza é diferente, né? Pros cursos profissionais, principalmente, enfim, pra tudo. Então, seria muito mais fácil e não é, a cobrança é sempre assim “E vocês cobraram no CAPS? E vocês cobraram da Unidade Básica? E vocês cobraram de tal lugar?”** (refere-se a cobranças da justiça). E se não cobrou ou se não deu certo, o erro é nosso. **Isso de ser cobrada nas audiências assim, as servidoras tem ido e tem dito que tem sido momentos tensos assim, com a juíza pressionando mesmo, “A responsabilidade sua, se vire e faça acontecer”.** É puxado. (Psicóloga MSE)

Entre as relações institucionais necessárias do órgão gestor com implementação de fluxos destaca-se a relação com o Sistema de Justiça, em especial com os envolvidos com o processo judicial que aplica a MSE: juízes, promotores e defensores públicos. Os documentos técnicos produzidos pelo SUAS são utilizados pelo Sistema de Justiça para subsidiar decisões que definem a vida dos adolescentes. Tensões entre os ‘setores’ que constituem o Sistema de Garantia de Direitos são comuns e fazem parte do cotidiano profissional, ainda que as assimetrias de poder dificultem o diálogo (Brasil, 2016d; 2022).

Destaca-se que o acompanhamento socioeducativo em meio aberto não é exclusivo do SUAS, ainda que este seja protagonista na condução do processo pedagógico. O desafio de articular políticas públicas é observado em todos os campos na área dos direitos humanos e sociais.

Sabemos que o público da socioeducação pode sofrer limitações de acesso por questões relacionadas ao estigma e preconceitos, assim, não é incomum receber relatos de municípios que afirmam que outras políticas públicas se recusam a receber adolescentes para o cumprimento da MSE ou mesmo para atendimentos rotineiros (Brasil, 2022).

Vemos até aqui o lugar na MSE do princípio da individualização (Lei do SINASE, Art. 35, princípio VI), que considera a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente como fundamentais para que o mesmo seja avaliado de forma singular, levando em conta suas potencialidades, limitações e contexto de vida. É uma referência jurídica para que a medida aplicada seja justa e adequada à sua situação (Brasil, 2012b). Só que, a intersectorialidade, na prática do acompanhamento da execução do PIA, se confronta com obstáculos próprios da ausência ou precariedade dos programas e das políticas locais (as relações institucionais, as precariedades da rede de serviços, ingerência pública), e também, daquilo que é singular: o modo de ser de cada adolescente, suas histórias, desejos e dificuldades de ruptura com estilos de vida, principalmente a estigmatização que carrega após a imputação do ato infracional.

Importante frisar que, muitas vezes, o adolescente desconhece o acesso aos serviços públicos, ou não foi acolhido em alguns deles, ou, ainda, teve algum conflito local ou tem restrição de mobilidade devido a violência urbana (CFP, 2021; Lazzarotto, 2016). A sua inserção e adaptação em novos grupos e instituições, mesmo tendo em vista a individualização da MSE, colidem com esta expectativa do seu cumprimento e exige tempo de vinculação, rede de apoio, referenciamento e eficiência nos serviços. Esta cadeia de necessidades vai exigir muito de todas as políticas envolvidas para o alcance da cidadania e dignidade humana dos participantes, já que, em suma, o conjunto de iniciativas para o cumprimento da Liberdade Assistida envolve,

(...) de um lado, a reunião de recursos sociais e institucionais – ao qual o adolescente tem ou não acesso e, de outro, a atenção aos modos como o adolescente aproxima-se e relaciona-se com esses recursos (CFP, 2021a, p. 69).

O SUAS na personificação do Serviço de MSE do CREAS assume a linha de frente da execução municipal da MSE. Portanto, conforme já discutido, precisa da costura setorial das políticas públicas, para que ações pragmáticas do SGD sejam

reais e profícuas na vida dos adolescentes, e o rastro da exclusão, vulnerabilidades relacionais e o risco da violência letal sejam mitigados neste público que tem gênero, raça/cor e classe específica - marcadores alvo das violências institucionais já conhecidas.

Na subcategoria a seguir esta problematização terá como enfoque a complexidade da proteção social integral e a sustentabilidade da Assistência Social diante do desenho do SGD feito pelos próprios participantes.

#### 5.1.3.2 Subcategoria 2: *“Uma andorinha não faz verão”*: o coletivo de saberes para fazeres mais equânimes na Assistência Social

A tecelagem entre as categorias até então foi uma costura com linhas de diferentes espessuras para sustentar teoricamente a complexidade dos conteúdos e fenômenos trazidos pelos participantes. Nesta subcategoria faremos um esforço para tecer a respeito da incumbência da Assistência Social no trabalho com a socioeducação e seus recortes da rede intersetorial, bem como o esforço em alinhavá-la.

Temos que o fenômeno da violação de direitos acompanha estes adolescentes e suas famílias a cada dia, representando o ato infracional um marco que agudizou ainda mais a situação de risco na vida destes adolescentes, por isso, lançamos mão da interseccionalidade “para entender a vida e o comportamento humano enraizados nas experiências e lutas de pessoas privadas de direitos” (Collins; Bilge, 2020, p. 57). Estas autoras reforçam a importância da interseccionalidade como forma de investigação crítica para estudar uma variedade de fenômenos sociais como *ferramenta analítica*, considerando que a justiça social é ilusória em sociedades desiguais, nas quais as regras parecem justas, mas são aplicadas de maneira diferenciada por meio de práticas discriminatórias, como é o caso da democracia racial no Brasil.

Assim, temos que os serviços do SUAS, especificamente a execução das MSEs no município, lidam com a discriminação por raça, classe, gênero de forma latente e manifesta - e infelizmente sem fluxos efetivos no SGD para intervenções a

longo prazo - pois esses marcadores são muito mais aprofundados quando as pessoas são vulnerabilizadas pelo próprio Estado, quando são negligenciados os direitos sociais mais básicos para a cidadania e a dignidade humana.

***Eu acho que todas elas [refere-se às políticas] precisariam estar integradas pra gente de fato conseguir fazer o trabalho como é preconizado assim, né? Pela lei. Todas essas políticas. Fora essas principais, eu não consigo pensar em outras não. Mas, acho que essas principais precisariam estar bem articuladas pra gente conseguir.*** [Exemplifica um caso e conclui]: *Porque assim, é um caso que você vê que desde o início estava errado e assim, o Estado alcança pra punir, pra Medida. Mas, ele é uma criança que já associa violência enquanto criança. Tanto violência doméstica quanto violência sexual. E aí ele ficava fugindo de casa. O Conselho Tutelar pegava ele, levava pra casa de novo e a resposta que o estado deu foi: "Vamos mandar pro psiquiatra pra medicalizar". Então desde criança ele é medicalizado, com diagnóstico de retardo mental e eu tenho certeza que ele não tem, mas desde os oito, nove anos eles só renova a receita. Ele não é avaliado pelo psiquiatra e toma várias medicações só de renovação de receita. E hoje com dezoito anos ele chega ainda nesse contexto, sabe? E o estado alcança ele mesmo pra punir na Medida Socioeducativa. Isso é mesmo um caso pra você vê assim o quanto que é complexo e o quanto que é a Medida por si só não vai responder, mas que por outro lado a gente pode usar a Medida também como um espaço de cuidado, né? Já que ele chega pra gente por conta da Medida. Enquanto equipe a gente pode não ficar na lógica da punição e tentar ofertar um cuidado, que é o que a gente tem tentado, mas que aí vem a questão da articulação de rede, a gente não consegue o acompanhamento no CAPS, agora que ele já tem dezoito, quer dizer, consegue, mas tem que chegar tal horário, tem que estar lá tal dia, né? Exigido certo grau de organização da pessoa, que às vezes a pessoa não consegue, enfim. Então, tem várias questões assim que é difícil. **[Defesa de Direitos]:** A gente sabe o fluxo, principalmente quando é com a Defensoria Pública e o Ministério Público. A gente sabe qual o fluxo deles pra atendimento, principalmente nos casos de racismo, de violência policial, dessas violências que é o que a gente mais acompanha, de machismo também muitos casos, **mas a gente sabe como é que funciona, sabe que existe, sabe o fluxo, mas os jovens poucos acessam, pelo medo mesmo das retaliações, até porque geralmente é sobre violência que eles sofrem, são cometidos muito por agentes do estado, pela polícia, então a gente teve até um caso recente assim de uma jovem que tinha acabado de concluir a PSC [Prestação de Serviço a Comunidade], e concluiu super bem inclusive, e logo depois a polícia entrou na casa dela, ameaçou estuprá-la, sofreu toda a violência física, de gênero, e ela não quis denunciar, mesmo a gente apresentando quais seriam os caminhos, né? O que a defensoria oferece, o que o Ministério Público oferta, mas ela não quis porque ela vai voltar pra casa dela e ela sabe das retaliações, então, a gente sabe que existe e consegue apresentar, mas poucos acessam. Poucos jovens costumam acessar. [...]** **Já tivemos tanto morto quanto ameaçado pela polícia e depois assassinados [socioeducandos].** (Psicóloga MSE)*

*Eu tenho familiares. É policial. Então, eu tinha um conceito em questão à polícia. Mas, hoje sinceramente, acabaram com esse conceito comigo. Acabaram. Como eu falei lá na corregedoria. **Corregedoria? Não. Acho que foi. Eu que denunciei isso.** Me mandaram até um e-mail mês passado. É pra poder ver se eu queria levar adiante. **Porque eu fiz carta denúncia e tudo mais. Fazendo uma denúncia. Aí, mas depois, eu retirei. Porque, como eu falei [S1] não é filho de um juiz. Não é filho de um advogado. Entendeu? Eles têm endereços nossos. Eles têm nossa***

**identidade. Eles têm vídeo de [S1]. Porque lá no Roberto Santos, a gente só entrava todo dia, na hora da visita, entrava e eles via, ó tirava a xerox do nosso documento. O comprovante de residência. Então, no dia da briga minha com esse cidadão, que eu falei pra senhora. Eu disse, eu não tô saindo não. Tá tudo meu aí. Tá endereço. Tá meu nome. Tá tudo aí. Agora não seja covarde não, eu quero ver eu morrer. Venha pela frente eu quero ter o prazer de ver eu morrer. Aí eu resolvi deixar quieto, por causa deles. (SF1)**

**Acho que minha mãe que fez [denuncia violência policial], no Ministério público. Mas aí, coisou, aquela coisa não foi mais. Ela falou, deixa para lá pra que vai ficar cutucando uma coisa que o Estado, não tem como acusar o estado. (S1)**

Os depoimentos acima são a prova de que:

a abolição do tráfico de escravos e descolonização não libertou completamente o povo africano em todas as partes onde eles são encontrados. Cadeias, prisões e projetos de alojamentos incrementados com grande rapidez são feitos não somente para controlar seus movimentos, mas para mantê-los fora das bibliotecas naturais, escolas e empregos (Bunseki Fu-Kiau<sup>10</sup>, 1991, p. 111, in Akotirene, 2023, p. 23).

Akotirene, em sua mais recente obra (ano), revisita autores que tratam sobre a imunidade policial para estas situações de violência discriminada pelo gênero, cor e classe. Relembra a Chacina do Cabula, ocorrida em Salvador há dez anos, na qual uma ação policial macabra neste bairro matou 12 jovens negros e o então governador Rui Costa (PT) declarou que a ação foi fruto da jogada “de um artilheiro em frente ao gol”. Im(p)unidade destes PMs trata-se

de cooperações, parcerias ou colaborações entre sistemas não destinados à proteção secundária, mesmo havendo no sistema jurídico a eleição das condutas homicidas dos policiais, cujas repercussões atravessam a esfera civil, administrativa e criminal. (Akotirene, 2023, p. 161).

Este cenário atravança o exercício da garantia do direito pela Assistência Social, pois diante dos relatos acima, a prerrogativa de que nenhuma política ou instituição consegue responder sozinha pela proteção social ganha ainda mais relevância e urgência diante da cultura histórica do desenvolvimento de ações políticas compartimentadas (CFP, 2021a). Podemos recorrer analogamente ao conceito de complexidade, o qual Morin grifa que “é uma palavra-problema e não uma palavra-solução” (2005, p. 6). Quando o autor ensina que o pensamento simplificador se baseia no predomínio das operações lógicas de disjunção e redução, que são mutiladoras, ao passo que “os princípios do pensamento complexo

<sup>10</sup> Bunseki Fu-Kiau, Self Healing Power and Therapy, 1991, p. 111.

são necessariamente princípios de disjunção, de conjunção e de implicação” (*ibid*, p. 77), podemos arriscar que os órgãos do SGD têm feito da intersectorialidade, na prática, intervenções compartimentadas e disjuntas; enquanto o necessário, quando se trata de vidas humanas com a dignidade ameaçada, seria o fluxo da disjunção, conjunção de saberes e implicação prática e ética da ação socioeducativa qualificada.

Em análise a este contexto, ainda assim, a participante avalia as possibilidades em que conseguem intervir, enquanto equipe do serviço:

*Eu acho que assim, poderia ser muito melhor, mas mesmo com pouco alguma coisa a gente consegue fazer, mas que precisa melhorar muito, mas eu acho que assim a gente tem alguns algumas vários casos aí que foi importante pra a família, que a família conseguiu se organizar, conseguiu acessar, por exemplo, uma Bolsa Família, ter alguma segurança de renda, cursos profissionalizantes, os cursos que tiveram agora da parceria com o SENAC por exemplo, a gente conseguiu encaminhar mães de socioeducandos. [...] Uma mãe conseguiu trabalhar como freelancer. Tá na promessa aí de assinar a carteira, mas enquanto isso ela tá conseguindo trabalhar, trabalhos avulsos, assim como segurança, pelo curso. [...] De porteiro e vigia. E aí ela conseguiu, sabe? Que ainda é pouco, mas a gente tem conseguido. Tem o momento de vida também, né? Várias outras coisas assim, mas eu acho que mesmo com pouco, por isso eu acho, por isso que eu acredito que dá fazer muito mais, porque com o pouco que se faz já se vê resultado. A gente já pegou famílias aqui com problemas muito em situação de vulnerabilidade muito crítica, sem conseguir acessar nada. Tanto de saúde, quanto de tudo, assim, que conseguiram se organizar minimamente e que hoje consegue, as crianças conseguiram voltar pra escola, a mãe conseguiu não conseguiu um trabalho formal de carteira assinada, como a gente imaginasse, como a gente deseja, mas minimamente conseguiu se organizar. (Psicóloga MSE)*

Ao longo destas páginas vimos os atravessamentos em todos os níveis bioecológicos dos contextos do desenvolvimento em que vivem os socioeducandos, as situações de perigo e risco, ameaça, acesso e permanência de forma parcial ou insuficiente aos serviços públicos, o que gera impacto importante no engajamento das relações e no desenvolvimento humano. Destaque para o acesso à profissionalização, (*in*)felizmente através da MSE, que denota alguma importância para a emancipação pessoal dos adolescentes, segundo as narrativas, em comparação ao acesso à educação regular e à saúde. Vemos que a oferta dos referidos cursos foi resultado de uma parceria da Assistência Social com órgãos do Sistema, como o MP-BA, demonstrando que quando a ação intersectorial acontece é possível qualificar o acompanhamento da MSE.

O grifo supramencionado *'(in)felizmente'*, conforme já relatado por participantes em capítulo anterior, reforça a frustração vivida com a experiência do racismo reiterado que tem início desde o período abolicionista, em que a estratégia política de mestiçagem da população brasileira via no contingente de libertos um entrave ao desenvolvimento nacional, que por sua vez, perpetuou-os nos estratos subalternos da sociedade (Akotirene, 2019; Theodoro, 2008) e perdura até os dias atuais, localizando os seus descendentes também nas periferias da cidade em condição de pobreza criminalizada, pelo território que vivem, pelo fenótipo que carregam e sobrevivendo sem cidadania. O acesso a um curso profissionalizante depois de todo o histórico de violação à dignidade humana é uma 'dose de ataque' num corpo social doente, mas que precisa sobreviver e resistir.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A República Federativa do Brasil, [...] constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:*

*I – a soberania;*

*II – a cidadania;*

*III – a dignidade da pessoa humana; [...]" (Brasil, 2016b, art. 1º, III)*

Este estudo, apesar de complexo e abrangente, representa uma arregimentação teórica e analítica que persistiu incansavelmente em nomear e contrastar qualitativamente o núcleo da problemática pesquisada e os fenômenos que gravitam em torno dela, por isto, coaduna com a área de concentração Relações Étnicas, Gênero e Sociedade do Programa de Pós Graduação e com a linha 2 de pesquisa, à qual se filia, a saber: Etnias, Gênero e Diversidade Sexual.

Ao longo de toda a construção desta dissertação a consistência da pesquisa deu-se por uma espécie de 'alteridade teórica', que amplificou a compreensão interseccional e sistêmica da experiência humana da exclusão, discriminação, negação de direitos e a conseqüente desolação subjetiva dos participantes. As teorias aqui trabalhadas foram equivalentes entre si e potencializaram a análise de processos sociais tão complexos e fatalmente coincidentes. Como ferramentas metodológicas, possibilitou visualizar, unificar, discernir a constituição das diferenças de classe, raça e gênero, que ameaçam os contextos de desenvolvimento dos adolescentes e seus familiares participantes do estudo.

Nesta instância, a pesquisa perseguiu respostas que pudessem entender o encaixe de três peças de formatos distintos: desenvolvimento humano em vulnerabilidade social. Admite-se que a preposição **em** foi a peça que instou a construção deste estudo, porque nesta concordância gera pobreza, mortes, traumas e representou o sofrimento ético político do viver dos participantes com a dignidade e cidadania ameaçadas.

As Pessoas, pelo entendimento da TBDH, desenvolvem-se em função do Processo, formas particulares de interação entre o organismo e o ambiente. Estas particularidades no todo social, a partir das narrativas, demonstraram como múltiplas

categorias sociais e fatores contextuais se entrelaçam para configurar esta experiência em desenvolvimento humano.

Do jovem S1 e seu entorno, destacam-se dos resultados do seu sistema relacional humano sob as perspectivas bioecológica e interseccional, uma articulação complexa entre os fatores biopsicológicos individuais — como as sequelas físicas resultantes da violência policial (uma aparente alteração na sustentação do seu engajamento com as atividades e interações esperadas nos mesossistemas) — e dimensões sociais estruturais, que incluem raça (negro), condição socioeconômica (periferia, estudante de escola pública) e as experiências de estigma e violência policial, que integram um contexto de desenvolvimento humano em vulnerabilidade social. Esses fatores interagem de forma dinâmica e interdependente, configurando um contexto imbricado de vulnerabilidade e ameaça de vida que afeta o seu desenvolvimento biopsicossocial.

Da perspectiva bioecológica, esse cenário é atravessado por sistemas ambientais — microssistemas familiares e comunitários, exossistemas institucionais e o macrossistema cultural e político — que juntos modulam as oportunidades e os riscos enfrentados por S1. O impacto do racismo estrutural e do legado colonial, manifestados na violência institucional e nas políticas públicas fragmentadas, ecoa nesses sistemas, comprometendo a integridade física, psicológica e social do jovem. S1 urge por atendimento nas políticas de Saúde, as quais estão completamente desarticuladas na rede do SUS: teve alta de um serviço de atenção terciária, após cirurgias e internamento em UTI, com demandas diversas de reabilitação e sequer foi encaminhado para a rede de atenção secundária ou primária; o Estado se faz presente através da punição do ato infracional, condicionando a sua idoneidade legal à MSE. Seu percurso nesta trajetória após acordar de um coma é o suporte do SUAS, que o acompanha com afinco, porém, também, tem as suas limitações com a intersectorialidade em disjunção: sem respaldo da defesa do direito à sua integridade (declina da denúncia feita à Corregedoria de Polícia acerca da violência institucional); sem o atendimento prioritário na Saúde conforme prevê o PNAISAIRI; sem o direito ao retorno à educação devido ao período em que tentou a matrícula, tendo o seu acesso negado; sem segurança, lazer e coleta de lixo adequada no bairro em que mora; com restrição de mobilidade urbana devido às abordagens policiais e por sequelas físicas. Acrescenta-se o adoecimento mental de demais membros da

família, também sem assistência na cidade. Saltou aos olhos a condição biopsicossocial do participante e seu familiar, confirmando os diversos contextos de desenvolvimento humano em seu entorno como sendo comprometidos pela vulnerabilidade social, respondendo peremptoriamente ao problema da pesquisa.

Evidenciado também com S2 e familiar, que são pretos/as retintos/as, que a violência institucional, a discriminação e os riscos sociais afetam de sobremaneira e de forma interligada ambas as trajetórias, espelhando-se, neste sentido, com a experiência de S1 - cujos contextos de desenvolvimento pessoais e sociais se entrelaçam e reforçam desigualdades. As características pessoais vinculadas à 'demanda' de S2, (traços de gênero e etnia), conforme a TBDH, podem interferir no presente e no futuro nos contextos do seu desenvolvimento, o que pode ser uma ressonância da interseccionalidade destas características pessoais — gênero, etnia e classe social — influenciando suas experiências e requerem uma atenção específica à recorrência de discriminações e ameaças no seu cotidiano, impactando em seu desenvolvimento biopsicossocial e o seu trânsito livre na cidade. A distância paterna, agravada por questões territoriais e de facção, e as condições socioeconômicas da família geram limitações tanto na mobilidade física quanto nas possibilidades de acesso a espaços culturais e de lazer, demonstrando como as dimensões sociais e culturais entrelaçam-se e comprometem os contextos do desenvolvimento humano, pelo não acesso a direitos por S2, e o pleno desenvolvimento na adolescência. O seu exo e macrossistema, que englobam contextos institucionais, políticas públicas e normas culturais, moldam as oportunidades e riscos no percurso do jovem, evidenciando o impacto das políticas sociais insuficientes, da violência estrutural e das desigualdades históricas. A Lei da Aprendizagem, por exemplo, representa um avanço em política pública, a qual conseguiu acessar, tendo a sua implementação em contexto adverso, marcado por processos 'socioeducativos' que, na realidade, foram traumáticos e afetaram o seu psicológico. A condição multifacetada nos sistemas vividos provoca ações intersetoriais para que o adolescente seja de fato considerado e tratado em condição peculiar de desenvolvimento, para mitigar abordagens violentas e o racismo estrutural e institucional. Apesar deste subsistema familiar referir bom relacionamento comunitário e ambos estarem no mercado de trabalho, há demandas de saúde mental para os dois, sem acesso no SUS; defasagem idade/série na escola de S2; e o fato de serem alvo de violência policial pela classe social,

território e principalmente pela cor/raça. Assim, esta coleção de elementos ou Processos perfazem contextos de desenvolvimento humano vulneráveis, respondendo aos objetivos da pesquisa e confirmando a hipótese de que, ser preto, periférico e do sexo masculino é desenvolver-se em risco, respondendo ao problema de pesquisa.

S3, assim como os demais, evidenciou a influência conjunta dos sistemas ambientais e das múltiplas desigualdades sociais no seu desenvolvimento humano. A ruptura familiar precoce e a exposição a ambientes disfuncionais na primeira infância compõem o seu microsistema inicial, marcado por situações de risco, como violência, privação alimentar, consumo de drogas e visualizações de cenas de sexo protagonizadas por adultos, cujos comportamentos são internalizados pelas crianças, influenciando seu percurso desenvolvimental. Na visão bioecológica, essa instabilidade familiar e social configura um sistema caótico, caracterizado por imprevisibilidade e alta estimulação negativa, que impacta os processos proximais essenciais para a saúde dos contextos do desenvolvimento humano. A intervenção do Conselho Tutelar, a institucionalização temporária e o subsequente acompanhamento mesossistêmico representam tentativas de reorganização da rede de suporte, embora a condição socioeconômica precária e a fragmentação das políticas públicas mantenham limitações significativas para a superação da sua vulnerabilidade social.

Integra-se a isso a leitura interseccional, que aponta como a vulnerabilidade de S3 é atravessada por marcadores de gênero, raça, classe e território, os quais ampliam os riscos sociais e limitam a eficácia das respostas institucionais. O acesso condicionado às políticas públicas de educação e saúde para a manutenção dos benefícios sociais, a segregação social, a insegurança habitacional e a violência perpassam seus exossistemas e macrossistemas, refletindo desigualdades estruturais que moldam adversidades cotidianas e dificultam a construção de trajetórias de vida mais estáveis e protegidas. Apesar disso, S3 demonstra resiliência e capacidade de apropriação dos recursos pessoais e sociais disponíveis, como a profissionalização pelo Programa Sinaleiras, indicando possibilidades de superação dentro da complexidade ambiental. Os resultados ressaltam a

necessidade urgente de políticas públicas integradas e sensíveis às múltiplas dimensões da vulnerabilidade dos contextos de desenvolvimento aos quais está exposto, para promover o desenvolvimento humano seguro com justiça social nos ambientes que conviveu e convive, marcados pela exclusão estrutural. A conjuntura nos aponta que S2 e FS2, apesar da medida protetiva em curso, têm contextos de desenvolvimento frágeis do ponto vista da cidadania, pois a vida social do adolescente ainda está vinculada às atividades culturais do abrigo que fez parte e na vida escolar, apresenta defasagem idade/série; ele e seu familiar vivenciam precariedade de acesso à moradia; restrição de mobilidade urbana, devido aos territórios faccionados;; e dependência de benefícios sociais, sinalizando que a transição da violação de direitos a que foi exposto no passado foi contornada dando-lhe dignidade, no entanto, há um longo percurso de acesso às políticas públicas básicas de prevenção a novas violação de direitos, que começa pelo engajamento das relações proximais nos mesossistemas que integram a rede de garantia de direitos. Também aponta que possui desafios em seu ciclo vital diante da vulnerabilidade passada e presente.

Importante salientar que, nos três casos, em se tratando da dimensão *Tempo*, a problematização do lapso de tempo entre a imputação do ato infracional, a aplicação da MSE e o início do cumprimento da mesma aponta para os socioeducandos uma alteração no engajamento com este mesossistema e na compreensão da proposta socioeducativa e produz um espaço propício à reabilitação sem eficácia socioeducativa.

Sobre a intersetorialidade, o ponto nevrálgico da problemática apontada com as dificuldades de funcionamento para a qualificação da proposta socioeducativa no interior do SGD, uma possibilidade para a efetivação dos fluxos para o público da socioeducação seria a implementação de equipes de referência na gestão ou nos equipamentos centrais das demais políticas do SGD, suplementando formalmente a execução da MSE pelo SUAS.

Como limitações desta dissertação, o estudo apresentou uma amostra de participantes reduzida. O fato de não ter em seu escopo participantes reincidentes

ao ato infracional ou egressos do meio fechado apresentou menos dados sobre o *modus operandis* do sistema de justiça racista e as tramas usuais da segurança pública, com perseguições e torturas ainda mais incisivas em relação às narradas neste trabalho.

Também se destaca a ausência de perguntas no instrumento sobre a representação da droga para estes adolescentes e sobre o exercício da sexualidade, contudo, por não se tratar de um estudo bioecológico em si, seria preciso mais encontros para aprofundar nestas questões. O termo “amizade” em uma das perguntas comprometeu as respostas, pois, por ser difundido na mídia policialesca, o termo é interpretado como possíveis vínculos perigosos com quem pratica atos ilegais.

Uma limitação a ser corrigida nas próximas pesquisas de campo no SUAS é a materialidade de dados quali/quantitativos sobre recursos humanos, capacidade operacional/demanda de trabalho e estrutura do equipamento (CREAS), que refletem na qualificação do serviço e servem para retratar as necessidades de investimento do serviço público pesquisado, já que a Assistência Social é uma política essencial em um país com tantas assimetrias socioeconômicas.

Por fim e não menos importante, a pesquisa foi prejudicada no que se refere à ausência de dados qualitativos do sistema socioeducativo em meio aberto; informações sobre cor, raça, capacidade, identidade de gênero não foram encontrados nas bases de dados oficiais nas três esferas de governo, diferente do meio fechado, que possui portal próprio com dados em diversas categorias e infográficos. Já entre os dados quantitativos, em âmbito local, seria importante para a análise enumerar a quantidade de socioeducandos por bairro ou CREAS, quantitativo de medidas extintas e o motivo, para munir os gestores/as das políticas públicas acerca das demandas do acompanhamento psicossocial e favorecer a visibilidade a este público, considerando que é público prioritário no SGD, como já mencionado anteriormente.

Chegamos às linhas finais deste estudo fazendo uma nota de observação, ancorada nos dizeres de Collins e Bilge (2020) sobre as pessoas usarem a interseccionalidade como ferramenta de modo a pensar resolução de problemas que elas próprias ou gente próxima a elas têm de enfrentar. O problema da presente pesquisa poderia contrariar as expectativas se, em vez do objeto desenvolvimento humano em vulnerabilidade social, tivéssemos novas pesquisas com o desenvolvimento humano sem vulnerabilidade social, com encaixes políticos estratégicos e respeitosos à dignidade humana e à cidadania. Abriram-se aqui questões para estudos futuros. Resta o convite às pessoas inquietas sobre a temática: vamos continuar aguerridas na luta em pesquisas e ações que alcancem o direito básico e universal – a dignidade humana?

## REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, Rosário. *Famílias como prestadoras de cuidados*. Montevidéo: Uruguai, 2007. Disponível em: <https://www.scba.gov.ar/includes/descarga.asp?id=16988&n=AGUIRRE-Cuidado+y+diamante+de+bienestar.pdf>. Acesso em: 12 jun 2025.
- AKOTIRENE, Carla. *É fragrante fojado dôtor vossa excelência* [recurso eletrônico]: audiências de custódia, africanidades e encarceramento em massa no Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. Recurso digital. Formato: epub.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.
- ALMEIDA, Daniele Mesquita Lemos de; SOARES, Laura Cristina Eiras Coelho; GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria . A Psicologia no SUAS: reflexões sobre o atendimento a crianças e adolescentes em situação de negligência no PAEFI. in: AMORIM, Flavia Zaratini; ISABEL, Jéssica Gabriella de Souza; SAADALLAH, Márcia Mansur (Orgs.). *O fazer da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social*. Belo Horizonte: CRP-MG, 2019. p. 117-133.
- ALARCÃO, Madalena; GASPARG, Maria Filomena. Imprevisibilidade familiar e suas implicações no desenvolvimento individual e familiar. *Revista Paideia*, Coimbra, v. 89-102, abr. 2007.
- ARRIAGADA, Irma. *Famílias latino-americanas: cambiantes, diversas e desiguais*. Toluca: CIEAP/UAEM, Papeles de POBLACIÓN, n. 53, jul./set. 2007. Disponível em: [https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-7425200700030002](https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-7425200700030002). Acesso em: 25 jul. 2025.
- BAHIA. Defensoria Pública do Estado. *Relatório sobre o perfil dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas nos CASEs Salvador – BA*. Salvador: ESDEP, 2020.
- BAHIA. Defensoria Pública do Estado. *Relatório das audiências de custódia na comarca de Salvador/BA: anos de 2015-2018*. Salvador: ESDEP, 2019. 108 p.: il.
- BAHIA. Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. *Curso de atualização em trabalho social com famílias*. Curitiba: CRV, 2021. 224 p.
- BARRETO, André de Carvalho. Paradigma sistêmico no desenvolvimento humano e familiar: a Teoria Bioecológica de Urie Bronfenbrenner. *Psicologia em Revista*, v. 22, nº 02, p. 275-293, agosto 2016.
- BARROS, Amailson Sandro de; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores. *Pensando Famílias*. Porto Alegre, v. 2, p. 102-114, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a09.pdf> . Acesso em: 25 jul. 2025.
- BERTALANFFY, Ludwig von. *Teoria geral dos sistemas*. Tradução: Francisco M. Guimarães. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 358 p.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. *Subjetividade e abordagem policial: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos*. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 466/2012 – Dispõe sobre as diretrizes e normas reguladoras de pesquisa envolvendo seres humanos*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012a.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510/2016 – Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016a.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Edição consolidada com as Emendas Constitucionais até 2016. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 2 fev. 2022.

BRASIL. *Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas*. Brasília, DF: Coordenação de Edições Técnicas, 2013a. 103 p.

BRASIL. *Estação Juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude*. Organização de Helena Abramo. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Juventude, 2014. 128 p.

BRASIL. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005a. 340 p. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/im\\_pacto\\_violencia.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/im_pacto_violencia.pdf). Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. *Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979*. Institui o Código de Menores. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm). Acesso em: 22 jan. 2023.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8069.htm). Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Instituto Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). 2012b Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm). Acesso em: 22 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Caderno de Orientações Técnicas para Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*. Brasília: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-Dinformacao/licitacoes-e-contratos/consultaspublicas/consultas-abertas/OrientaesPIAConsulta2022.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 3/2016. Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016c.

BRASIL. Ministério da Saúde. *PNAISARI: Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei: instrutivo para a implantação e implementação da PNAISARI* [recurso eletrônico]. Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 22 p. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_sau\\_de\\_adolescentes\\_conflito.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_sau_de_adolescentes_conflito.pdf). Acesso em: 6 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. *Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica*. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2018a. 233 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Curso de atualização sobre especificidade e interfaces de proteção social básica no SUAS*. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017b. 160 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho ACESSUAS TRABALHO*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012c. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/Acessuas.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/Acessuas.pdf) . Acesso em: 23 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas sobre o PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF*. Brasília: MDS, 2012d.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em meio aberto no Sistema Único de Assistência Social*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, 2018b.

BRASIL. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência familiar e comunitária*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006a. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Plano\\_Defesa\\_CriancasAdolescentes%20.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf) . Acesso em: 26 jul. 2025.

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Governo. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes/Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017c. 87 p.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. 2013b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm). Acesso em: 11 jan. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Brasília, DF: CONANDA, 2006b. 100 p.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, 2016d. 106 p. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/caderno\\_MSE\\_0712.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf). Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, 2011. 118 p. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005b. 64 p. Reimpressão em 2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. *Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Complementar*. Organização de Valéria Rodrigues Queiroz. Belo Horizonte: Coordenadoria da Infância e da Juventude, Tribunal de Justiça, 2020.

BOCK, Ana Mercês Maria. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, 2007, v. 1, pág. 63-76.

BRONFENBRENNER, Urie. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, Urie. A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. In: SMELSER, Neil J.; BALTES, Paul B. (Eds.). *Enciclopédia internacional das ciências sociais e comportamentais*. v. 10, p. 6963–6970. Nova York: Elsevier, 2001. Reimpresso com permissão da Elsevier Science Ltd.

BRONFENBRENNER, Urie. Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos. Tradução de André de Carvalho-Barreto. Revisão técnica de Sílvia H. Koller. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRONFENBRENNER, Urie; MORRIS, Pamela. A. A ecologia dos processos de desenvolvimento. In: LERNER, R. M.; DAMON, W. (org.). *Handbook de psicologia do desenvolvimento* (Handbook of Child Psychology, v. 1). 5. ed. New York: Wiley, 1998. p. 993-1028.

BRONZO, Carla. *A conceituação de vulnerabilidade e riscos sociais na Política de Assistência Social e sua relação com a Psicologia*. 2015. 3a transmissão on-line da

Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Carla-vulnerabilidade-e-riscos-sociais-na.pptx> . Acesso em: 12 abr. 2023.

BRONZO, Carla. *Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão*. 12 ago. 2007. Relato de experiência Programa Puente – Chile. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/anexoservice/056ef1ec-cbe3-45c7-952f-a6352747775c.pdf> . Acesso em: 7 de maio de 2023.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de (Coords.). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de (Coords.). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*. Ano 17. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 3, pág. 02-14, dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHV/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 17 out. 2025.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. *Caderno CRH*, Salvador, n. 26/27, pág. 19-40, jan./dez. 1997.

CASTRO, Carmem Lucia Freitas de. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. In: CASTRO, Carmem Lucia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rubia Braga; AMABILE, Antonio Eduardo de Noronha (Orgs.). *Dicionário de Políticas Públicas*. Barbacena: EDUEMG, 2012. 242f.

CARVALHO, Mônica. Risco, dispositivos de informação e a questão de governo em sua relação com a saúde nas sociedades contemporâneas. *Estudos em Comunicação*, n. 2, dez., pág. 147-170, 2007.

CECCONELLO, Alessandra Marques; KOLLER, Sílvia Helena. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para estudo de famílias em situação de risco. In: KOLLER, Sílvia Helena (Org.). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 271-295.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2020*. Brasília: Ipea; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2020>. Acesso em: 7 out. 2022.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2023*. Brasília: Ipea; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>. Acesso em: 12 jan. 2024.

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; BUENO, Samira (coordenadores) et al. *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2021>. Acesso em: 2 fev. 2022.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

COLE, Michael. Prefácio. In: BRONFENBRENNER, Urie. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. XI-XIII.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade* [recurso eletrônico]. Tradução: Rane Souza. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti da; et al. A socioeducação sob as lentes da interseccionalidade. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 58, p. 395-407, 2021.

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, pág. 241-282, jan.-abr. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). *Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) no âmbito das medidas socioeducativas*. Conselho Federal de Psicologia; Conselhos Regionais de Psicologia; Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. 1.ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2021a. 96 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). *Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) no CRAS/SUAS*. Conselho Federal de Psicologia; Conselhos Regionais de Psicologia; Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. 3.ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2021b. 180 p.a.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). *Guia para a qualificação da atuação do Poder Judiciário no Plano Individual de Atendimento Socioeducativo* [recurso eletrônico]. Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi et al. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2024.

COPETTI, Fernando; KREBS, Ruy Jornada. As propriedades da pessoa na perspectiva do paradigma bioecológico. In: KOLLER, Silvia Helena (Org.). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

COSCIONI, Vinicius et al. Pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano: uma pesquisa com adolescentes em medida socioeducativa. *Psicologia USP*, v. 3, pág. 1-14, set./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-656420170115> . Acesso em: 22 dez. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 171-189, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> . Acesso em: 14 abr. 2023.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos*. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, Lilian Rodrigues da. *(Des)articulando as políticas públicas no campo da infância: implicações da abrigagem*. Santa Cruz do Sul: Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006.

CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza. A constituição da assistência social como política pública: interrogações à Psicologia. In: CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (Orgs.). *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 13-40.

DENZIN, Norman. Investigação qualitativa crítica. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 1, pág. 105-119, jan./abr. 2018.

DENZIN, Norman. *O ato de pesquisa: uma introdução teórica aos métodos sociológicos*. Londres: Routledge, 2009.

DIMENSTEIN, Magda; CIRILO NETO, Mauricio. Abordagens conceituais de vulnerabilidade no âmbito da saúde e assistência social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 1, pág. 2.935, jan./mar. 2020.

FERNANDES, Alessandra Rabelo Gonçalves et al. Tendência temporal da mortalidade por homicídios no Brasil e segundo diferenciais de raça/cor. In: SILVA, Hilton P. et al. (Orgs.). *Negligências e vulnerabilidades: aportes epidemiológicos para a saúde da população negra no Norte-Nordeste do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2023. p. 159-182.

GASPAROTTO, Geovana Prante; GROSSI, Patricia Krieger. A perspectiva de gênero na política de assistência social: um debate necessário. *O Social em Questão*, ano XX, n. 38, maio. 2017.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Lauren Beltrão; et al. As origens do pensamento sistêmico: das partes para o todo. *Pensando Famílias*, Porto Alegre, v. 2, pág. 3-16, dez. 2014. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2014000200002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000200002) . Acesso em: 24 fev. 2023.

GOMES, Romeu. Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 3, pág. 825-829, 2003.

GOMES DA COSTA, Antônio Carlos. *É possível mudar: a criança, o adolescente e a família na política social do município*. v. 1. Direitos da Criança. São Paulo: Malheiros, 1993.

HILLESHEIM, Betina; CRUZ, LÍlian Rodrigues da. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. *Psicologia & Sociedade*, v. 2, pág. 192-199, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/4MSwTYyy4d7gR4g3xtQdsYn/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 8 abr. 2023.

hooks, bell. *Anseios: raça, gênero e políticas públicas*. Tradução: Jamille Pinheiro. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. Escolarizando homens negros. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, pág. 406, set./dez. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-26X2015000300677&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-26X2015000300677&lng=en&nrm=iso) . Acesso em: 11 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. *Agência de Notícias IBGE*, 2020. Disponível em: <https://agencia.denoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 30 abr. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres, segunda cor/raça do chefe de família e faixa de renda familiar per capita. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*, tabela 2.5, 2015. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores/chefia\\_familia.html](https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores/chefia_familia.html). Acesso em: 8 jun. 2023.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini. Medida socioeducativa. In: FERNANDES, Rosa Castilhos de; HELLMANN, Aline (Orgs.). *Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 320 p.

LERNER, Richard M. Prefácio. In: BRONFENBRENNER, Urie. *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. IX-XXV. (Publicado originalmente em 2005).

LISBOA, Carolina; KOLLER, Silvia Helena. *O microssistema escolar e os processos proximais: exemplos de investigações científicas e intervenções práticas*. In: KOLLER, S. H. (Org.). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 337–354.

MACHADO, Lia Zanotta. *Masculinidades e violências: gênero e mal estar na sociedade contemporânea*. Série Antropológica. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. (Mimeo).

MALTA, Deborah Carvalho; et al. Mortalidade de adolescentes e adultos jovens brasileiros entre 1990 e 2019: uma análise do estudo Carga Global de Doença. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 9, pág. 4069-4086, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.1212202> . Acesso em: 7 out. 2022.

MARQUES, Regina Suama Ngola; ALMEIDA, Suzana Rosa de. Saúde mental da população negra: historicidade e clínica. In: MARQUES, Regina Suama Ngola; OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de; GALINDO, Dolores Cristina (Orgs.). *Psicologia em epistemologias negras: ações afirmativas na Universidade*. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022. 222 p., il.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 222-231.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2016. 80 p.

MILES, Matthew; HUBERMAN, Michael. *Análise de dados qualitativos: um guia ampliado*. 2ª ed. Califórnia: SAGE Publications, Inc., 1994.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, Michael. Extrair significado válido de dados qualitativos: rumo a uma prática compartilhada. *Educational Researcher*, 1984, p. 20-30.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 1, pág. 8-34, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000100005> . Acesso em: 7 out. 2022.

MIOTO, Regina Célia Tamaso; DAL PRÁ, Keli Regina. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (org.). *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2006. p.

MOLINIER, Pascale; WELZER-LANG, Daniel. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 101-106.

MORAIS, Normanda Araújo de; LIMA, Rebeca; FERNANDES, Juliana. *Adolescência e Contexto Familiar*. in: HABIGZANG, Fernanda Luisa; DINIZ, Eva; KOLLER, Sílvia Helena (Orgs.). *Trabalhando com adolescentes: teoria e intervenção psicológica*. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda., 2014. Edição do Kindle, cap. 7, pág. 153-180.

MORIN, Edgar. *A bem cabeça-feita: compensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução: Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128 p.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução: Elaine Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOURA, Erly Catarina de; et al. Desigualdades de gênero na mortalidade por causas externas no Brasil, 2010. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 3, pág. 779-788, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/VSqS9vbRbQN NFhkdTgf374D/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 19 abr. 2024.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. In: KOLLER, Sílvia Helena (org.). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 55-69.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda (Orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 105-120.

O ABECEDÁRIO de Gilles Deleuze. Direção: Pierre-André Boutang. Brasília, DF: Ministério da Educação, TV Escola, 2001. 1 videocassete (459 min), VHS, son., color. Original de: Éditions Montparnasse, 1997.

OSÓRIO, Luiz Carlos. Manual de terapia familiar – vol. II. In: OSÓRIO, Luiz Carlos; PASCUAL DO VALLE, Maria Elizabeth (Orgs.). *Novos rumores da família na contemporaneidade*. Porto Alegre: Artmed, 2011. cap. 1, p. 17-26.

PASTOR, Marcia; BREVILHERI, Eliana Cristina Lopes. Intersetorialidade. In: FERNANDES, Rosa Castilhos de; HELLMANN, Aline (Orgs.). *Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 320 p.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade seguidas de Grupos étnicos e suas fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório de desenvolvimento humano*. Racismo, pobreza e violência. Brasília, DF: PNUD, 2005.

ROSA, Edinete Maria; TUDGE, Jonathan. A teoria do desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner: sua evolução da ecologia para a bioecologia. *Journal of Family Theory & Review*, v. 5, n. 4, p. 243-258, 2013.

SALVADOR (Município). Decreto nº 29.592, de 28 de março de 2018. Dispõe sobre a organização e gestão do Salvador Dados, nova denominação do Sistema de Informação Municipal previsto no PDDU. Salvador, 2018.

SALVADOR, BA. Informativo – *Observatório SUAS*. Salvador: Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer, Gerência de Gestão do SUAS – GGSUAS, 2025. 32 p.

SANTANA, Juliana Prates; CASTRO, Lúcia Rabelo. A questão racial e o racismo estrutural no Brasil: uma análise nos estudos da infância e juventude. *in*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). *Psicologia brasileira na luta antirracista*: vol 1. Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. 1. Brasília: CFP, 2022. 360 p.

SANTOS, Elisiane dos. Trabalho infantil nas ruas, pobreza e discriminação: crianças invisíveis nos faróis da cidade de São Paulo. 2017. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 2017.

SANTOS, Nair Iracema Silveira dos. Juventudes. In: FERNANDES, Rosa Castilhos de; HELLMANN, Aline (Orgs.). *Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 320 p.

SARTI, Cynthia. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2011.

SAWAIA, Bader. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, Ana Rita; VITALE, Maria Aparecida Figueiredo (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: IEE-PUC/SP, 2003.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. São Paulo: Vozes, 2004.

SAWAIA, Bader. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 3, pág. 364-372, 2009.

SENNA, Sylvia Regina; DESSEN, Maria Auxiliadora. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 28, nº1, pág. 101-108, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/17558> . Acesso em: 29 out. 2025.

SILVA, Luzia Wilma Santana da. *A dinâmica das relações da família com o membro idoso portador de diabetes Mellitus tipo 2* [tese]. Florianópolis (SC): UFSC/PEN, 2007.

SILVA, Luzia Wilma Santana da et al. Família em contexto: multiversas abordagens em investigação qualitativa. In: SILVA, Luzia Wilma Santana da (Org.). *O pensamento sistêmico como caminho para a investigação a família - metodologias, experiências e perspectivas*. Salvador-BA: Arcadia, 2012, cap. 01, p. 13-52.

SILVA JÚNIOR, Moisés Rodrigues da. Racismo, uma leitura. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi (Orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 161-178.

SOARES FILHO, Adauto; et al. Análise da mortalidade por homicídios no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 16, n. 1, pág. 7-18, 2007.

SOUZA, Ana Paula Lazzaretti; et al Criando contextos ecológicos de desenvolvimento e direitos humanos para adolescentes. *Paidéia*, v. 21, n. 49, pág. 273-278, 2011.

TAVARES, Jeane Saskya Campos; et al. O racismo desmascarado com ou sem pandemia: das estatísticas de morbimortalidade ao sofrimento psicossocial de jovens negros. In: SILVA, Hilton P. et al. (Orgs.). *Negligências e vulnerabilidades: aportes epidemiológicos para a saúde da população negra no Norte-Nordeste do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2023. p. 215-248.

THEODORO, Mario. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mario (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008. 2. ed. pág. 19-48.

TOROSSIAN, Sandra Djambolakdjian; RIVERO, Nelson Estamado. Políticas públicas e modos de viver – a produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (Orgs.). *Políticas*

*públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 56-69.

TUZZO, Sandra Aparecida; BRAGA, Cristiane Ferreira. O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. *Rev Pesqui Qual*, v. 4, p. 140-158, 2016.

TUDGE, Jonathan. A teoria de Urie Bronfenbrenner: uma teoria contextualista? In: L. Moreira & A. M. Carvalho, A.M. A. (Orgs.), *Família e educação: olhares da psicologia* (pp. 211-231). São Paulo, SP: Paulinas, 2008.

UNICEF. *O impacto do racismo na infância*. Escritório da Representação do UNICEF no Brasil. Brasília, DF, 2010. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/1731/file/O\\_impacto\\_do\\_racismo\\_na\\_infancia.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/1731/file/O_impacto_do_racismo_na_infancia.pdf) . Acesso em: 23 mar. 2024.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2008.

WAGNER, Adriana; TRONCO, Cristina; ARMANI, Ananda. Os desafios da família contemporânea: revisitando conceitos. In: WAGNER, Adriana (Org.). *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed, 2011. cap. 2, p. 19-35.

WALDEMAR, José Ovidio Copstein; FALCETO, Olga Garcia. A família como porta de entrada para a abordagem integral da criança e do adolescente. In: OSÓRIO, Luiz Carlos; PASCUAL DO VALLE; Maria Elizabeth (Orgs.). *Manual de terapia familiar: Volume II*. Editora ARTMED. Porto Alegre, p. 151-166, 2011.

WARPECHOWSKI, Marisa Batista; DE CONTI, Luciane. O silenciamento da violência. In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza; BATISTELLI, Moraes Bruna (Orgs.). *Psicologia e assistência social: encontros possíveis no contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2019. cap. 8, pág. 135-151.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, pág. 460-482, 2001.

YUNES, Maria Ângela Mattar; JULIANO, Maria Cristina. A bioecologia do desenvolvimento humano e suas interfaces com educação ambiental. *Cadernos de Educação*. FAE/PPGE/UFPel, Pelotas, n. 37, pág. 347-379, set./dez. 2010.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PARA PESQUISAS COM SERES HUMANOS

#### DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PARA PESQUISAS COM SERES HUMANOS

*(Aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)*

**TÍTULO DA PESQUISA:** A vulnerabilidade Social e o desenvolvimento humano do adolescente e familiar em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

**PESQUISADOR RESPONSÁVEL:** Leila Reis Leal

O pesquisador responsável pela estudo supracitado, seu(sua) orientador(a)/orientando(a), bem como os eventuais outros membros e assistentes da pesquisa, DECLARAM ESTAR CIENTES DE QUE LHESSÃO INAFASTÁVEIS A OBSERVÂNCIA E O CUMPRIMENTO de todas as responsabilidades previstas nos princípios e normas estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde, nas Resoluções nº 466/2012 e nº. 510/2016, na Norma Operacional nº 001/2013, bem como nas demais legislações atinentes à ética em pesquisa com seres humanos, cujos principais termos estão abaixo explicitados:

#### TÍTULO 1 Compromisso Geral

- I. Cumprir os requisitos da Resolução CNS Nº 466/2012 e da Resolução 510/2016 (nas pesquisas de ciências humanas e sociais) e suas complementares;
- II. Utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo;
- III. Publicar os resultados da pesquisa, quando de sua conclusão, independentemente de serem eles favoráveis ou não;
- IV. Conduzir o estudo de acordo com o protocolo, observando e salvaguardando os princípios éticos cabíveis, as Boas Práticas Clínicas e as Boas Práticas de Laboratório;
- V. Conduzir e supervisionar pessoalmente as pesquisas clínicas;
- VI. Informar ao patrocinador do estudo, ao Comitê de Ética em Pesquisa e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre os eventos adversos graves que venham a ocorrer durante o desenvolvimento da pesquisa.
- VII. Iniciar a coleta de dados somente após obter as aprovações necessárias por parte do CEP/UESB e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando for o caso;
- VIII. No caso de submissão de projeto da modalidade "Relato de Caso", mesmo com a coleta de dados já tendo sido iniciada, divulgar estes dados somente após a aprovação do CEP/UESB;
- IX. Estar devidamente cadastrado na Plataforma Brasil.

#### TÍTULO 2 Compromissos Financeiro e Orçamentário

- I. Não haverá pagamentos ao participante da pesquisa por conta da sua participação;
  - a) Admite-se, entretanto, o ressarcimento de despesas relacionadas à sua participação no estudo, se necessário, tais como despesas com transporte e alimentação;
- II. Nenhum exame ou procedimento realizado em função da pesquisa pode ser cobrado do participante, do seu responsável ou do agente pagador de sua assistência (no caso de pesquisas clínicas), devendo o pesquisador ou o patrocinador do estudo cobrir tais expensas;
- III. O duplo pagamento pelos procedimentos não pode ocorrer, especialmente envolvendo gasto público não autorizado (pelo SUS);

- IV. A Instituição proponente, as participantes, as coparticipantes e aquelas que figurarem como campo de coleta de dados devem ter conhecimento da pesquisa e de suas repercussões orçamentárias;
- V. O A remuneração do pesquisador deve constar como item específico de despesa no orçamento da pesquisa;
- a) Este pagamento nunca pode ser de tal monta que induza o pesquisador a provocar alteração da relação riscos/benefícios para os participantes.

### TÍTULO 3

#### Compromisso de Indenização

- I. É garantido aos participantes da pesquisa (e aos seus responsáveis ou acompanhantes, quando cabível) o direito à indenização (cobertura material), em reparação a dano imediato ou tardio, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, seja na dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano;
- II. Sob hipótese alguma será exigida dos participantes da pesquisa a renúncia ao direito à indenização.

### TÍTULO 4

#### Compromisso Metodológico

- I. Toda a pesquisa envolvendo seres humanos produz riscos. Destarte, serão admissíveis apenas as pesquisas nas quais o risco seja justificado em relação ao benefício esperado. (Resolução CNS Nº 466/2012 – V. 1.a);
- II. É eticamente inútil, -e, portanto, inaceitável-, a pesquisa cujo projeto seja inadequado do ponto de vista metodológico;
- III. O arquivo contendo a íntegra do projeto de pesquisa deve, em especial, delinear, claramente, os critérios de inclusão e exclusão referentes ao estudo; descrever, detalhadamente, a metodologia a ser utilizada e informar, de forma adequada e atualizada, a lista de referências bibliográficas utilizada.

### TÍTULO 5

#### Compromisso Documental

- I. É imprescindível entregar, ao CEP/UESB e, quando cabível, à CONEP, relatórios parciais (no mínimo semestrais) e finais da pesquisa, bem como notificações de eventos adversos sérios e imprevistos que venham a ocorrer durante o andamento do estudo.
- II. Cabe ao pesquisador acompanhar todos os trâmites de seu projeto na Plataforma Brasil, independentemente de qualquer mensagem enviada pelo sistema.

*Jequié, 15 de maio de 2024.*

#### ASSINATURAS

**Pesquisador Responsável:**

**Orientador(a)/Orientando(a):**  
Luzia Wilma Santana da Silva  
Leila Reis Leal

*Leila Reis Leal*

*Luzia Wilma Santana da Silva*

## **APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (JOVEM)**

**PROJETO:** A vulnerabilidade social e o desenvolvimento humano do adolescente e familiar em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto.

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (JOVEM)**

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

CONVIDAMOS o(a) senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar de uma pesquisa científica.

Por favor, leia este documento com bastante atenção e, se você estiver de acordo, rubrique as primeiras páginas e assine na linha “Assinatura do participante”, no ponto 8.

**1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA? PESQUISADOR RESPONSÁVEL: LEILA REIS LEAL**

ORIENTADOR/ORIENTANDO: Profa. LUZIA WILMA SANTANA DA SILVA

**2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?**

### 2.1 TÍTULO DA PESQUISA

A vulnerabilidade social e o desenvolvimento humano do adolescente e familiar em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto.

### 2.2 POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa)

Para estudar sobre como acontece o cumprimento da medida socioeducativa na fase da adolescência ou juventude e do seu familiar, que estão em situação de falta de oportunidades, risco e pobreza.

### 2.3 PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):

Para contribuir nos serviços públicos que fazem parte da medida socioeducativa, que atuam junto com o serviço do CREAS.

## 3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE

### E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

#### 3.1 O QUE SERÁ FEITO:

Você (e ou a pessoa por quem você é responsável) responderá em torno 20-25 perguntas

sobre fase da adolescência e da juventude em vulnerabilidade social e sobre a Medida Socioeducativa.

#### 3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:

Salvador-Ba, no Serviço de Medidas Socioeducativas do CREAS que você faz acompanhamento, entre os meses de julho a outubro de 2024.

#### 3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO:

Em média 40 minutos.

## 4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

MÍNIMO       MODERADO       ALTO

### 4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

Desconforto ou receio ao responder questionários ou constrangimento em participar de entrevista (pela ocorrência de perguntas que toquem aspectos de foro privado ou ensejem memórias/sensações desagradáveis). Se isso acontecer, se quiser pode desabafar comigo, sou psicóloga e posso te ajudar.

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Os questionários serão lacrados em envelopes na sua frente, o arquivo de gravação da entrevista ficará em lugar seguro na internet no qual só eu tenho a senha; A justiça e a DAI (Delegacia do Infrator) não sabem desta pesquisa, só as professoras que vão dar a nota ao meu trabalho saberão das respostas. O seu nome será mudado para que sua história seja preservada.

#### I. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

##### 5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

Para contribuir nos serviços das políticas públicas de saúde, educação, profissionalização, justiça, esporte e lazer, que atuam junto com o serviço do CREAS, durante o cumprimento da medida socioeducativa e depois dela.

##### 5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

Mais destaque da medida socioeducativa nos serviços públicos que o adolescente e jovem frequentam, principalmente pelas necessidades desta fase da vida. Contribuição em pesquisas com o mesmo tema ou parecidas.

#### II. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER

(Direitos dos participantes):

**Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?**

R: *Nenhum dos dois.* A participação na pesquisa é voluntária.

**Mas se você acabar gastando dinheiro só para participar da pesquisa?**

**E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?**

R: *Você pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.*

**É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)**

*R: Não. Você só precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.*

**Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?**

*R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.*

**Há algum problema ou prejuízo em desistir?**

*R: Nenhum.*

**O que acontecerá com os dados que você fornecer nesta pesquisa?**

*R: Eles serão reunidos com os dados fornecidos por outras pessoas e analisados para gerar o resultado do estudo. Depois disso, poderão ser apresentados em eventos científicos ou constar em publicações, como Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses, artigos em revistas, livros, reportagens, etc. **OBS: Os dados serão transcritos para estas análises.***

**Os participantes não ficam expostos publicamente?**

*R: Em geral, não. O(A) pesquisador(a) tem a obrigação de garantir a sua privacidade e o sigilo dos seus dados. Porém, a depender do tipo de pesquisa, ele(a) pode pedir para te identificar e ligar os dados fornecidos por você ao seu nome, foto, ou até produzir um áudio ou vídeo com você. Nesse caso, a decisão é sua em aceitar ou não. Ele precisará te oferecer um documento chamado "Termo de Autorização para Uso de Imagens e Depoimentos". Se você não aceitar a exposição ou a divulgação das suas informações, não o assine.*

**Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?**

*R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídos.*

**Qual a "lei" que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?**

*R.: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Há, também, uma cartilha específica para tratar sobre os direitos dos participantes. Todos esses documentos podem ser encontrados no nosso site ([www2.uesb.br/comitedeetica](http://www2.uesb.br/comitedeetica)).*

**E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?**

*R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.*

### III. CONTATOS IMPORTANTES:

**Pesquisador(a) Responsável:** Leila Reis Leal

Endereço: Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas - PPGREC. Rua João Rosa, s/n, Pau Ferro, Jequié/Ba.

Fone: 73 3526-2669; 71 992026475 / E-mail: [lealpsi@gmail.com](mailto:lealpsi@gmail.com)

**Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)**

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9727 / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 17:00

**8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)**

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

- em participar do presente estudo;
- com a participação da pessoa pela qual sou responsável.

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Salvador, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2024.

*Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável)*

Impressão digital (Se for o caso)

**9. CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR**

Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

Salvador, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2024.

## **APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (FAMILIAR)**

**PROJETO:** A vulnerabilidade social e o desenvolvimento humano do adolescente e familiar em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto.

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (FAMILIAR)**

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

CONVIDAMOS o(a) senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar de uma pesquisa científica.

Por favor, leia este documento com bastante atenção e, se você estiver de acordo, rubricue as primeiras páginas e assine na linha “Assinatura do participante”, no ponto 8.

#### **1 QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?**

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: LEILA REIS LEAL

ORIENTADOR/ORIENTANDO: Profa. LUZIA WILMA SANTANA DA SILVA

#### **2 QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?**

### 2.1 TÍTULO DA PESQUISA

A vulnerabilidade social e o desenvolvimento humano do adolescente e familiar em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto

### 2.2 POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa)

Devido a vulnerabilidade social durante o cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto, que inclui o risco e a pobreza na fase de desenvolvimento humano de adolescentes, jovens e familiar negros.

### 2.3 PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):

Para contribuir nos serviços das políticas públicas voltadas para a medida socioeducativa, que atuam junto com o serviço do CREAS.

## 3 O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE

### E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

#### 3.1 O QUE SERÁ FEITO:

Você responderá em torno de 20-25 perguntas sobre o desenvolvimento humano de adolescentes e jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa no contexto de vulnerabilidade social.

4.

#### 3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:

Salvador, Bahia, Serviço de Medidas Socioeducativas do CREAS em que o adolescente ou jovem que é responsável faz acompanhamento, entre os meses de julho a outubro de 2024. Em média 40 minutos.

## HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

 MÍNIMO

 MODERADO

 ALTO

### 4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

Desconforto ou receio ao responder questionários ou constrangimento em participar de entrevista (pela ocorrência de perguntas que toquem aspectos de foro privado, ensejem memórias/sensações desagradáveis).

### 4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de

evitar/minimizar os riscos):

Os questionários serão lacrados em envelopes na sua frente, o arquivo de gravação da entrevista ficará em lugar seguro na internet no qual só eu tenho a senha; A justiça e a DAI (Delegacia do Adolescente Infrator) não sabem desta pesquisa, só as professoras que vão dar a nota ao meu trabalho saberão das suas respostas. O seu nome será mudado para que sua história seja preservada.

## 5 O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

### 5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

Para contribuir nos serviços das políticas públicas de saúde, educação, profissionalização, justiça, esporte e lazer, que atuam junto com o serviço do CREAS, durante o cumprimento da medida socioeducativa e depois dela.

6

### 5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

Mais destaque da medida socioeducativa nos serviços públicos que o adolescente e jovem frequentam, principalmente pelas necessidades desta fase da vida. Contribuição em pesquisas com temas parecidos.

**MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):**

**Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?**

R: *Nenhum dos dois. A participação na pesquisa é voluntária.*

**Mas e se você acabar gastando dinheiro só para participar da pesquisa?**

R: *O pesquisador responsável precisará ressarcir estes custos.*

**E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?**

R: *Você pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.*

**É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)**

R: *Não. Você só precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.*

**Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?**

*R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.*

**Há algum problema ou prejuízo em desistir?**

*R: Nenhum.*

**O que acontecerá com os dados que você fornecer nesta pesquisa?**

*R: Eles serão reunidos com os dados fornecidos por outras pessoas e analisados para gerar o resultado do estudo. Depois disso, poderão ser apresentados em eventos científicos ou constar em publicações, como Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses, artigos em revistas, livros, reportagens, etc. **OBS: Os dados serão transcritos para estas análises.***

**Os participantes não ficam expostos publicamente?**

*R: Em geral, não. O(A) pesquisador(a) tem a obrigação de garantir a sua privacidade e o sigilo dos seus dados. Porém, a depender do tipo de pesquisa, ele(a) pode pedir para te identificar e ligar os dados fornecidos por você ao seu nome, foto, ou até produzir um áudio ou vídeo com você. Nesse caso, a decisão é sua em aceitar ou não. Ele precisará te oferecer um documento chamado "Termo de Autorização para Uso de Imagens e Depoimentos". Se você não aceitar a exposição ou a divulgação das suas informações, não o assine.*

**Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?**

*R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídos.*

**Qual a "lei" que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?**

*R.: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Há, também, uma cartilha específica para tratar sobre os direitos dos participantes. Todos esses documentos podem ser encontrados no nosso site ([www2.uesb.br/comitedeetica](http://www2.uesb.br/comitedeetica)).*

**E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?**

*R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.*

7

**CONTATOS IMPORTANTES:****Pesquisador(a) Responsável:** Leila Reis Leal

Endereço: Programa de Pós Graduação em Relações Étnicas - PPGREC. Rua João Rosa, s/n, Pau Ferro, Jequié/Ba.

Fone: 73 3526-2669; 71 992026475 / E-mail: lealpsi@gmail.com

**Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)**

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9727 / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 17:00

**8 CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)**

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

- em participar do presente estudo;**
- com a participação da pessoa pela qual sou responsável.**

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Salvador, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2024.

*Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável)*

Impressão digital (*Se for o caso*)

#### 9 **CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR**

Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

Salvador, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2024.

## **APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (PSICÓLOGA)**

**PROJETO:** A vulnerabilidade social e o desenvolvimento humano do adolescente e familiar em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto.

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (PSICÓLOGA)**

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

CONVIDAMOS o(a) senhor(a) para participar de uma pesquisa científica.

Por favor, leia este documento com bastante atenção e, se você estiver de acordo, rubrique as primeiras páginas e assine na linha “Assinatura do participante”, no ponto 8.

**1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?** PESQUISADOR RESPONSÁVEL: LEILA REIS LEAL  
ORIENTADOR/ORIENTANDO: Profa. LUZIA WILMA SANTANA DA SILVA

**2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?**

2.1 TÍTULO DA PESQUISA

A vulnerabilidade social e o desenvolvimento humano do adolescente e familiar em cumprimento

de Medida Socioeducativa em meio aberto
<p>2.2 POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa)</p> <p>Devido a vulnerabilidade social durante o cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto, que inclui o risco e a pobreza na fase de desenvolvimento humano de adolescentes, jovens e familiar negros.</p>
<p>2.3 PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):</p> <p>Para contribuir nos serviços das políticas públicas voltadas para a medida socioeducativa, que atuam junto com o serviço do CREAS.</p>

### 3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE

#### E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO:
Você responderá em torno de 15 a 20 perguntas sobre o desenvolvimento humano de adolescentes e jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa no contexto de vulnerabilidade social.
3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:
Salvador-Ba, no Serviço de Medidas Socioeducativas do CREAS em que está lotado (a), entre os meses de julho e outubro de 2024.
3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO:
Em média 40 minutos.

### 4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

MÍNIMO       MODERADO       ALTO

#### 4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

Desconforto ou receio ao responder questionários ou constrangimento em participar de entrevista (pela ocorrência de perguntas que toquem aspectos de foro privado, ensejem memórias/sensações desagradáveis ou que exponham limitações de atuação de outros serviços).
--

#### 4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de

evitar/minimizar os riscos):

Os questionários serão lacrados em envelopes na sua frente, o arquivo de gravação da entrevista ficará em lugar seguro na internet no qual só eu tenho a senha; A justiça e a DAI (Delegacia do Adolescente Infrator) não sabem desta pesquisa, só banca examinadora saberão das suas respostas. Os nomes serão preservados com as iniciais ou com nomes fictícios.

## 5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

### 5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

Para contribuir nos serviços das políticas públicas de saúde, educação, profissionalização, justiça, esporte e lazer, que atuam junto com o serviço do CREAS, durante o cumprimento da medida socioeducativa e depois dela.

### 5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

Mais destaque da medida socioeducativa nos serviços públicos que o adolescente e jovem frequentam, principalmente pelas necessidades desta fase da vida. Contribuição em pesquisas com temas parecidos e para o trabalho técnico com as medidas socioeducativas.

## 6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):

### **Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?**

R: *Nenhum dos dois. A participação na pesquisa é voluntária.*

### **Mas e se você acabar gastando dinheiro só para participar da pesquisa?**

R: *O pesquisador responsável precisará ressarcir estes custos.*

### **E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?**

R: *Você pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.*

### **É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)**

*R: Não. Você só precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.*

**Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?**

*R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.*

**Há algum problema ou prejuízo em desistir?**

*R: Nenhum.*

**O que acontecerá com os dados que você fornecer nesta pesquisa?**

*R: Eles serão reunidos com os dados fornecidos por outras pessoas e analisados para gerar o resultado do estudo. Depois disso, poderão ser apresentados em eventos científicos ou constar em publicações, como Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses, artigos em revistas, livros, reportagens, etc. **OBS: Os dados serão transcritos para estas análises.***

**Os participantes não ficam expostos publicamente?**

*R: Em geral, não. O(A) pesquisador(a) tem a obrigação de garantir a sua privacidade e o sigilo dos seus dados. Porém, a depender do tipo de pesquisa, ele(a) pode pedir para te identificar e ligar os dados fornecidos por você ao seu nome, foto, ou até produzir um áudio ou vídeo com você. Nesse caso, a decisão é sua em aceitar ou não. Ele precisará te oferecer um documento chamado "Termo de Autorização para Uso de Imagens e Depoimentos". Se você não aceitar a exposição ou a divulgação das suas informações, não o assine.*

**Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?**

*R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídos.*

**Qual a "lei" que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?**

*R.: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Há, também, uma cartilha específica para tratar sobre os direitos dos participantes. Todos esses documentos podem ser encontrados no nosso site ([www2.uesb.br/comitedeetica](http://www2.uesb.br/comitedeetica)).*

**E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?**

*R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.*

**7. CONTATOS IMPORTANTES:**

**Pesquisador(a) Responsável:** Leila Reis Leal

Endereço: Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas - PPGREC. Rua João Rosa, s/n, Pau Ferro, Jequié/Ba.

Fone: 73 3526-2669; 71 992026475 / E-mail: [lealpsi@gmail.com](mailto:lealpsi@gmail.com)

**Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)**

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9727 / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 17:00

**8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)**

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

- em participar do presente estudo;
- com a participação da pessoa pela qual sou responsável

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Salvador, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2024.

---

*Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável)*

Impressão digital (Se for o caso)

**9. CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR**

Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

Salvador, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2024.

## **APÊNDICE E - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TALE**

**PROJETO:** A vulnerabilidade social e o desenvolvimento humano do adolescente e familiar em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto.

### **TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE**

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

*(Para participantes entre 12 e 17 anos de idade)*

**Olá!**

Gostaríamos de te CONVIDAR para participar de uma pesquisa científica.

Por favor, leia este documento, com atenção, e me diga se você concorda. Se concordar, assine na caixa onde tem escrito “Rubrica” em todas as páginas e, também, lá no final, na linha “Assinatura do Participante”.

O seu pai, mãe ou outro responsável precisará ler e assinar um documento bem parecido com este, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que o pesquisador lhe entregará. Sem isso você não pode participar da pesquisa, ok?!. Desde já, obrigado!

#### **1 QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?**

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: LEILA REIS LEAL

ORIENTADOR/ORIENTANDO: Profa. LUZIA WILMA SANTANA DA SILVA

#### **2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?**

**2.1 TÍTULO DA PESQUISA**

A vulnerabilidade social e o desenvolvimento humano do adolescente e familiar em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto

**2.2 POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa)**

Devido a vulnerabilidade social durante o cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto, ou seja, o risco e a pobreza na fase da adolescência e da juventude, também do familiar negro/pardo.

**2.3 PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):**

Para contribuir no serviço das políticas públicas voltadas para a medida socioeducativa, que atuam junto com o serviço do CREAS.

**3. O QUE VOCÊ TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ?****QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)****3.1 O QUE SERÁ FEITO:**

Você (e ou a pessoa por quem você é responsável) responderá em torno 20-25 perguntas sobre fase da adolescência e da juventude em situação de falta de oportunidades, o risco e pobreza.

**3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:**

Salvador-Ba, no Serviço de Medidas Socioeducativas do CREAS que você faz acompanhamento junto com o seu familiar, entre os meses de julho a outubro de 2024.

**3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO:**

Em média 40 minutos.

**4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA? (Riscos da pesquisa)**

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, podemos dizer que o risco é

MÍNIMO

MODERADO

ALTO

#### 4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

Desconforto, vergonha ou receio ao responder questionários ou constrangimento em participar de entrevista (pelas perguntas que toquem em situações de sua vida, memórias e sensações ruins). Caso isto aconteça, peço que se tranquilize, não precisa responder. Gostaria que soubesse que sou psicóloga e que poderei lhe ajudar caso isso aconteça.

#### 4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Os questionários serão fechados com cola resistente em envelopes na sua frente, de forma que não haverá como ninguém abrir ou cair sem querer. Colocaremos a gravação da entrevista em lugar seguro na internet o qual só eu tenho a senha; A Justiça e a DAI (Delegacia do Infrator) não estão sabendo desta pesquisa, portanto as informações ficarão guardadas comigo e com as professoras que vão dar a nota do meu trabalho. Colocarei só as letras do início do seu nome para você não ser identificado.

### 5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

#### 5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

Para ajudar nos serviços das políticas públicas de saúde, educação, profissionalização, justiça, esporte e lazer, que atuam junto com o serviço do CREAS, durante o cumprimento da medida socioeducativa e depois dela.

#### 5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

Mais atenção à medida socioeducativa nos serviços públicos que o adolescente frequenta, principalmente pelas necessidades desta fase da vida. Contribuição em pesquisas com o mesmo tema ou parecidas.

### 6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE VOCÊ E O SEU RESPONSÁVEL PODEM QUERER SABER:

#### (Direitos dos participantes)

#### 6.1 Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?

R: *Nenhum dos dois. A participação na pesquisa é voluntária.*

**6.2 Mas e se acabarmos gastando dinheiro só para participar da pesquisa?**

R: *O pesquisador responsável precisará lhe ressarcir estes custos.*

**6.3 E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?**

R: *Voce pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.*

**6.4 É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)**

R: *Não. Só se precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.*

**6.5 Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?**

R: *Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.*

**6.6 Há algum problema ou prejuízo em desistir?**

R: *Nenhum.*

**6.7 O que acontecerá com os dados que você fornecer nessa pesquisa?**

R: *Eles serão reunidos com os dados fornecidos por outras pessoas e analisados para gerar o resultado do estudo. Depois disso, poderão ser apresentados em eventos científicos ou constar em publicações, como Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses, artigos em revistas, livros, reportagens, etc.*

**6.8 Os participantes não ficam expostos publicamente?**

R: *Em geral, não. O(A) pesquisador(a) tem a obrigação de garantir a sua privacidade e o sigilo dos seus dados. Porém, a depender do tipo de pesquisa, ele(a) pode pedir para te identificar e ligar os dados fornecidos por você ao seu nome, foto, ou até produzir um áudio ou vídeo com você. Nesse caso, a decisão é sua em aceitar ou não. Ele precisará te oferecer um documento chamado "Termo de Autorização para Uso de Imagens e Depoimentos". Se você não aceitar a exposição ou a divulgação das suas informações, não o assine.*

**6.9 Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?**

R: *Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídos.*

**6.10 Qual a "lei" que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?**

R: *São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Ambas podem ser encontradas facilmente na internet.*

**6.11 E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?** R: *Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.*

**7. CONTATOS IMPORTANTES:**

**Pesquisador(a) Responsável:** Leila Reis Leal

Endereço: Programa de Pós Graduação em Relações Étnicas - PPGREC. Rua João Rosa, s/n, Pau Ferro, Jequié/BA

Fone: 73 3526-2669; 71 992026475 / E-mail: lealpsi@gmail.com

**Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)**

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9727 / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 17:00

**8. ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante)**

Declaro que **estou ciente e concordo em participar deste estudo**. Além disso, confirmo ter recebido uma via deste Termo de Assentimento e asseguro que tive a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Salvador,   /2024.

*Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável)*

Impressão Digital

*(Se for o caso)*

#### **9. COMPROMISSO DO PESQUISADOR**

Declaro conhecer todos os meus deveres e os direitos dos participantes e dos seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro, também, ter feito todos os esclarecimentos pertinentes a todos os envolvidos direta ou indiretamente na pesquisa, e reafirmo que o início da coleta de dados ocorrerá apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o protocolo do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa competente.

Salvador, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024

## APÊNDICE F - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E**  
**CONTEMPORANEIDADE – PPGREC**



**ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS - ODEERE**

### ROTEIRO DA ENTREVISTA - ADOLESCENTE/JOVEM

#### Identificação

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Responsável família \_\_\_\_\_

Medida Socioeducativa: \_\_\_\_\_

Qual o seu nome? Como gosta de ser chamado?

- 1 Onde você mora e há quanto tempo?
- 2 O que mais gosta de fazer em seu bairro? Se pudesse, o que mudaria lá?
- 3 Com quem você mora?
- 4 Qual a sua amizade mais antiga?
- 5 Quando você está passando por algum problema emocional ou financeiro com quem conversa ou pede ajuda?
- 6 Quando não tem apoio como reage?
- 7 Já passou por alguma injustiça ou alguém da sua família ou da área em que mora? Procurou ajuda ou fez denúncia?
- 8 Você se vê preto, pardo, amarelo ou indígena?

- 9 Religião?
- 10 E a renda da casa, todos ajudam? Quanto entra por mês, mais ou menos?
- 11 Com quem você é mais apegado em sua casa ou em seu bairro?
- 12 Você acha que frequentar a escola ajuda na Medida Socioeducativa? Sua professora e os funcionários da escola sabem da MSE?
- 13 Você gosta de ir à escola? Quais lembranças marcantes tem como estudante?
- 14 E hoje, está em que série? O que está achando?
- 15 A medida socioeducativa serve pra quê?
- 16 Qual as facilidades e dificuldades para fazer o que está no PIA (metas)?
- 17 Já frequentou algum serviço de saúde? Qual o posto de saúde mais perto de onde você mora?
- 18 Já fez/faz algum curso? Gostaria?
- 19 Faz/fez algum esporte?
- 20 Trabalha (ou)? Gosta? Você se vê em qual profissão quando adulto?
- 21 Quando vai a uma festa paquerar, prefere homem, mulher, ou os dois?
- 22 Está namorando? Há quanto tempo?
- 23 Quem é o homem da casa? Como é isso pra você?
- 24 Já falamos um pouco de educação. E de viver em sua comunidade, o que acha? Você costuma frequentar outras áreas em Salvador?

**APÊNDICE G - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS**



**E CONTEMPORANEIDADE – PPGREC**

**ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS - ODEERE**

**ROTEIRO DA ENTREVISTA - FAMILIAR**

**Identificação**

Nome familiar:

---



---

Idade:

---



---

Nome Socioeducando:

---



---

Medida Socioeducativa:

---



---

01 Qual o seu nome?

02 Onde você mora e há quanto tempo?

- 03 O que mais gosta de fazer em seu bairro? Se pudesse, o que mudaria lá? 04 Estuda (ou)? Série? Trabalha atualmente?
- 05 Quantas pessoas moram na casa? Todos ajudam? Quanto entra por mês, mais ou menos?
- 06 Como estão as coisas em casa (relacionamento familiar)?
- 07 Você se sente sobrecarregada (o)? Se sim, quem e como costuma te ajudar? 06 Quando você está passando por algum problema emocional ou financeiro com quem conversa ou pede ajuda?
- 08 Sua mãe e irmãos moram perto? Como é o contato com eles (as)? 09 Quando não tem apoio como reage?
- 10 Religião?
- 11 Já passou por alguma injustiça ou alguém da sua família ou área em que mora? Procurou ajuda ou fez denúncia?
- 12 Com quem você é mais apegado em sua casa ou em seu bairro?
- 13 Quais lembranças marcantes tem como estudante?
- 14 A medida socioeducativa serve pra quê? Como você pode ajudar no cumprimento?
- 15 Qual as facilidades e empecilhos para o alcance das metas do PIA?
- 16 Frequentar a escola ajuda na Medida Socioeducativa? A professora e os funcionários da escola sabem da MSE?
- 17 Já frequentou algum serviço de saúde? Qual o posto de saúde mais perto?
- 18 Já fez/faz algum curso? Gostaria?
- 19 Faz/fez algum esporte?
- 20 Se trabalha é com o que gosta?
- 21 Já falamos um pouco de educação. E de viver em sua comunidade, o que acha? Você costuma frequentar outras áreas em Salvador?

## APÊNDICE H - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS**



**E CONTEMPORANEIDADE – PPGREC**

**ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS - ODEERE**

### **ROTEIRO DA ENTREVISTA – PSICÓLOGA**

#### **Identificação**

Nome:

---

Tempo de experiência de trabalho com MSE meio aberto:

---

- 01 Quais as facilidades e empecilhos para o alcance das metas do PIA?
  
- 02 O que poderia ser revisto na execução da MSE para otimizar o trabalho?
  
- 03 Como é o seu acesso às demais políticas públicas (encaminhamentos, articulações)?

04 Como é o acesso do socioeducando e familiar às demais políticas públicas? 05 Quais outras políticas públicas poderiam agregar ao cumprimento?

06 O socioeducando é público prioritário para acesso às políticas de saúde e educação. Como funcionam estas legislações na prática?

07 As situações de discriminação por etnia/raça, classe e gênero possuem algum aporte técnico ou jurídico na rede de garantia de direitos?

08 Como se dá a elaboração do PIA em 15 dias (prazo previsto no SINASE) com o vínculo ainda prematuro com o socioeducando e responsável?

09 Esta pesquisa tem como base constructos da Teoria Sistêmica, que teve alguns dos seus instrumentos científicos reconhecidos pelo Sistema Conselhos de Psicologia<sup>4</sup> como complementares à elaboração de relatórios socioassistenciais. Você acha que a sua introdução pode acrescentar na compreensão da dinâmica familiar do socioeducando?

---

<sup>4</sup> CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 3ª Região (CRP-03). **Guia de perguntas e respostas: atuação da psicologia na Política de Assistência Social**. Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) - Salvador -Ba: CRP-Ba, 2021, 19p. Disponível em:<https://crp03.org.br/wp-content/uploads/2021/12/guia-de-perguntas-e-respostas-ed.2.pdf>.

10 É possível fazer o acompanhamento psicossocial da MSE com outras categorias profissionais da equipe (a/o Assistente Social e com o advogado/a)?

12 O socioeducando é público prioritário nas políticas de saúde e educação. Como funcionam estas legislações na prática?

13 Você já recebeu a contrarreferência dos serviços aos quais o socioeducando foi encaminhado?

14 É possível minimizar a vulnerabilidade social com o que é oferecido nas políticas previstas para a MSE?

15 Gostaria de deixar alguma sugestão para esta pesquisa?

16 Gostaria de acrescentar alguma sugestão para a execução da Medida Socioeducativa?

## ANEXOS

## ANEXO 1 - AUTORIZAÇÃO DE COLETA DE DADOS

## AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

Eu, MARCELIO DE SOUZA BASTOS, ocupante do cargo de DIRETOR DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL do(a) SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPRC. **AUTORIZO** a coleta de dados do projeto de pesquisa intitulado A VULNERABILIDADE SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO HUMANO DO ADOLESCENTE E FAMILIAR EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO, das pesquisadoras Leila Reis Leal após a aprovação do referido projeto pelo CEP/UESB.

Em tempo, asseguro dispormos da infraestrutura e dos recursos necessários para viabilizar a execução do procedimento, conforme explicitado no projeto, em atendimento à alínea "h" do ponto 3.3, e do item 17 do ponto 3.4.1, ambos do título 3 da Norma Operacional CNS nº 001/2013.

Salvador, 09/05/2024

  
Ass. do(a) responsável pela autorização da coleta

Carimbo:

Marcelio Bastos  
Mat. 3153224

Impressão Digital  
(Se for o caso)

## ANEXO 2 - PARECER DO CEP/UESB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
SUDOESTE DA BAHIA -  
UESB/BA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A VULNERABILIDADE SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO HUMANO DO ADOLESCENTE E FAMILIAR EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO

**Pesquisador:** LEILA REIS LEAL

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 80875624.6.0000.0055

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.938.682

#### Apresentação do Projeto:

O presente estudo, de abordagem qualitativa, tem guarida teórica na epistemologia sistêmica derivada Teoria dos Sistemas de Ludwig von Bertalanffy, com o enfoque no paradigma contextualista da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano cunhada por Urie Bronfenbrenner, considerando primordialmente a reflexão dos processos interseccionais de raça/cor, gênero e classe trazidos por Kimberlé Crenshaw e Carla Akotirene, para nomear o acirramento das situações de opressão, acesso insuficiente às políticas públicas e a consequente desvantagem social dos adolescentes e jovens em cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto. Concebido em um Serviço de Medidas Socioeducativas de um CREAMS de Salvador, objetiva investigar como o adolescente ou jovem e familiar responsável, negros e periféricos, acessam as políticas públicas para a MSE e os seus efeitos no desenvolvimento humano. Foi feita uma revisão de literatura com dados que pesam os marcadores de raça/cor, gênero, classe e vulnerabilidade à violência, que incidem sobre a perspectiva de vida dos socioeducandos, e não obstante, em se tratando de

políticas públicas que englobam a proteção social, o exame da provisão destas sobre a mitigação da vulnerabilidade e as iniquidades sociais a que estão expostos. Para a compreensão desses fenômenos no contexto em que vivem, bem como, a produção histórica dos processos interseccionais, o procedimento metodológico prevê três etapas, sendo a

**Endereço:** Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)  
**Bairro:** Jequezinho **CEP:** 45.206-510  
**UF:** BA **Município:** JEQUIE  
**Telefone:** (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cep/q@uesb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
SUDOESTE DA BAHIA -  
UESB/BA



Continuação do Parecer: 6.938.662

primeira um inquérito documental dos PIAs (Plano Individual de Atendimento) de três socioeducandos, em seguida a aplicação de três entrevistas semi estruturadas a três duplas (socioeducando e familiar) mais a psicóloga de referência destes, totalizando sete participantes. Na última etapa, almeja-se uma roda de conversa com os/as participantes, após categorização das respostas por metas parcialmente atingidas no PIA, extraindo a complexidade dos sistemas envolvidos no contexto em que vivem, como o acesso a direitos sociais. A construção dos instrumentos norteou-se no modelo de desenvolvimento humano da ABDH - Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano, com base nas dimensões Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT), proposto por Bronfenbrenner, entendendo o desenvolvimento humanos como produto do entrecruzamento destas dimensões.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Averiguar como o adolescente e familiar responsável de etnia/raça negro-parda acessam as políticas públicas para a Medida Socioeducativa e os seus efeitos ao desenvolvimento humano.

Objetivo Secundário:

-Identificar como se dá o acesso aos serviços públicos das políticas que orientam o Plano Individual de Atendimento (PIA) durante o cumprimento da Medida Socioeducativa (MSE) - elementos objetivos dos sistemas envolvidos no contexto de vulnerabilidade social;-Analisar com qual frequência o adolescente e familiar responsável acessam os serviços públicos para o cumprimento da MSE; -Relacionar os efeitos do referenciamento nos

serviços públicos para o cumprimento da medida socioeducativa - MSE e o desenvolvimento humano do adolescente e familiar responsável.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Para o adolescente, jovem e familiar, desconforto ou receio ao responder questionários ou constrangimento em participar de entrevista (pela ocorrência de perguntas que toquem aspectos de foro privado ou ensejem memórias/sensações desagradáveis). Para a psicóloga, além destes, algum constrangimento oriundo de limites de atuação ou de conduta profissional específicos de serviços da rede das políticas públicas envolvidas. Para ambas as situações a pesquisadora tem formação em psicologia e pode fazer uma escuta qualificada.

Benefícios:

**BENEFÍCIOS DIRETOS:** Contribuir na intersectorialidade das políticas públicas voltadas para a medida socioeducativa, que visam a minimização da vulnerabilidade social dos socioeducandos e familiares. Implicação da família no PIA.

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)  
Bairro: Jequiézinho CEP: 45.206-610  
UF: BA Município: JEQUIÉ  
Telefone: (73)3528-9727 Fax: (73)3525-6683 E-mail: cepj@uesb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
SUDOESTE DA BAHIA -  
UESB/BA



Continuação do Parecer: 6.938.682

**BENEFÍCIOS INDIRETOS:**

Aprimoramento da execução da Medida Socioeducativa municipal, maior visibilidade da socioeducação nas políticas públicas envolvidas. Favorecimento de novas pesquisas que fomentem a dignidade e a cidadania na socioeducação.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de uma pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC-UESB).

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2342725.pdf, postada e 05/06/2024; ok

CEPCompromissoGeraisassinado.pdf, postada em 05/06/2024 ok;

cronogramaatualizado.pdf, postado em 05/06/2024 ok;

ProjetocepLeilaBrochuraatual.pdf, postado em 05/06/2024 ok;

folhaderostoAssinadoppgreo.pdf, postado em 05/06/2024 ok;

piamodelo.pdf, postado em 20/05/2024

autoletadedadosassinada.pdf, postado 20/05/2024 ok;

TACLESTALE.pdf, postado 20/05/2024 ok;

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

A pesquisa não apresenta pendências éticas.

A pesquisadora deverá ficar atenta às seguintes orientações:

**1) Relatórios:**

- Durante a execução do projeto e ao seu final, anexar na Plataforma Brasil os respectivos relatórios parciais e final, de acordo com o que consta na Resolução CNS 466/12 (itens II.19, II.20, XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V).

**2) Emendas**

- Para realizar alterações de quaisquer sorte (adicionar membros/assistentes, alterar um instrumento ou inserir um campo de coleta, mudar aspectos metodológicos, etc) em projetos já aprovados, você precisará submeter uma EMENDA para avaliação do CEP.

As instruções para tanto estão nas páginas 67 a 78 do Manual do Pesquisador da Plataforma Brasil.

Mas cuidado! Emendas não podem fazer mudanças profundas, que descaracterizem o projeto em execução. Pequenas alterações textuais podem ser informadas nos relatórios.

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)

Bairro: Jequiezinho

CEP: 45.206-510

UF: BA

Município: JEQUIE

Telefone: (73)3528-9727

Fax: (73)3525-6683

E-mail: cepjq@uesb.edu.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
SUDOESTE DA BAHIA -  
UESB/BA**



Continuação do Parecer: 6.938.682

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Em reunião, no dia 05/07/2024, por videoconferência, autorizada pela CONEP, a plenária deste CEP/UESB acatou o parecer do relator.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2342725.pdf	05/06/2024 19:01:00		Aceito
Declaração de Pesquisadores	CEPCompromissoGeraisassinado.pdf	05/06/2024 18:58:28	LEILA REIS LEAL	Aceito
Cronograma	cronogramaatualizado.pdf	05/06/2024 18:57:33	LEILA REIS LEAL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetocepLeilaBrochuraatual.pdf	05/06/2024 18:56:54	LEILA REIS LEAL	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoAssinadoppgrec.pdf	05/06/2024 18:33:03	LEILA REIS LEAL	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2342725.pdf	20/05/2024 18:35:25		Aceito
Outros	piamodelo.pdf	20/05/2024 18:13:23	LEILA REIS LEAL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCEP2024Leilabrochura.pdf	20/05/2024 18:06:30	LEILA REIS LEAL	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CompromissoGeralLeilaReisLealLuziaassinada.pdf	20/05/2024 18:04:01	LEILA REIS LEAL	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CompromissoGeralLeilaReisLealLuziaassinada.pdf	20/05/2024 18:04:01	LEILA REIS LEAL	Recusado
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autoletadedadosassinada.pdf	20/05/2024 17:59:34	LEILA REIS LEAL	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TACLESTALE.pdf	20/05/2024 17:58:07	LEILA REIS LEAL	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	17/05/2024 22:58:00	LEILA REIS LEAL	Aceito
Folha de Rosto	Termoppgrecassinado.pdf	17/05/2024 22:45:40	LEILA REIS LEAL	Aceito
Folha de Rosto	Termoppgrecassinado.pdf	17/05/2024 22:45:40	LEILA REIS LEAL	Recusado

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)  
 Bairro: Jequiezinho CEP: 45.206-510  
 UF: BA Município: JEQUIE  
 Telefone: (73)3528-9727 Fax: (73)3525-6683 E-mail: cepjq@uesb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
SUDOESTE DA BAHIA -  
UESB/BA



Continuação do Parecer: 6.938.682

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

JEQUIE, 08 de Julho de 2024

---

**Assinado por:**  
**Karla Rocha Pithon**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)  
**Bairro:** Jequiezinho **CEP:** 45.206-510  
**UF:** BA **Município:** JEQUIE  
**Telefone:** (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br